



Eduardo Palma de Seixas

**China e o Realismo: A Rota da Seda como
Projeto de Consolidação e Projeção de Poder**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós
Graduação em Relações Internacionais do Instituto
de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Luís Manuel Fernandes

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2017



Eduardo Palma de Seixas

**China e o Realismo: A Rota da Seda como
Projeto de Consolidação e Projeção de Poder**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Luis Manuel Rebelo Fernandes

Orientador e Presidente
Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof^a. Monica Herz

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. Francisco Carlos Teixeira da Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Prof^a. Monica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do
Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 08 de Fevereiro de 2017.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Eduardo Palma de Seixas

Graduou-se em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 2006. Como mestrando, estagiou no BRICS Policy Center, onde foi responsável pela coleta e análise de dados econômicos e políticos para o *China Country Desk*. Trabalhou também no PEIEX-Rio, convênio formado entre a PUC-Rio e a APEX-Brasil com o propósito de fornecer consultoria técnica de exportação para as micro e pequenas empresas do estado do Rio de Janeiro.

Ficha Catalográfica

Seixas, Eduardo Palma de

China e o Realismo: A Rota da Seda como Projeto de Consolidação e Projeção de Poder / Eduardo Palma de Seixas ; orientador: Luís Manuel Fernandes. – 2017.

139 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2017.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Geopolítica. 3. China. 4. Economia Política Internacional. 5. Segurança. 6. Rota da Seda. I. Fernandes, Luís Manuel. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

*Think where man's glory most begins and ends
And say my glory was I had such friends.*

-William Butler Yeats

Agradecimentos

Ao meu orientador Professor Luís Manuel Fernandes, pelo estímulo e parceria para a realização deste trabalho.

À Professora Adriana Abdenur, cuja orientação inicial demonstrou-se imprescindível.

Aos meus pais, pela educação, atenção e carinho ao longo de toda uma vida.

Ao meu irmão, cuja amizade e apoio são inigualáveis.

À Diana, pelo raro e inestimável amor e carinho ao longo de um tortuoso processo.

Aos meus amigos Felipe, Bandeira, Maurílio, Clarissa, Priscilla, Fernando, Marinela, Lourenço, Thereza, Mathias, Beta, Ioana, João, Thais, Aaron e Gregory.

À Lia Gonzalez, pela atenção e paciência ao longo de todo o curso.

A todos os professores e funcionários do Departamento pelos ensinamentos e pela ajuda.

A todos os amigos e familiares que de uma forma ou de outra me estimularam ou me ajudaram.

Resumo

Seixas, Eduardo Palma de; Fernandes, Luís Manuel (orientador). **China e o Realismo: A Rota da Seda como Projeto de Consolidação e Projeção de Poder**. Rio de Janeiro, 2017. 139p. Dissertação de Mestrado - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O vertiginoso crescimento econômico da China das últimas décadas estabeleceu o país como uma das grandes potências de primeira grandeza do sistema internacional. Mesmo com a redução do ritmo do crescimento, estima-se que a China em breve se tornará a maior economia do mundo. O registro histórico indica que a ascensão econômica da China será acompanhada por sua ascensão política e militar. Conforme a teoria do realismo ofensivo, a China buscará ampliar sua esfera de influência sobre seu entorno geográfico com o intuito de estabelecer uma hegemonia regional. Essa dissertação irá argumentar que a iniciativa *One Belt, One Road* (OBOR) é a principal ferramenta das autoridades em Pequim para estabelecer uma hegemonia chinesa sobre a Eurásia. Por meio do investimento em infraestrutura no grande continente, a China irá criar uma rede de transporte terrestre e marítima que garantirá ao país acesso às principais rotas comerciais e energéticas da Eurásia, reduzindo sua vulnerabilidade no que diz respeito ao escoamento de suas exportações e ao acesso às importações de matérias primas. Argumenta-se que a OBOR é uma estratégia de duas frentes, simultaneamente baseada nas teorias de poder terrestre e poder naval, conforme os ensinamentos de Halford J. Mackinder e Alfred T. Mahan, respectivamente. Por fim, a posição dos Estados Unidos - os principais defensores da manutenção da atual distribuição de poder -, e das grandes potências vizinhas à China serão analisadas, pois a contínua expansão dos interesses internacionais da China está criando atritos ainda longe de serem resolvidos, particularmente na Ásia Central, no mar da China Meridional e no mar da China Oriental.

Palavras-chave

Geopolítica; China; Economia Política Internacional; Segurança; Rota da Seda.

Abstract

Seixas, Eduardo Palma de; Fernandes, Luís Manuel (advisor). **China and Realism: The Silk Road as a Project of Power Consolidation and Projection**. Rio de Janeiro, 2017. 139p. Dissertação de Mestrado - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

China's breakneck economic growth in the last decades has established the country as a great power of the first rank in the international system. Even with a slowdown in the rate of growth, it is widely believed that China will soon become the largest economy in the world. History suggests that China's economic rise will be followed by its political and military rise as well. According to the theory of offensive realism, China will seek to broaden its sphere of influence as it tries to establish a regional hegemony. This dissertation will defend that the One Belt, One Road initiative (OBOR) is the main tool at Beijing's disposal for the establishment of Chinese hegemony over Eurasia. By investing in infrastructure throughout the great landmass, China will create a land and sea transport network that will guarantee the country access to Eurasia's main trade and energy routes, reducing China's vulnerability with regards to the outflow of its exports and to the inflow of raw materials. The argument here presented is that the OBOR is a two-pronged strategy, simultaneously based on the theories of land power and sea power, according to the teachings of Halford J. Mackinder and Alfred T. Mahan, respectively. Lastly, the position of the United States, the main defenders of the present-day distribution of power, and those of the great powers that neighbor China will be analyzed, given that the continued expansion of China's international interests is creating tensions still far from being resolved, particularly in Central Asia, the South China Sea and the East China Sea.

Keywords

Geopolitics; China; International Political Economy; Security; Silk Road.

Sumário

1	Introdução	9
1.1.	Delimitação do objeto	11
1.2.	Objetivos	16
1.3.	Justificativa	16
1.4.	Poder Terrestre e Poder Naval	20
1.5.	Infraestrutura	22
1.6.	A Rota da Seda	25
1.7.	Estrutura	27
2	A ascensão hegemônica regional	30
2.1.	A anarquia e a acumulação de poder	34
2.2.	A economia como base de poder	35
2.3.	A China e seu poder latente	38
2.4.	O exercício do poder por meio de instituições financeiras internacionais	41
2.5.	O regional e o global	50
3	ONE BELT, ONE ROAD	53
3.1.	Mackinder e o poder terrestre	53
3.2.	One Belt e o poder terrestre	62
3.2.1.	Comércio	63
3.2.2.	Energia	69
3.2.3.	Integridade territorial	72
3.3.	Mahan e o poder naval	74
3.4.	One Road e o poder naval	80
4	As grandes potências rivais	96
4.1.	Estados Unidos	97
4.2.	Rússia	102
4.3.	Índia	107
4.4.	Japão	111
5	Conclusão	114
6	Referências bibliográficas	119

1 Introdução

All history shows that nations active in international politics are continuously preparing for, actively involved in, or recovering from organized violence in the form of war.¹

The history of international politics is the history of the rise and fall of great powers.²

A posição outrora ocupada pelas potências ocidentais como os exemplos incontestes de organização política, prosperidade e projeção de poder está em vias de tornar-se uma memória histórica. A última década do século XX é hoje vista como uma bolha na história da geopolítica, caracterizada pelo momento unipolar vivido pelos Estados Unidos após a implosão imperial da União Soviética e antes de perceber-se que a ascensão da Ásia, com a China em seu centro, estava em curso. O crescimento econômico chinês é sem igual na era moderna, e seus desdobramentos ainda desconhecidos, mas se o passado for uma indicação do futuro, são bastante reais as chances de a China converter seu peso econômico em poder político e militar, dando nova face à distribuição de poder internacional.

Nunca antes uma nação cresceu tão rápido em termos econômicos e em tão pouco tempo, alcançando em menos de quatro décadas a posição de segunda economia do planeta. Alargando o horizonte histórico, porém, percebe-se que o reposicionamento da China no topo do *ranking* econômico internacional não é uma novidade, e sim uma “normalidade” histórica. Durante a maior parte dos últimos dois mil anos, a China representou entre 22% e 33% do produto interno bruto (PIB) global.³ O período que cobre os 100 anos entre 1850-1950, marcado por numerosas intervenções estrangeiras e pelo declínio econômico - e visto por nacionalistas chineses como uma humilhação histórica-, não enquadra a China no seu verdadeiro lugar entre as grandes potências. Em 1950, estima-se que o peso da China no PIB

¹ Hans J. Morgenthau, *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace* (New York: Alfred A. Knopf, 1973), 40.

² Fareed Zakaria, *From Wealth to Power: The Unusual Origins of America's World Role* (Princeton: Princeton University Press, 1998), 23.

³ David M. Lampton, *The Three Faces of Chinese Power: Might, Money and Minds* (Berkeley: University of California Press, 2008), 78.

global alcançava seu mais baixo patamar, de 4,5%, e assim se manteve até meados da década de 1970. Foi apenas a partir de 1978 que a China voltou a recuperar seu peso econômico histórico.⁴

Este trabalho parte do desejo de investigar a principal iniciativa da política externa da China, a nova Rota da Seda (“Um cinturão, uma estrada” ou *One Belt, One Road Initiative - OBOR*, em inglês). Como grande potência em ascensão, a China é uma das principais interessadas no reordenamento do sistema internacional, reordenamento esse fundado no crescente poder econômico e militar do país. Se todos os compromissos assumidos por Pequim forem computados pelo seu valor de face, a nova Rota da Seda (doravante referida como OBOR) deve se tornar o maior programa de diplomacia econômica desde o Plano Marshall e cobrirá dezenas de países, alcançando uma população total de mais de três bilhões de pessoas.⁵ A escala demonstra as imensas ambições em jogo. No entanto, diante de um pano de fundo de desempenho econômico hesitante e do crescente poderio de suas forças armadas, o projeto assume grande importância como forma de redefinir o lugar da China na hierarquia de poder internacional e as suas relações, ocasionalmente tensas, com os países vizinhos.

Os planos do governo chinês para seu entorno regional e a recepção e interpretação desses planos, por parte de seus vizinhos e dos Estados Unidos, são o centro da indagação deste estudo. No encontro entre essas duas noções há um discurso sobre poder e segurança, pilares básicos da teoria realista. A opinião aqui defendida será de que a OBOR é um projeto que visa a, simultaneamente, alterar a balança de poder regional em favor da China e consolidar a segurança do Estado chinês. O foco aqui, portanto, será rastrear as iniciativas do governo chinês vis-à-vis a OBOR e buscar um diálogo com a literatura realista, ainda a visão de mundo dominante entre analistas e tomadores de decisões.

Considerando a crescente projeção chinesa para além do seu imediato entorno regional, baseada na consolidação do país como potência econômica e militar,

⁴ Ibid., 78.

⁵ Charles Clover and Lucy Hornby, “China’s Great Game: Road to a new empire”, *Financial Times*, October 12, 2015. Disponível em: <<http://www.ft.com/cms/s/2/6e098274-587a-11e5-a28b-50226830d644.html#axzz3t10gh4JZ>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

colocam-se as seguintes perguntas: como se dará essa projeção? Qual é o seu propósito? Como é interpretada essa projeção entre os países da região e pelas grandes potências, em particular os Estados Unidos, principal ator extrarregional? Como essa projeção se enquadra no Realismo?

Defende-se que a OBOR é um ambicioso projeto de poder calcado nas noções de poder terrestre e poder naval, seguindo os preceitos clássicos de Halford Mackinder e de Alfred T. Mahan, respectivamente. No entanto, em vez de apresentar uma dicotomia entre terra e mar, a OBOR busca conciliar essas duas clássicas projeções de força, com o intuito de maximizar o poder do Estado chinês e permitir a ampliação de opções possíveis a Pequim, elemento básico para a garantia da segurança estatal numa ordem internacional ainda definida pela anarquia sistêmica, conforme demonstrado pelos recentes acontecimentos na Ucrânia e na Síria.

1.1. Delimitação do objeto

A teoria realista defende que mudanças no sistema internacional determinam quem são os beneficiados pelo funcionamento do sistema. Alterações no sistema significam mudanças na distribuição dos benefícios conquistados e dos custos incorridos por membros individuais do sistema. Logo, o estudo da mudança política internacional deve focar o sistema internacional e, mais especificamente, os esforços de atores políticos para alterar o sistema internacional visando a promover seus próprios interesses.⁶

O ponto de partida para este capítulo é o reconhecimento de algumas máximas do pensamento realista. Conforme Krasner, países em desenvolvimento comportam-se como qualquer outro país e têm, como principal preocupação, sua vulnerabilidade perante outros Estados. Além de riqueza, países em desenvolvimento almejam poder e, se não o controle sobre as ações de outros Estados, ao menos reduzir a influência que outros Estados têm sobre suas ações.⁷ Em termos simplificados, Dahl define o

⁶ Robert Gilpin, *War & Change in World Politics* (New York: Cambridge University Press, 1981), 10.

⁷ Stephen D. Krasner, *Structural Conflict: The Third World Against Global Liberalism* (Berkeley: University of California Press, 1985), 3.

conceito de poder da seguinte forma: *A has power over B to the extent that he can get B to do something that B would not otherwise do.*⁸ Não muito diferente, Morgenthau assim define o poder:

*Political power is a psychological relation between those who exercise it and those over whom it is exercised. It gives the former control, over certain actions of the latter through the impact which the former exert on the latter's minds.*⁹

O que essas duas definições têm em comum é que o poder é a manifestação de influência de um Estado sobre outro(s). Consequentemente, ele só pode ser mensurado após o resultado de um conflito ou controvérsia.

Já Mearsheimer, pai do realismo ofensivo, faz uma análise comparativa do poder, sendo este baseado em força militar. O poder efetivo de um Estado só pode ser corretamente medido quando se compara sua força militar com a de outro Estado.

*[...] power is based on the particular material capabilities that a state possesses. The balance of power, therefore, is a function of tangible assets – such as armored divisions and nuclear weapons – that each great power controls.*¹⁰

No entanto, mesmo enfatizando a força militar como elemento central para quantificar e qualificar o poder, o autor não nega a importância de elementos econômicos para a materialização de capacidades militares. O poder militar seria, então, uma função do poder latente (poder econômico). Apenas Estados com grandes populações seriam capazes de produzir grandes riquezas. Sem essas, um Estado não pode ser definido como grande potência.

Latent power constitutes the societal resources that a state has available to build military forces. Although there are always a variety of such resources, the size of a state's population and its wealth are the two most important components for generating military might. Population size matters a lot, because great powers require big armies, which can be raised only in countries with large populations... Wealth is important

⁸ Robert A. Dahl, *The Concept of Power*, *Systems Research and Behavioral Science*, Vol. 2, No. 3 (1957): 202-203.

⁹ Morgenthau, *Politics Among Nations*, 28.

¹⁰ John J. Mearheimer, *The Tragedy of Great Power Politics* (New York: W.W. Norton & Company, 2001), 59.

*because a state cannot build a powerful military if it does not have the money and technology to equip, train, and continually modernize its fighting forces.*¹¹

De suma importância para uma análise de poder, e de sua projeção, é o estudo entre economia e estratégia. O poder relativo entre as grandes potências nunca permanece constante, principalmente devido à taxa de crescimento desigual entre sociedades diferentes e por causa dos avanços tecnológicos e organizacionais que trazem mais benefícios a uma sociedade do que à outra. Indo ao encontro de Mearsheimer, Kennedy escreve,

*The triumph of any one Great Power in this period, or the collapse of another, has usually been the consequence of lengthy fighting by its armed forces; but it has also been the consequence of the more or less efficient utilization of the state's productive economic resources in wartime, and, further in the background, of the way in which that state's economy had been rising or falling, relative to the other leading nations, in the decades preceding the actual conflict. For that reason, how a Great Power's position steadily alters in peacetime is as important to this study as how it fights in wartime.*¹²

Ainda no que diz respeito à relação entre poder econômico e poder militar, deve-se citar lembrar outro clássico autor realista, E.H. Carr. Para Carr, o poder era um todo indivisível. Embora seja prático dividir o poder político, para fins discursivos, em três categorias (poder militar, poder econômico e poder sobre opinião), ele acreditava que essas categorias eram tão interdependentes que era impossível imaginar um país possuindo, durante prolongado tempo, um tipo de poder isolado dos outros.¹³ Falando especificamente sobre o poder econômico e sua relação com o poder militar, escreveu Carr:

*Economic strength has always been an instrument of political power, if only through its association with the military instrument. Only the most primitive kinds of warfare are altogether independent of the economic factor. The wealthiest prince or the wealthiest city-state could hire the largest and most efficient army of mercenaries; and every government was therefore compelled to pursue a policy designed to further the acquisition of wealth. The whole progress of civilisation has been so closely bound up with economic development that we are not surprised to trace, throughout modern history, an increasingly intimate association between military and economic power.*¹⁴

¹¹ Ibid., 62.

¹² Paul Kennedy, *The Rise and Fall of Great Powers* (New York: Vintage Books, 1987), xv.

¹³ E.H. Carr, *The Twenty Years' Crisis 1919-1939: An Introduction to the Study Of International Relations* (London: Macmillan & Co. Ltd, 1946), 108.

¹⁴ Ibid., 113.

Seja pelo aspecto material (realismo ofensivo) ou pelo aspecto psicológico (realismo clássico), o que não se pode perder de vista é a centralidade do conceito de poder para a teoria realista. Num sistema internacional caracterizado pela anarquia e onde o Estado tem como principal função sua preservação e permanência como ator nas relações internacionais, cálculos de poder fazem parte de estratégias que visam a defesa do interesse nacional, isto é, a sobrevivência do Estado.

A pergunta central que norteará esta pesquisa será: como a OBOR se enquadra na ótica realista de projeto de poder? Dado este questionamento central, pretende-se investigar a vertente terrestre (*One Belt*) e a vertente marítima (*One Road*) da OBOR. Como o entorno regional chinês, mais especificamente a Ásia Central e o Mar da China Meridional, é percebido como elemento prioritário nos cálculos de poder das autoridades em Pequim? Já se adianta aqui uma resposta simplificada e resumida, mas que será estendida no decorrer dos próximos capítulos. Por meio de uma combinação de investimentos financeiros nacionais e institucionais em pontos estratégicos no interior e no litoral da Eurásia, a China almeja criar uma extensa rede de infraestrutura na Eurásia que lhe permita estabelecer uma hegemonia econômica – e consequentemente política –, sobre uma parte considerável dessa grande massa continental. Colocando-se no centro da cadeia produtiva do continente, a China pretende criar um equilíbrio de poder mais favorável ao país, em detrimento das outras grandes potências que atuam em seu entorno regional, notadamente os EUA, o Japão, a Rússia e a Índia. Para tanto, far-se-á amplo uso do realismo ofensivo de Mearsheimer, conforme será verificado e justificado no próximo capítulo.

Diferentemente de Mearsheimer, entretanto, a lente utilizada não será o poder militar e sim o poder latente (poder econômico). Numa era de crescente interconectividade entre economias nacionais, a economia política e a diplomacia comercial tornaram-se sofisticados instrumentos financeiros de cooptação e dissuasão no arsenal das grandes potências. Esta linha de raciocínio vai ao encontro da lógica chinesa de que, embora tecnologia e capacidade militar sejam aspectos importantes para a defesa da segurança nacional, o poder econômico é o principal componente do

poder nacional.¹⁵ Conforme Alexandros Peterson, o grande jogo geopolítico atualmente em curso na Eurásia é econômico, e não militar:

*The unfolding struggle will be typified less by open use of force, or even the threat of it, than by economic leverage and political subterfuge. In that way, we should not be thinking in Cold War terms even though great power confrontation is what is being discussed.*¹⁶

Qual é o papel que fatores econômicos e a conectividade regional defendida por Pequim desempenha na consolidação do poder chinês? Qual será o papel do investimento em infraestrutura nos países que fazem parte da rota e como estes investimentos alavancam os interesses chineses ao mesmo tempo que desequilibram a balança de poder a favor da China? Como é interpretada a iniciativa chinesa por seus vizinhos e pela principal potência militar atualmente atuando na região, os Estados Unidos? Esses são alguns questionamentos que nortearão esta investigação.

A hipótese inicial é de que a OBOR é um projeto econômico que visa promover a “conectividade” em áreas como infraestrutura, exploração de recursos naturais e integração financeira, tendo como pano de fundo a garantia de acesso aos recursos necessários para o crescimento socioeconômico da China de forma sustentável, ao mesmo tempo que remove obstáculos para o escoamento da produção excedente do país, garantindo, dessa forma, acesso a mercados estrangeiros. Visto que a primazia militar só pode ser de fato efetuada com a consolidação do país como potência econômica de primeira grandeza, a integração econômica da região de maior dinamismo industrial do mundo - com a China em seu centro-, faz parte da estratégia chinesa de aumentar seu poder relativo. A OBOR seria tanto um projeto geopolítico quanto geoeconômico, amparado por teorias de estratégia desenvolvidas por Mackinder (poder terrestre) e por Mahan (poder naval). Ao amarrar o destino econômico da Eurásia ao desempenho da economia chinesa, a China estaria aumentando sua projeção de poder sobre boa parte do continente e ampliando sua esfera de influência. De acordo com Robert S. Ross,

¹⁵ Mark Burles, *Chinese Policy Toward Russia and the Central Asian Republics* (RAND, 1999), 37.

¹⁶ Alexandros Petersen, *The World Island: Eurasian Geopolitics and the Fate of the West* (Santa Monica: ABC-CLIO, LLC, 2011), 2.

*The balance of power literature argues that military power determines secondary state alignments. But the realist political economy literature argues that a secondary state's alignment pattern may simply reflect economic vulnerability. An economic great power develops political power from the secondary state's dependence on its market for exports, which promote economic growth, employment, and political stability. Economic dependence reflects a state's vulnerability to interruption of trade by its trading partner. For a small power, this can be a decisive element in its alignment policy.*¹⁷

1.2. Objetivos

O objetivo geral deste trabalho é recorrer à disciplina de Relações Internacionais para traçar um paralelo entre uma das principais iniciativas da política externa da China, a OBOR, com algumas considerações específicas da teoria neorrealista, como o poder e a sobrevivência estatal. Alguns elementos do Realismo Clássico também serão utilizados, pois como precursor do Neorrealismo, existem vários pontos de contato entre os dois tipos de pensamento. Além do mais, questões mais propriamente estudadas pelo Neoliberalismo, como o papel de instituições e da economia política, também serão estudadas, mas sempre com a ótica neorrealista de maximização de poder. Para tanto, uma descrição mais ampla e abrangente do que consiste de fato o projeto da OBOR, com ênfase nos investimentos em larga escala de infraestrutura planejados por Pequim nos países ao longo da rota. A importância da infraestrutura para a realização de um projeto de consolidação de poder não pode ser minimizada, e paralelos históricos serão traçados no decorrer da dissertação para apoiar o argumento central. Como o poder é relativo e, por mais que possa ser mensurado por fatores como o tamanho das forças armadas ou o produto interno bruto, ele também é determinado pela percepção de terceiros. Consequentemente, o aumento do poder relativo da China dever ser analisado também por meio da interpretação dada a esse aumento de poder por outros atores do sistema internacional.

1.3. Justificativa

¹⁷ Robert S. Ross, "Balance of Power Politics and the Rise of China: Accommodation and Balancing in East Asia," *Security Studies*, vol. 15, no. 3 (Fall 2006), 188-189.

Este trabalho está comprometido em investigar o papel da infraestrutura física para a construção de um projeto hegemônico, sendo assim um trabalho engajado com uma discussão teórica e uma análise prática no campo de estudo de poder internacional.

Poder-se-ia dizer que a relevância do projeto reside em (1) *interpretar* uma das iniciativas prioritárias de política externa da principal potência em ascensão, a China, (2) *relacionar* essa iniciativa com o pensamento realista, (3) *evidenciar*, com exemplos concretos, como os investimentos em infraestrutura e conectividade estão baseados em cálculos de poder elaborados pelas autoridades em Pequim e (4) *demonstrar* quais são os obstáculos políticos à concretização deste projeto.

Zakaria argumenta que teorias que cobrem os mais variados aspectos das relações internacionais podem ser distinguidas entre si com base no fenômeno que cada uma tenta explicar, ou a variável dependente. Uma teoria de política internacional tenta explicar eventos na escala internacional sem, no entanto, conseguir explicar as motivações de Estados individuais. Em contraste, uma teoria de política externa busca esclarecer por que Estados diferentes, ou o mesmo Estado em períodos históricos diferentes, têm diferentes intenções, objetivos e preferências em relação ao que ocorre fora de suas fronteiras.¹⁸

A variável dependente a ser estudada, conforme anteriormente explicitado, é como a Rota da Seda, como componente da política externa da China, está situada numa noção de cálculo de poder. Já tendo demonstrado que existe uma divergência dentro do Realismo entre as bases materiais e psicológicas do poder, deve-se também ressaltar que as interpretações sobre as causas que motivam o uso do poder são também bastante díspares.

Entre os clássicos, reina a ideia de Tucídides: *while the strong do what they can and the weak suffer what they must*.¹⁹ Dito de outra forma, Estados fortes tentam expandir porque eles têm os meios. Visto como uma lei do comportamento humano, o impulso pelo poder e a vontade pela dominação são tidos como aspectos fundamentais

¹⁸ Zakaria, *From Wealth to Power*, 23.

¹⁹ Thucydides, *The History of the Peloponnesian War*. Disponível em:

<<http://www.gutenberg.org/files/7142/7142-h/7142-h.htm>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

da natureza humana. O comportamento do Estado é entendido como um reflexo das características das pessoas que compõem sua população. Logo, é a natureza humana que explica o porquê da política internacional ser essencialmente uma política de poder. Essa linha de pensamento manteve-se presente no realismo do pós-Segunda Guerra Mundial, com destaque para Morgenthau, para quem: *politics, like society in general, is governed by objective laws that have their roots in human nature.*²⁰ No entanto, mesmo baseando-se na sua interpretação da natureza humana, realistas clássicos defendem que Estados são atores racionais, e só tentam expandir seu poder após uma análise de custo/benefício em que riscos e oportunidades são levados em consideração. Fazendo uma análise comparativa, os custos/benefícios são sempre medidos em relação ao poder de outros Estados. Caso um Estado perceba que seu poder perante outros Estados possibilita uma ação que traz mais benefícios do que custos, em detrimento do poder de outros Estados, ele irá adiante com sua expansão.

*The realist law of uneven growth implies that as the power of a group or state increases, that group or state will be tempted to try to increase its control over its environment. In order to increase its own security, it will try to expand its political, economic, and territorial control; it will try to change the international system in accordance with its particular set of interests. Therefore, the differential growth of power among groups and states is very important to an understanding of the dynamics of international relations.*²¹

Os realistas estruturais, com Waltz a sua frente, concordam com a ideia de que a política internacional é essencialmente uma luta pelo poder, porém discordam dos clássicos de que isso é um resultado da natureza humana. Realistas estruturais não veem o poder como um fim por si só, mas como um meio para a garantia da segurança do Estado. Consequentemente, Estados aumentam seus interesses políticos e a busca por poder quando se tornam crescentemente inseguros perante outros Estados. A competição por segurança e a permanente manifestação de conflitos interestatais são resultado da ausência de uma autoridade central no plano global e da relativa distribuição de poder no sistema internacional.²² Num ambiente anárquico, em que

²⁰ Morgenthau, *Politics Among Nations*, 4.

²¹ Gilpin, *War & Change in World Politics*, 94-95.

²² Tim Dunne and Brian C. Schmidt, "Realism," in *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*, ed. John Baylis, Steve Smith, Patricia Owens (Oxford: Oxford University Press, 2008), 98.

Estados são *like units*, é a distribuição de poder entre Estados o principal fator para a compreensão de resultados no plano internacional, como a paz e a guerra, alianças políticas e a balança de poder.

*The units of an anarchic system are functionally undifferentiated. The units of such an order are then distinguished primarily by their greater or lesser capabilities for performing similar tasks. [...] The structure of a system changes with changes in the distribution of capabilities across the system's units. And changes in structure change expectations about how the units of the system will behave and about the outcomes the outcomes their interactions will produce.*²³

Por fim, temos o realismo ofensivo, assim cunhado por John Mearsheimer e a principal vertente neorrealista utilizada nesta dissertação. O realismo ofensivo compartilha muito dos mesmos conceitos do realismo estrutural, mas difere no que diz respeito a quanto poder os Estados querem. Mearsheimer argumenta que a manutenção do *status quo* é inerente ao realismo estrutural, pois sempre que um Estado fica poderoso demais, outros se unirão contra esse Estado. Logo, toda grande potência deve tomar cuidado para não adquirir poder demais. Para os realistas ofensivos, o sistema internacional cria poderosos incentivos para que Estados busquem oportunidades de ganhar mais poder em detrimento de seus rivais, sempre que os benefícios superarem os custos.²⁴ Logo, todos os Estados são revisionistas, pois todos buscam alterar o *status quo* em seu favor. O objetivo de todo Estado é ser o *hegemon* do sistema: *hegemony is the ultimate form of security; there are no meaningful security threats to the dominant power in a unipolar system.*²⁵

Mearsheimer argumenta que toda grande potência almeja a hegemonia global, mas a dificuldade de atravessar os mares e projetar poder sobre o território de uma grande potência rival faz disso uma impossibilidade. A melhor alternativa possível é a hegemonia regional, e os Estados Unidos são o único Estado na era moderna que alcançaram essa posição. Como *hegemon* regional, os Estados Unidos não querem

²³ Kenneth N. Waltz, *Theory of International Politics* (Reading: Addison-Wesley Publishing Company, 1979), 97.

²⁴ Mearsheimer, *The Tragedy of Great Power Politics*, 31-32.

²⁵ *Ibid.*, 259.

rivais em posição similar, e sempre agiram para evitar que outras grandes potências se tornassem hegemônicas em suas respectivas regiões.²⁶

1.4. Poder Terrestre e Poder Naval

O principal pensador acerca do controle da Eurásia e como este controle por um único Estado contribuiria para sua consolidação como potência hegemônica foi o geógrafo Halford Mackinder. Aqui, far-se-á extenso uso de sua obra, *The Geographical Pivot of History*, para embasar a análise da política externa da China vis-à-vis a iniciativa da OBOR e, mais especificamente, sua vertente terrestre (o “Cinturão”). Para os defensores da primazia do poder terrestre, o *Heartland* da Eurásia, é o maior prêmio geopolítico. Cunhado por Mackinder, o *Heartland* se localizaria no centro da Eurásia, estendendo-se do Volga ao Yangtzé e do Himalaia ao Ártico. Tal região foi controlada principalmente pelo Império Russo, posteriormente pela União Soviética.

O conceito de *Heartland* inclui a noção de que esta é uma vasta região com grande quantidade e diversidade de recursos naturais, que vão das grandes florestas e grandes planícies e estepes do centro da Eurásia, até os ricos campos ucranianos e as grandes reservas petrolíferas do Mar Cáspio. Localizada em uma zona de difícil acesso pelo mar, o *Heartland* ocupa grande parte do interior do maior continente do mundo em termos geofísicos, a grande massa continental da Eurásia. É uma região de difícil controle e nunca teria sido controlada por alguma potência naval originária das penínsulas litorâneas da Eurásia. Ao longo da história, via de regra, esta região foi ocupada por povos semi-nômades cavaleiros como os citas, hunos, tártaros e mongóis. A região teria sido controlada por uma única unidade política, um Estado multinacional, apenas no período do domínio russo (sec. XVIII-XIX) e soviético (sec. XX até 1991).

As disputas pelo controle do *Heartland* estariam no centro da geopolítica global, na interpretação de Mackinder, pois o Estado que controlasse todo o *Heartland* poderia

²⁶ Ibid., 47.

tentar obter saídas para mares abertos e tornar-se uma potência anfíbia que poderia dominar o que ele denominava Ilha Mundo (*World Island*), território compreendido pela Eurásia e África do Norte, ligados segundo a teoria de MacKinder pelos Montes Urais e pelo istmo de Suez. Dominando a Ilha Mundo este Estado decidiria os rumos da política mundial.²⁷

Já a vertente marítima da OBOR, a “Estrada”, será analisada com base nas ideias do capitão Alfred T. Mahan, cuja obra *The Influence of Sea Power Upon History* influenciou a visão estratégica das marinhas de todo o mundo. Para Mahan, foi o controle britânico dos mares, combinado com um declínio relativo no poder naval de seus principais rivais europeus, que possibilitou o surgimento da Grã-Bretanha como a principal potência militar, econômica e política no século XIX.

Mahan defendia a construção de uma poderosa esquadra naval por parte do governo dos Estados Unidos. Temendo que a economia norte-americana não seria capaz de absorver a enorme quantidade de bens industriais e comerciais produzidos domesticamente, ele defendeu que o governo interviesse para que mercados externos fossem abertos. O escoamento da produção industrial doméstica era uma questão de interesse nacional, de acordo com Mahan. O acesso a mercados externos dependeria de três fatores: uma marinha mercante grande o suficiente para transportar bens norte-americanos para novos mercados; uma poderosa marinha capaz de deter ou destruir marinhas rivais; e a manutenção de linhas de comunicação abertas entre os Estados Unidos e os mercados estrangeiros, ou seja, bases marítimas para garantir o abastecimento e suprimento da marinha norte-americana, assim como a eliminação de qualquer gargalo nas rotas marítimas. Tanto a incorporação do Havaí quanto a anexação de Porto Rico, Guam e das Filipinas após a Guerra Hispano-Americana, no final do século XIX, seguiram a lógica defendida por Mahan.²⁸ Com a expulsão definitiva dos espanhóis da região, os Estados Unidos transformaram o Golfo do México e o Caribe num *mare nostrum* norte-americano .

Com isso em mente, será traçado um paralelo entre as ideias de Mahan e a vertente marítima da Rota da Seda. O mar da China Meridional é peça central para a

²⁷ Halford J. Mackinder, “The Geographical Pivot of History”, *The Geographical Journal*, Vol. 170, No. 4 (Dec 2004): 298–321.

²⁸ Alfred T. Mahan, *The Influence of Sea Power Upon History 1660-1783* (Boston: Little, Brown, and Company, 1890).

realização do projeto, no entanto, a China possui várias disputas territoriais com seus vizinhos acerca da soberania do mar. Outro fator a ser destacado é a presença da marinha norte-americana na região, ainda a principal força naval no mar da China Meridional.

1.5. Infraestrutura

Infraestrutura é o terreno econômico e social no qual adversários políticos se encontram e buscam estabelecer sistemas hegemônicos. Enormes recursos e esforços são investidos na tentativa de transformar um espaço geográfico e político mais vantajoso para um dos lados. O sucesso da contestação hegemônica, seja ela regional ou global, vai além da vontade política ou da mobilização demográfica de uma nação, pois requer também pontos materiais de influência.

O que é, de fato, infraestrutura? Empiricamente, pensa-se em sistemas técnicos de larga escala como ferrovias, rodovias, aeroportos, oleodutos e a internet, entre outros. A primeira característica marcante da infraestrutura é sua invisibilidade em períodos de funcionamento normal e estável. De fato, pessoas condicionaram-se a não perceber estradas até que elas estejam em obra, aviões até que estejam atrasados e *internet* até que a conexão caia. Na maior parte do tempo, infraestruturas formam uma parte invisível, embora material, do cotidiano humano. Em tempos de conflito, no entanto, a infraestrutura física torna-se objeto de cobiça entre as partes conflitantes, onde adversários tentam adquirir o controle das infraestruturas ou negar o acesso da oposição a elas.

A segunda característica é a enorme escala das infraestruturas. Elas são compostas por inúmeras tecnologias individuais e estendem-se para muito além de qualquer empirismo mensurável. Para perceber e compreender essas tecnologias em sua totalidade, precisa-se aumentar a cognição humana com modelos de computador, representações gráficas e sistemas coletivos de raciocínio.

A terceira e mais importante característica do ponto de vista da hegemonia é que infraestruturas duram e permanecem. Suas características físicas, escalas, custos e

inserções na sociedade tornam elas difíceis de serem alteradas. Qualquer projeto visando modifica-las requer uma grande quantidade de recursos, tanto em termos financeiros quanto em termos de esforço humano. Para qualquer projeto hegemônico, isso significa que uma vez que a infraestrutura estiver instalada, sua natureza política tende a perdurar independentemente de mudanças de governos.

Aproveitando esta breve discussão sociológica acerca do papel da infraestrutura, devemos levar em consideração as ideias de Steven Lukes, expostas em sua clássica obra sobre o poder e suas manifestações, onde o autor rebate algumas das teses propostas por Dahl. Para Lukes, o poder de *A* sobre *B* não se manifesta apenas por meio de *A* conseguir fazer com que *B* aja de forma contrária à forma como normalmente agiria. *A* também exerce poder sobre *B* ao influenciar, moldar ou determinar suas vontades e desejos. Lukes fez o seguinte questionamento:

*Indeed, is it not the supreme exercise of power to get another or others to secure their compliance by controlling their thoughts and desires? [...] thought control takes many less total and more mundane forms, through the control of information, through the mass media and through the process of socialisation.*²⁹

Segundo a lógica de Lukes, pode-se concluir que a infraestrutura é uma importante ferramenta política que materializa o poder hegemônico e carrega consigo um determinado conjunto de ações e de formações político-sociais possíveis. Logo, devido a sua natureza política e quase-invisível, infraestrutura é governança por consentimento, mas um tipo de governança que opera não por meio de ideologia ou forças discursivas, mas através de uma plataforma material. Aqueles que financiam e controlam o funcionamento de infraestruturas, estabelecem-se no topo de uma complexa hierarquia político-social e operam no sentido de ampliar o escopo de sua projeção de poder. O controle dos fluxos de investimentos, mercadorias, energia e até mesmo de pessoas é um poderoso instrumento para o exercício do poder estrutural de indivíduos sobre indivíduos ou de nações sobre nações. Dito de outra forma, infraestruturas são um meio primário de contestação ou de consolidação de posições políticas dominantes. São elas um mecanismo de hegemonia: a concretização da

²⁹ Steven Lukes, *Power: A Radical View* (London: The Macmillan Press Ltd, 1974), 23.

governança por meio da sutil limitação de opções e da produção do consentimento generalizado a uma ordem existente.

No caso específico da China, a imensa escala financeira e dimensão geográfica dos investimentos em infraestrutura da OBOR, pensados tanto como uma política externa quanto como uma política de reaquecimento da economia doméstica, gerará laços de comércio, de investimento e financeiros desiguais. O resultado será um intercâmbio econômico assimétrico, através do qual Pequim poderá exercer um crescente poder sobre as estruturas domésticas dos países menos desenvolvidos, e conseqüentemente mais fracos, que se encontram ao longo da OBOR. Como bem lembrou Carr no período entre guerras, [...] *in the comparatively well-ordered world of nineteenth-century liberalism, subtler forms of compulsion successfully concealed from the unsophisticated the continuous but silent workings of political power [...]*.³⁰ Ao defender os preceitos do liberalismo econômico no plano internacional e utilizando a OBOR como instrumento de barganha para a maior abertura de mercados, a China faz crescente uso de uma forma de poder sutilmente compulsivo para atingir seus objetivos geopolíticos em seu entorno regional.

Conforme os ditames do poder estrutural, um Estado dominante (aquele com uma base econômica comparativamente maior, mais desenvolvida e mais sofisticada) goza de influência política e econômica sobre um Estado dependente (aquele com menor desenvolvimento, sofisticação e peso econômico) no nível sistêmico devido a sua capacidade de moldar as condições em que operam os sistemas políticos, econômicos e sociais do Estado dependente. Esse poder de moldar é fruto, justamente, do intercâmbio econômico-comercial-financeiro assimétrico.³¹ Conseqüentemente, o Estado dominante desenvolve influência direta e/ou indireta sobre as prioridades do Estado dependente, sejam elas na esfera econômica, política ou de segurança, configurando um dos elementos básicos para a criação de uma esfera de influência no plano geopolítico.

³⁰ E.H. Carr, *The Twenty Years' Crisis*, 102.

³¹ Susan Strange, *States and Markets*, (London: Continuum, 1994), p. 24

1.6. A Rota da Seda

A antiga Rota da Seda derivou seu nome do lucrativo comércio da seda oriunda da China, o principal motivo pela transformação de rotas comerciais numa extensa rede transcontinental. Os termos alemães *Seidenstraße* e *Seidenstraßen* (Estrada da Seda e Rota da Seda), foram cunhados em 1877 pelo geógrafo alemão Ferdinand von Richthofen, no primeiro volume de sua obra *China: The results of my travels and the studies based thereon*. Embora jamais tenha existido uma rota da seda única, o termo no singular fixou-se no imaginário coletivo, criando uma ideia mais romântica de uma longa estrada cujo ponto de origem era Xi'an, no centro da China, passando pelos desertos da Ásia Central, até chegar ao Mediterrâneo. Na verdade, a Rota da Seda era formada por inúmeras correntes de estradas e passagens, cujas interseções criavam condições para o estabelecimento de prósperos *entrepôts*, facilitando o intercâmbio de bens transportados por caravanas de camelos. Da China e de seus arredores, partiam sedas e especiarias, bastante valorizadas na Europa. Na direção oposta, cavalos, ouro, jade e vidros eram os produtos mais cobiçados.³²

Existem registros de que o intercâmbio entre a China e a área do Mediterrâneo já existia há mais de 3 mil anos, dada a presença de seda chinesa em túmulos de faraós egípcios. No entanto, historiadores tendem a concordar que a regularidade do comércio entre a China e a Europa só foi se consolidar com o estabelecimento do Império Romano, criando um vasto e unificado mercado consumidor na parte ocidental da Eurásia. Com a existência de dois grandes impérios nos flancos da Eurásia, o Romano no Ocidente, e o Han no Oriente, os contatos civilizacionais no centro do continente floresceram exponencialmente, permitindo maior troca de bens, ideias, tecnologias e filosofias. No século XV, com a queda do Império Bizantino em Constantinopla e a tomada das passagens terrestres pelo Império Turco-Otomano, uma alternativa à Rota da Seda foi criada com a viagem de Vasco da Gama pelo Cabo da Boa Esperança, eliminando de vez a necessidade de uma rota terrestre ligando a Europa à Ásia.³³

³² Daniel Waugh, "Richthofen's 'Silk Roads': Toward the Archaeology of a Concept," *The Silk Road*, Vol. 5, No. 1 (Summer 2007): 2.

³³ Xinru Liu, *The Silk Road in World History* (Oxford: Oxford University Press, 2010), 22.

A primeira vez que a ideia de uma nova rota da seda foi oficialmente discutida pela China foi em 1996, quando o primeiro-ministro na época, Li Peng, foi o anfitrião de uma conferência internacional denominada *New Silk Road*. A ideia era similar à da OBOR: promover o desenvolvimento por meio da integração da infraestrutura de transporte da Eurásia ligando a China à Europa Ocidental.³⁴ O projeto, porém, nunca seguiu adiante. Diferentemente da antiga Rota da Seda, a OBOR nasce como um projeto estatal com planejamento e financiamento. Segue um breve resumo do projeto da OBOR, baseado em documento oficial do governo chinês, *Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road*.³⁵

O objetivo primário da OBOR é a promoção da conectividade dos continentes asiáticos, europeus e africanos, assim como o estabelecimento e fortalecimento de parcerias com os países ao longo das vertentes terrestres e marítimas. A iniciativa visa a promoção da livre circulação de fatores econômicos, a alocação eficiente de recursos e o aprofundamento da integração comercial, assim como o alinhamento das estratégias de desenvolvimento dos países envolvidos. Mais especificamente, a conectividade dar-se-ia pelo aperfeiçoamento da infraestrutura da região, com a construção de uma rede de passagens terrestres, marítimas e aéreas. Sobre a terra, o foco seria o desenvolvimento de corredores econômicos (China-Mongólia-Rússia; China-Ásia Central-Ásia Ocidental; China-Indochina) ao longo de rotas de transporte internacionais. No mar, objetiva-se o desenvolvimento de rotas de transporte marítimo ligando os principais portos dos países envolvidos.

Além da infraestrutura de transporte, ênfase será conferida à conectividade da infraestrutura energética, com destaque especial para a segurança de óleo e gasodutos, assim como a promoção de investimentos para a exploração de carvão, petróleo, gás natural, metais minerais e outras fontes de energia convencionais.

No campo financeiro, algumas importantes iniciativas estão vinculadas à OBOR. Tanto o *Asian Infrastructure Investment Bank* quanto o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS terão destaque como fontes de investimento para os

³⁴ Mark Burles, *Chinese Policy Toward Russia and the Central Asian Republics*, 38.

³⁵ O documento foi divulgado em março deste ano e foi preparado conjuntamente por três órgãos oficiais do governo: *National Development and Reform Commission, Ministry of Foreign Affairs, and Ministry of Commerce of the People's Republic of China*. Disponível em: <http://en.ndrc.gov.cn/newsrelease/201503/t20150330_669367.html>. Acesso em: 02 abr. 2016.

projetos de infraestrutura. O governo chinês também lançou o *Silk Road Fund*, com capital inicial de US\$ 40 bilhões. Por fim, a China está empenhada em criar uma instituição financeira ligada à Organização de Cooperação de Xangai, órgão inicialmente concebido para construção de confiança mútua em temas de segurança, mas que ganha cada vez mais destaque como foro de concertação política e econômica.

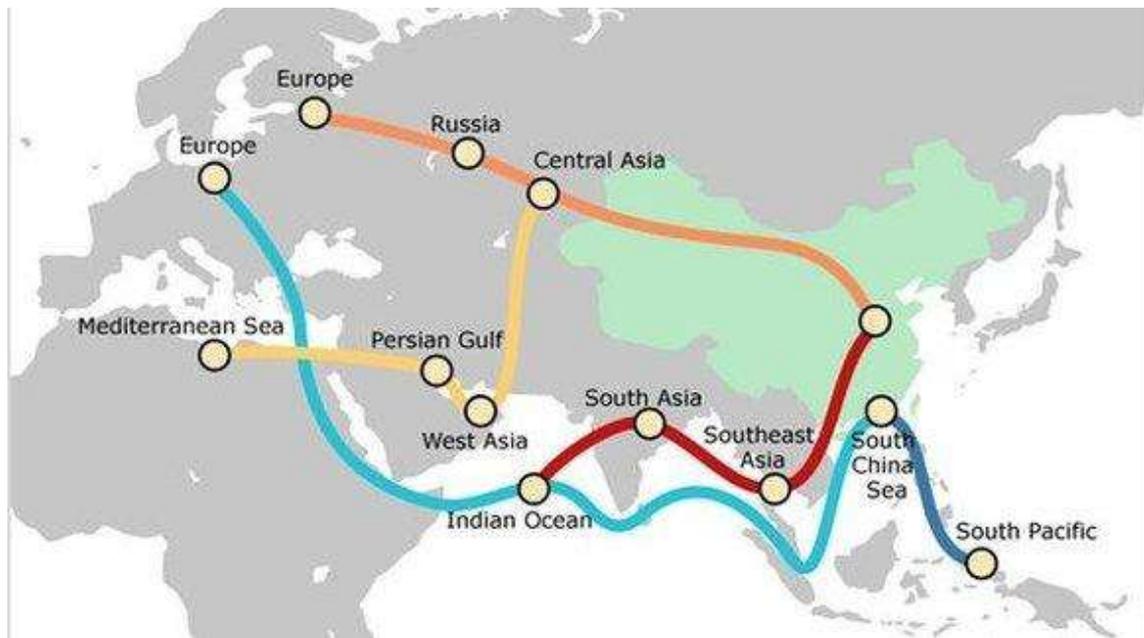


Figura 1 - Fonte: *China-Britain Business Council*³⁶

1.7. Estrutura

Esta dissertação será organizada da seguinte forma. O segundo capítulo tratará de temas centrais ao Realismo, como a sobrevivência estatal e a obtenção de poder para garantir a sobrevivência. Além de noções de *raison d'État*, serão estudadas questões como os efeitos turbulentos da ascensão de novas potências sobre a ordem internacional e sobre a distribuição de poder entre as grandes potências. Temas como transições hegemônicas pacíficas e belicosas também farão parte do estudo, que terá nos Estados Unidos e na China os dois principais atores, visto a evolução de cada um no que diz respeito ao seu atual posicionamento na hierarquia de poder.

³⁶ Disponível em: <<http://www.cbcc.org/sectors/one-belt,-one-road/>>

O foco do terceiro capítulo será a própria iniciativa *One Belt, One Road*. O capítulo será dividido entre a vertente terrestre (*One Belt*) e a vertente marítima (*One Road*), e como cada uma dessas vertentes está sendo pensada para aumentar o poder relativo da China. Questões como segurança energética serão analisadas, assim como questões de infraestrutura, principalmente no que diz respeito a pontos críticos de gargalo de transporte (*chokepoints*) como o estreito de Malaca e o controle do mar da China Meridional, região onde Pequim tem se mostrado mais assertiva em seu imediato contorno regional. A importância da Ásia Central para o projeto também será devidamente estudada, visto que as ideias de Mackinder no que diz respeito ao *heartland* ainda se fazem sentir nos cálculos de segurança das grandes potências.

Por fim, o último capítulo visa a demonstrar quais são os principais obstáculos geopolíticos ao sucesso da OBOR como instrumento de poder. Enquanto a China tenta aumentar sua projeção de poder no Ásia-Pacífico, os Estados Unidos tentam manter sua supremacia militar e política sobre a mesma região. Embora nunca oficializado, o *pivot to Asia* da administração de Barack Obama foi pensado como uma resposta à ascensão chinesa. Além de sua vertente comercial conhecida como Parceria Transpacífico, o *pivot to Asia* inclui o fortalecimento das parcerias de segurança com antigos aliados como o Japão e as Filipinas, assim como maior aproximação com Estados que não fazem parte de esfera de influência norte-americana, como o Vietnã.

Neste momento faz-se necessário explicar que a pesquisa para esta dissertação e a elaboração da mesma deu-se antes das eleições presidenciais dos Estados Unidos. Há de se esperar os impactos da vitória de Donald Trump e de sua retórica isolacionista. Dito isso, algumas observações devem ser feitas. Em primeiro lugar, não fará diferença para a escola neorrealista caso o isolacionismo do governo Trump se concretize. Ao tratar Estados como “caixas pretas”, a teoria neorrealista descarta os atos de indivíduos e considerações políticas tais como ideologias. Embora esses fatores podem, no curto prazo, dominar o processo decisório de um Estado, no longo prazo serão questões como a anarquia sistêmica e a distribuição de poder que terão maior impacto no desenrolar da política internacional. Em segundo lugar, mesmo se o isolacionismo do governo Trump se realizar, não há por que acreditar que a mesma política seria exercida pelas outras grandes potências, notadamente a China e a Rússia. Pelo contrário, elas aproveitariam a retração norte-americana para consolidar suas

esferas de influência e, se possível, avançar sobre as esferas hoje sob a influência de Washington. Por fim, é difícil acreditar que os interesses norte-americanos estariam melhores servidos com uma retração do cenário internacional, particularmente da Ásia, a região de maior dinamismo econômico no mundo. Antes mesmo de tomar posse, o presidente Trump já dava indícios de que estaria seu governo poderia vir a interferir em temas de segurança no teatro pacífico-asiático. Tanto sua conversa por telefone com a presidente de Taiwan, quebrando protocolos estabelecidos décadas atrás, quanto declarações posteriores de que os EUA não estavam presos à *One-China policy*, foram um claro recado a Pequim de que os Estados Unidos se fariam sentir presentes em áreas de interesse vital à China.

2 A ascensão hegemônica regional

Power is the currency of great-power politics, and states compete for it amongst themselves. What money is to economics, power is to international relations.³⁷

A competição entre as grandes potências e a possibilidade de conflitos entre elas quando ocorrem mudanças no topo da hierarquia são uma velha narrativa na história das relações internacionais. Conforme Ross e Feng,

Power transitions are among the most destabilizing events in international politics. Shifts in the distribution of power among the great powers, together with associated conflicts over the redistribution of the goods of the international system, have been recurring sources of great power conflict and of prolonged and destructive great power wars.³⁸

Pensadores realistas identificariam a intensificação da competição geopolítica observada no início do século XXI como o estado normal dos assuntos internacionais. A unipolaridade norte-americana não haveria de durar e a ordem internacional do pós-Guerra Fria seria, e de fato está sendo, contestada por antigas e novas grandes potências, notadamente, Rússia e China, respectivamente. Escrevendo em 1939, Carr lembrava:

"Power politics" were regarded as a mark of the bad old times, and became a term of abuse. That this belief should have persisted for more than ten years was due to the circumstance that the Great Powers whose main interest was the preservation of the status quo enjoyed throughout that time a virtual monopoly of power. [...] What was commonly called the "return to power politics" in 1931 was, in fact, the termination of the monopoly of power enjoyed by the status quo Powers.³⁹

Com o desmembramento da União Soviética e o fim da bipolaridade sistêmica, os Estados Unidos emergiram no pós-Guerra Fria como a única grande potência *de facto status quo* no plano internacional. No entanto, a ascensão da China e a renovada

³⁷ Mearsheimer, *The Tragedy of Great Power Politics*, 19.

³⁸ Robert S. Ross and Zhu Feng, *China's Ascent: Power, Security, and the Future of International Politics* (Ithaca: Cornell University Press, 2008), 1.

³⁹ Carr, *The Twenty Years' Crisis*, 103.

disposição da Rússia de fazer valer seus interesses no Leste Europeu e no Oriente Médio criam um paralelo com os eventos de 1931: o fim do monopólio de poder exercido pela potência do *status quo* e o retorno das políticas de poder.

Registros históricos oferecem uma grande base de apoio à ideia de que a guerra é o resultado do desafio imposto por potências em ascensão às potências estabelecidas. A França ascendeu ao poder derrotando a Espanha e o Sacro Império Romano-Germânico. A ascensão britânica deu-se após suas vitórias contra a Holanda e a França. A Alemanha alcançou a supremacia no continente europeu depois de impor duras derrotas ao Império Austro-Húngaro e à França. A suposição generalizada de inevitável tensão entre as potências em ascensão - que visam a alterar a hierarquia e as regras internacionais -, e as potências vigentes - que visam a manutenção das mesmas-, parece plausível. O peso da história é interpretado por alguns teóricos das RIs como prova da inevitabilidade do conflito entre novas e antigas potências que ocupam o topo da hierarquia do poder. Os três grandes conflitos do século XX (Primeira e Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria), sustentam, de acordo com estes pensadores, essa linha de raciocínio.

No entanto, a guerra não precisa ser o resultado inevitável da transição de poder entre as grandes potências. Buzan e Cox descrevem três modelos de ascensão de uma grande potência: ascensão belicosa (*warlike rise*), ascensão pacífica fria ou negativa (*cold or negative peaceful rise*) e ascensão pacífica quente ou positiva (*warm or positive peaceful rise*). A ascensão belicosa ocorre quando a nova potência dá início a uma guerra contra a potência hegemônica. A ascensão pacífica fria é marcada pela ausência de guerra num contexto de ameaças e de suspeitas entre as grandes potências. Já a ascensão pacífica quente ocorre num ambiente de amizade e cordialidade com uma baixa percepção de conflitos potenciais.⁴⁰

Embora a redistribuição de forças entre as grandes potências possa exacerbar conflitos de interesses, esta redistribuição, por si só, não determina a intensidade e o resultado destes conflitos. Nem mesmo pode-se negar a possibilidade de uma solução pacífica ser alcançada. Isso ocorre porque os custos com os quais as potências estão dispostas a arcar, e conseqüentemente a intensidade e os meios com os quais elas

⁴⁰ Barry Buzan and Michael Cox, "China and the US: Comparable Cases of 'Peaceful Rise'?", *The Chinese Journal of International Politics* Vol. 6, No. 2 (2013): 112.

defendem seus interesses cada vez mais expansivos, são sensíveis aos contextos domésticos e internacionais durante cada transição. Dito de outra forma, apesar de um aumento de tensões associadas a transições de poder, cada transição é um evento distinto. Cada transição reflete uma determinada combinação histórica de múltiplos fatores que influenciam não apenas o comportamento das grandes potências, mas, também, as fontes de conflito e de cooperação entre elas.

Organski identifica a transição de poder da Grã-Bretanha para os Estados Unidos, no final do século XIX e início do século XX, como a única transição de poder pacífica na história.⁴¹ Buzan e Cox caracterizaram essa transição como uma ascensão pacífica quente, por parte dos Estados Unidos. De fato, a última vez que os dois países entraram em guerra foi em 1812, apenas três décadas após a independência dos EUA, num momento em que as relações bilaterais entre os dois países ainda estavam em vias de formação e os limites territoriais da jovem nação norte-americana ainda estavam sendo definidos. Desafiando o prognóstico realista, os Estados Unidos substituíram a Grã-Bretanha como principal potência global sem tensões e conflitos com o antigo *hegemon* do sistema internacional. De acordo com Buzan e Cox,

*Contrary to realist expectations, it [Great Britain] very quickly came to accept America's rise as being both inevitable following the Union's victory in the Civil War, and potentially beneficial as Britain's rivalry with Germany began to assume an increasingly serious form in the late 19th century. Britain became, in effect, a major collaborator in the rise of the United States—though this fact of course does not feature much in United States self-understandings of its rise.*⁴²

Deve-se ressaltar, no entanto, que o pacifismo da ascensão dos Estados Unidos é uma questão de perspectiva. Tendo como chave do modelo de Buzan e Cox a existência ou ausência de conflitos e tensões entre a potência estabelecida e a potência em ascensão, a transição de poder anglo-americana foi, de fato, pacífica e quente. Seguindo estreitos critérios de poder que definem as relações entre as grandes potências, essa alternância no topo da hierarquia internacional desafiou preceitos da teoria realista.

⁴¹ A.F.K. Organski, *World Politics* (New York: Alfred A. Knopf, 1968), 349.

⁴² Buzan and Cox, *China and the US: Comparable Cases of 'Peaceful Rise'?*, 8.

Mas enxergado do ponto de vista de potências médias e de nações na periferia do sistema internacional, a elevação dos Estados Unidos à condição de primeira potência regional e, posteriormente, potência global, enquadra-se dentro dos moldes realistas. A hegemonia dos Estados Unidos sobre o continente viabilizou-se com guerras contra o México (1846-48) e contra a Espanha (1898) e após inúmeras intervenções em nações da América Central e do Caribe em defesa de interesses norte-americanos. Ou seja, do ponto de vista da Espanha e das nações latino-americanas e caribenhas, a ascensão dos Estados Unidos deu-se em um contexto belicoso e/ou de pacifismo frio.

Já no cenário internacional, a primazia estadunidense foi viabilizada pelas tensões entre a Inglaterra e outra potência em ascensão, a Alemanha. Com a intenção de equiparar e superar o poderio britânico nos mares, a partir de 1898, a Alemanha tornou-se a principal rival da Inglaterra no continente europeu. A ascensão dos Estados Unidos foi em muito facilitada pelas duas guerras mundiais da primeira metade do século XX, conflitos em que os Estados Unidos entraram de forma tardia e hesitante, sempre do lado da Inglaterra. Os Estados Unidos foram os grandes vencedores em guerras iniciadas por outras grandes potências, uma já consolidada e a outra em ascensão. Em muitos aspectos, os Estados Unidos foram *free riders* da ascensão belicosa da Alemanha.⁴³ Ou seja, mesmo não iniciando nenhuma das guerras, a nova potência global assumiu seu lugar após um conflito entre grandes potências, seguindo a lógica realista de poder. Nega-se, portanto, o modelo tripartite proposto por Buzan e Cox, visto que o registro histórico carece de exemplos de uma ascensão pacífica verdadeiramente quente ou não belicosa.

Essa lógica é sustentada por Mearsheimer, que defende que uma vez alcançada a hegemonia regional, o objetivo da grande potência é impedir que *hegemons* regionais se estabeleçam em outras partes do globo. Ao longo do século XX, os EUA intervieram em quatro ocasiões para impedir que uma grande potência conquistasse a supremacia regional: contra a Alemanha durante as duas guerras mundiais, contra o Japão durante a Segunda Guerra Mundial e contra a União Soviética durante a Guerra Fria. Conforme o autor,

⁴³ Ibid., 5.

*Regional hegemons attempt to check aspiring hegemons in other regions because they fear that a rival great power that dominates its own region will be an especially powerful foe that is essentially free to cause trouble in the fearful great power's backyard. Regional hegemons prefer that there be at least two great powers located together in other regions, because their proximity will force them to concentrate their attention on each other rather than on the distant hegemon.*⁴⁴

Mearsheimer argumenta que nações que alcançam a hegemonia regional buscam impedir que grandes potências em outras regiões consigam fazer o mesmo. A situação ideal para um *hegemon* regional é a ausência de um par fora de seu entorno regional.⁴⁵ Indiretamente, Mearsheimer nega a possibilidade de uma ascensão pacífica quente, conforme aquela descrita por Buzan e Cox.

2.1. A anarquia e a acumulação de poder

A anarquia motiva Estados a garantirem sua segurança por meio de mecanismos de autoajuda, incluindo a guerra, o que acaba por gerar preocupações com suas posições de poder relativas às de outros Estados. Na análise de potenciais ameaças, a anarquia faz com que Estados se preocupem com as capacidades de outros Estados, e não com suas intenções. Essa lógica dá sustentação ao que John Herz cunhou de dilema de segurança:

*Wherever such anarchic society has existed--and it has existed in most periods of known history on some level – there has arisen what may be called the "security dilemma" of men, or groups, or their leaders. Groups or individuals living in such a constellation must be, and usually are, concerned about their security from being attacked, subjected, dominated, or annihilated by other groups and individuals. Striving to attain security from such attack, they are driven to acquire more and more power in order to escape the impact of the power of others. This, in turn, renders the others more insecure and compels them to prepare for the worst. Since none can ever feel entirely secure in such a world of competing units, power competition ensues, and the vicious circle of security and power accumulation is on.*⁴⁶

⁴⁴ Mearsheimer, *The Tragedy of Great Power Politics*, 37.

⁴⁵ *Ibid.*, 37.

⁴⁶ John H. Herz, "Idealist Internationalism and the Security Dilemma," *World Politics*, Vol. 2, No. 2 (Jan., 1950): 157.

A segurança do Estado, e conseqüentemente sua própria existência como entidade social, é a preocupação primária dos governos nacionais. A sobrevivência do Estado, definida como o interesse nacional, está além de questões de princípios e valores universais. Seguindo a interpretação hobbesiana de que *homo homini lúpus*, no plano internacional o Estado é o lobo do Estado. Num ambiente anárquico, em que a existência do Estado nunca está garantida e onde o uso da força ainda é interpretado como um legítimo instrumento político, a sobrevivência torna-se a *raison d'État*. Conforme Kissinger, *Raison d'État asserted that the well-being of the state justified whatever means were employed to further it; the national interest supplanted the medieval notion of a universal morality.*⁴⁷

Pensadores associados ao Realismo e ao conceito de *raison d'État* defendem a noção de que lideranças estatais devem ter uma compreensão básica do lugar ocupado pelo Estado no contexto internacional com o intuito de decidir quais princípios guiarão seu comportamento externo. Assim dito, no reino das possibilidades do que é e do que será, surge, através desta compreensão, uma noção do que deve ser e do que tem que ser. Meinecke afirma:

*Raison d'État is the fundamental principle of national conduct, the State's first Law of Motion. It tells the statesman what he must do to preserve the health and strength of the State. The State is an organic structure whose full power can only be maintained by allowing it in some way to continue growing; and raison d'État indicates both the path and the goal for such a growth.*⁴⁸

2.2.

A economia como base de poder

Tradicionalmente, a segurança nacional esteve intrinsecamente associada ao poder militar de um Estado, visto que, de acordo com pensadores como Stephen Walt, o principal foco dos estudos de segurança é o fenômeno da guerra.⁴⁹ Sendo assim, o poder efetivo de um Estado acaba por se tornar uma função de suas forças militares e como estas se comparam às forças militares de um Estado rival. Dito de outra forma,

⁴⁷ Henry Kissinger, *Diplomacy* (New York: Simon & Schuster, 1994), 57.

⁴⁸ Friedrich Meinecke, *Machiavellism: The Doctrine of Raison d'État and its Place in Modern History* (New Haven: Yale University Press, 1962), 1.

⁴⁹ Stephen M. Walt, "The Renaissance of Security Studies," *International Studies Quarterly*, Vol. 35, No. 2 (Jun., 1991): 212.

a balança de poder é sinônima da balança de poder militar. O poder é definido em termos militares porque a força é o último recurso da política internacional.⁵⁰

No entanto, até mesmo as mais estreitas das definições acerca do poder abrem espaço para o papel da economia, do comércio e do desenvolvimento como fonte de poder nacional e como um componente básico da segurança nacional (*i.e.* do interesse nacional). A segurança econômica inclui a promoção do crescimento, o acesso a mercados globais e o suprimento garantido de recursos naturais. O capitão Alfred T. Mahan já destacara o papel da economia ao afirmar que, quando nações não estão em guerra, a prática mais apropriada para a autopreservação do Estado é a expansão econômica.⁵¹ Sem esta, não há recursos para a manutenção de tropas, para a aquisição de material, para investimento em pesquisa e tecnologia e para o desenvolvimento de um setor industrial moderno. É *conditio sine qua non* uma grande potência militar ser também uma grande potência econômica e industrial. Na mesma linha de raciocínio, Morgenthau argumentou,

*Thus it is inevitable that the leading nations should be identical with the great powers, and a change in industrial rank, for better or worse, should be accompanied or followed by a corresponding change in the hierarchy of power. So long as Great Britain as an industrial nation had no equal, it was the most powerful nation on Earth, the only one that deserved to be called a world power.*⁵²

Paul Kennedy argumenta que a ascensão e queda das grandes potências é determinada principalmente por desenvolvimentos econômicos e tecnológicos que, por sua vez, influenciam estruturas sociais, sistemas políticos, poder militar e a posição de Estados na hierarquia do sistema internacional. Visto que o crescimento econômico entre nações nunca se dá na mesma velocidade, o ritmo deste crescimento teve um impacto de longo prazo fundamental no poder militar relativo e na posição estratégica dos membros da comunidade internacional.⁵³ Engels, por sua vez, equaciona o poder, ou a força, com a manutenção de um grande exército e de uma grande marinha, mas faz o seguinte alerta:

⁵⁰ Mearsheimer, *The Tragedy of Great Power Politics*, 45.

⁵¹ Alfred T. Mahan, *The Problem of Asia And Its Effect Upon International Policies* (Boston: Little, Brown, and Company, 1900).

⁵² Morgenthau, *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*, 119.

⁵³ Paul Kennedy, *The Rise and Fall of the Great Powers*, 439.

*[...] force is conditioned by the economic situation, which furnishes the means for the equipment and maintenance of the instruments of force. But even that is not all. Nothing is more dependent on economic prerequisites than precisely army and navy. Armament, composition, organisation, tactics and strategy depend above all on the stage reached at the time in production and on communications.*⁵⁴

Junto com o tamanho da população de um país, Mearsheimer acredita que o tamanho da economia faz parte do poder latente de um Estado. O poder latente constitui os recursos disponíveis que Estados têm para alocar para suas forças armadas.⁵⁵ Conforme o autor, as grandes potências buscam alcançar no mínimo a paridade militar com outras grandes potências, visto que o potencial militar ofensivo é uma ameaça tangível à sua sobrevivência. A devida atenção, no entanto, também é dada ao poder latente em mãos de Estados rivais, pois nações ricas e populosas geralmente podem montar exércitos poderosos (e de fato o fazem). Logo, grandes potências tendem a temer Estados com grandes populações e com economias em rápida expansão, mesmo se esses Estados ainda não converteram seu poder econômico em poder militar.⁵⁶

Saindo da teoria e passando para o plano prático, observa-se como a economia e o desenvolvimento são tratados como temas de segurança nacional para as grandes potências. A seguinte tabela mostra os principais interesses nacionais, interesses de segurança e objetivos de segurança dos Estados Unidos, conforme pensados pelo Estado-Maior Conjunto e incluídos na Estratégia Militar Nacional de 2015. Uma economia crescente e inovadora, capaz de manter-se na vanguarda das descobertas científicas e tecnológicas, é visto como componente essencial dos interesses nacionais perenes da nação. Para tanto, a cúpula militar dos países defende uma ordem internacional baseada em regras e normas e liderada pelos Estados Unidos. Observa-se uma tentativa de manter e fortalecer a incontestável preeminência norte-americana no sistema internacional estabelecida no pós-Segunda Guerra Mundial.

⁵⁴ Friedrich Engels, *Herr Eugen Dühring's Revolution in Science*, 102. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/anti_duhring.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2016.

⁵⁵ Mearsheimer, *The Tragedy of Great Power Politics*, 39-40.

⁵⁶ *Ibid.*, 48.

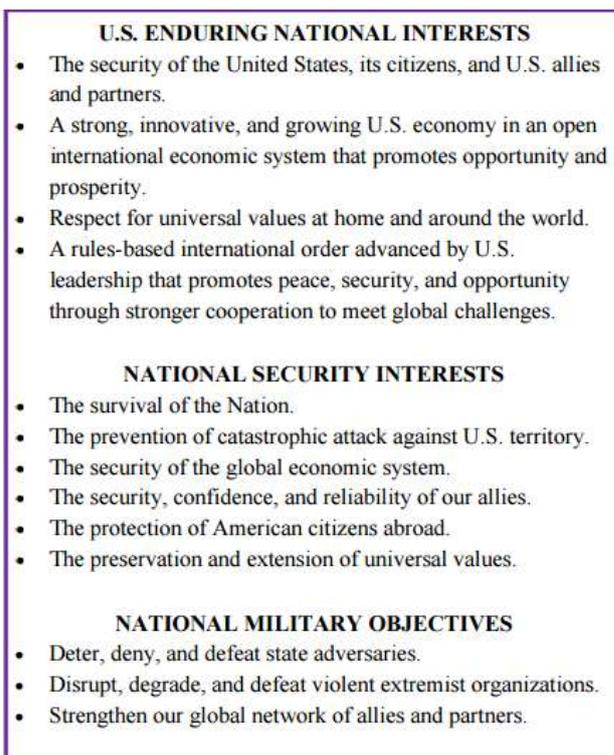


Figura 2 - Fonte: *The National Military Strategy of the United States of America 2015*⁵⁷

2.3.

A China e seu poder latente

Se o conceito de poder latente definido por Mearsheimer for utilizado, o poder norte-americano está em declínio *vis-à-vis* o da China. Em 1989, o PIB dos Estados Unidos representava 22,28% do PIB mundial quando medido por paridade de poder de compra. O da China era apenas 4,07% do total global.⁵⁸ Em 2014, a China ultrapassou os EUA em termos de contribuição ao PIB global, ainda medido por paridade de poder de compra.⁵⁹ Enquanto os EUA contribuíram 16,14% para o PIB global, a contribuição chinesa foi de 16,32%.⁶⁰ Embora sem o ajuste de paridade de poder de compra os Estados Unidos ainda sejam a maior economia do mundo, analistas

⁵⁷ Disponível em:

<http://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Publications/2015_National_Military_Strategy.pdf>.

⁵⁸ GDP as Share of World GDP at PPP By Country, *Quandl*. Disponível em:

<<https://www.quandl.com/collections/economics/gdp-as-share-of-world-gdp-at-ppp-by-country>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

⁵⁹ The World Factbook, *Central Intelligence Agency*. Disponível:

<<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

⁶⁰ GDP as Share of World GDP at PPP By Country, *Quandl*.

estimam ser uma questão de tempo até a China ultrapassar os EUA. Em termos comerciais, a preponderância chinesa também já se tornou fato consumado. Em 2010, a China tornou-se a maior nação exportadora do mundo.⁶¹ Hoje, o país é também a maior nação comercial do mundo, com um comércio externo (exportações + importações) no valor de US\$ 4.301 contra US\$ 4.034 dos Estados Unidos.⁶²

J. A. Hobson, em sua obra *Imperialism: A Study*, já previa esse movimento. Com o reatamento das relações diplomáticas sino-norte-americanas durante o governo de Richard Nixon e com a abertura econômica promovida por Deng Xiaoping, capital estrangeiro – particularmente proveniente dos EUA e do Japão –, migrou para a China à procura de mão de obra barata e de uma base de produção para exportação. Com isso, além de investimento estrangeiro, o país recebeu tecnologia e know-how produtivo, sedimentando as bases para a transformação da China em futura potência econômica. Escrevendo em 1902, Hobson declarava:

*It is at least conceivable that China might so turn the tables upon the Western industrial nations, and, either by adopting their capital and organizers or, as is more probable, by substituting her own, might flood their markets with her cheaper manufactures, and refusing their imports in exchange might take her payment in liens upon their capital, reversing the earlier process of investment until she gradually obtained financial control over her quondam patrons and civilizers. This is no idle speculation.*⁶³

De acordo com Joseph Nye,

*Economic resources can produce soft power behavior as well as hard. A successful economic model not only produces the latent military resources for exercise of hard power, but it can also attract others to emulate its example.*⁶⁴

Essa lógica, já demonstrada fazer parte da estratégia defendida pelos círculos militares dos Estados Unidos, também encontra ressonância nos meios políticos do país. Na Estratégia Nacional de Segurança, documento elaborado pela Casa Branca, o presidente Barack Obama ressalta: *America's growing economic strength is the*

⁶¹ The World Factbook, *Central Intelligence Agency*.

⁶² International Trade Statistics 2015, Special Focus: World Trade and the WTO: 1995–2014. *World Trade Organization* (2015): 46.

⁶³ J.A. Hobson, *Imperialism: A Study* (New York: Cosimo Classics, 2005), 309.

⁶⁴ Joseph Nye, *The Future of Power*, (New York: PublicAffairs, 2011), 52.

*foundation of our national security and a critical source of our influence abroad.*⁶⁵ Ainda no mesmo documento, a Casa Branca afirma: *Sustaining our leadership depends on shaping an emerging global economic order that continues to reflect our interests and values. Despite its success, our rules-based system is now competing against alternative, less-open models.*⁶⁶ Com modelos alternativos menos abertos (ou transparentes), embora não diretamente mencionado, acredita-se ser uma referência ao capitalismo de Estado praticado na China, modelo que até o presente deu certo, dada a consolidação do país como segunda potência econômica do planeta e cujo sucesso serve de inspiração para outros países, sobretudo no mundo em desenvolvimento.

A mesma ligação entre segurança e economia também é enfatizada do lado chinês embora, dadas as carências socioeconômicas da China e de sua população, o discurso sobre o crescimento econômico se dá em termos desenvolvimentistas, com ênfase na noção de que o país ainda está em um processo de industrialização pelo qual os países desenvolvidos já passaram. Além do mais, visto o enorme déficit democrático no país e a monopolização das tomadas de decisões pelo Partido Comunista Chinês (PCC), o crescimento e o desenvolvimento são vistos como essenciais para a legitimização do PCC. A segurança e estabilidade do regime estão intrinsicamente atreladas à crescente prosperidade da população como um todo.

Para um país em desenvolvimento como a China, que ainda possui um considerável *lag* socioeconômico perante seus pares no topo da hierarquia internacional, este atraso deve ser encurtado o mais breve possível para que o país consolide seu status como grande potência. Waltz já afirmava:

*States, because they are in a self-help system, have to use their combined capabilities in order to serve their interests. The economic, military, and other capabilities of nations cannot be sectorized and separately weighed. States are not placed in the top rank because they excel in one way or another. Their rank depends on how they score on all of the following items: size of the population and territory, resource endowment, economic capability, military strength, political stability and competence.*⁶⁷

⁶⁵ National Security Strategy, The White House (2015): i. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/2015_national_security_strategy_2.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2015.

⁶⁶ Ibid., 15.

⁶⁷ Kenneth Waltz, *Theory of International Politics*, 131.

Essa lógica ganha crescente destaque num momento em que as autoridades em Pequim tentam controlar a desaceleração do crescimento econômico do país. Se entre 1978-2011 a média de crescimento do PIB chinês foi de 10%, em 2015 o crescimento foi de apenas 6,9%, a menor taxa em 25 anos. Embora essa taxa seja baixa no contexto histórico recente, uma taxa de crescimento de quase 7% ao ano para a segunda economia do planeta ainda faz desta a locomotiva da economia mundial. Pequim passou a promover o princípio do “novo normal” (*new normal*, em inglês) para descrever a realidade econômica do país.⁶⁸ O novo normal inclui não apenas uma menor taxa de crescimento do PIB, mas um redirecionamento do modelo econômico, mais voltado para o consumo interno e menos dependente de exportações. Essa menor dependência não implica, no entanto, uma redução do *quantum* exportado, pelo contrário, mas uma redução da participação das exportações na composição do PIB. Simultaneamente, o novo normal requer maior participação de serviços na composição do PIB e na composição das exportações chinesas. Resumidamente, o novo normal desloca o foco do ritmo de crescimento da economia para a qualidade do crescimento da economia.

2.4.

O exercício do poder por meio de instituições financeiras internacionais

Dado o peso que a economia chinesa tem sobre a economia global, peso esse que só deve crescer nos próximos anos, não seria exagero afirmar que o novo normal da China é também o novo normal para o restante do mundo. No entanto, ainda existe um grande descompasso entre o poder econômico da China e seu poder político internacional. Esse descompasso deu-se em parte por uma opção das autoridades chinesas, em linha com o mantra de Deng Xiaoping: *keep a low profile and bide our time, while also getting something accomplished*.⁶⁹ Ao mesmo tempo, o sistema

⁶⁸ Hu Angang, “Embracing China's ‘New Normal’,” *Foreign Affairs*, May/June 2015. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2015-04-20/embracing-chinas-new-normal>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

Mark Magnier, “China’s Economic Growth in 2015 Is Slowest in 25 Years”, *The Wall Street Journal*, Jan. 19, 2016. Disponível em: <<http://www.wsj.com/articles/china-economic-growth-slows-to-6-9-on-year-in-2015-1453169398>>. Acesso: 16 fev. 2016.

⁶⁹ “Should China continue to keep a low-profile attitude?,” *People’s Daily Online*, Dec. 13, 2012. Disponível em: <<http://en.people.cn/90883/8057776.html>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

internacional, liderado pelos Estados Unidos, ainda hesita em acomodar a China no topo da hierarquia. Existe uma defasagem entre o crescente poder da China e o papel por ela desempenhado na ordem internacional. Charles F. Doran afirma que esse descompasso é natural e com o tempo a política externa da potência em ascensão ajusta-se ao seu crescente poder relativo. Conforme o autor:

A state's foreign policy expectations are tied to change on its power cycle, but power and role get out of sync because actors and system do not adjust readily to changes in relative power. On the upside of the power curve, the increase in power tends to exceed acquisition of role. The system is reluctant to yield role to the ascendant actor, or the rising state may prefer to postpone role gratification and responsibility until it could do so more easily (with greater confidence) and on its own terms (with less competition).⁷⁰

A agitação diplomática, política e militar da China em seu entorno regional, com crescente intensidade nesta década, parece indicar que Pequim busca reduzir a assimetria entre seu peso econômico e seu peso político no cenário internacional. O Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (*Asian Infrastructure Investment Bank – AIIB*) reflete a estratégia chinesa de encurtar o *gap* de poder existente entre os Estados Unidos e a China em algumas das principais instituições financeiras internacionais (IFI).

São inegáveis as necessidades de investimento em infraestrutura na Ásia. O Banco Asiático de Desenvolvimento (*Asian Development Bank – ADB*) estima que existe uma carência de investimento em infraestrutura de US\$ 8 trilhões para a região. Isso apenas para o decênio 2010-2020.⁷¹ Visto que no continente asiático reside 2/3 da população pobre do planeta, esse tipo de investimento faz-se ainda mais necessário. As IFIs existentes, como o Banco Mundial e o ADB, não possuem os recursos necessários para cobrir o déficit em infraestrutura na região, principalmente porque o foco destas instituições tem sido em programas de alívio e redução de pobreza, e não necessariamente em projetos de infraestrutura de larga escala. Os defensores da

⁷⁰ Charles F. Doran, “Economics, Philosophy of History, and the “Single Dynamic” of Power Cycle Theory: Expectations, Competition, and Statecraft,” *International Political Science Review*, Vol 24, No. 1 (2003): 31.

⁷¹ “Who Will Pay for Asia's \$8 Trillion Infrastructure Gap?,” *Asian Development Bank*, Sept. 30, 2013. Disponível em: <<http://www.adb.org/news/infographics/who-will-pay-asias-8-trillion-infrastructure-gap>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

iniciativa chinesa de lançar o AIIB argumentam que a nova instituição irá complementar os trabalhos do Banco Mundial e do ADB.⁷²

Igualmente inegável, porém, é o baixo poder exercido pela China no Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Asiático de Desenvolvimento. O poder de voto chinês em cada uma dessas instituições é de, respectivamente, 4,64%, 6,12%, e 6,5%. Esses percentuais são baixos considerando-se que o país é a segunda economia do mundo. O poder de voto dos Estados Unidos nestas mesmas instituições, por sua vez, é de 16,64%, 16,61% e 15,5%, nesta última só perdendo para o Japão, com 15,6% do poder de voto. Dado o peso dos Estados Unidos na distribuição dos votos no Banco Mundial e no FMI, o país possui poder de veto sobre as iniciativas e decisões de ambas instituições, bloqueando, assim, qualquer ação que possa ser considerada prejudicial aos interesses do país.⁷³ Deve-se lembrar, por exemplo, que o FMI aprovou a reforma da distribuição de poder de voto em 2010, e que a China seria a maior beneficiária da nova composição, mas o Congresso norte-americano só aprovou a reforma quase seis anos depois, em dezembro de 2015.

Visto a baixa participação da China nessas instituições financeiras internacionais e a hesitação dos Estados Unidos em acomodar as crescentes ambições chinesas, nada mais natural que Pequim busque alternativas às IFIs existentes. Junto com o BRICS, a China lançou o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR). Dentro da Organização para Cooperação de Xangai, agrupamento que inclui, além da China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão, Pequim propôs a criação de um banco de desenvolvimento.

O NBD e o ACR talvez mereçam um momento de destaque por se tratarem de iniciativas que surgiram não no seio do governo chinês, mas num foro multilateral composto pelos mais importantes *players* do Sul global: China, Índia, Brasil, Rússia e África do Sul. Conforme estimativas do governo sul-africano, as necessidades de

⁷² “World Bank welcomes China-led infrastructure bank,” *Reuters*, Jul. 8, 2014. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-china-world-bank-idUSKBN0FD0TU20140708>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

⁷³ IMF Quotas, *International Monetary Fund*. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/exr/facts/quotas.htm>>. Acesso em: 03 out. 2016. Overview, *The World Bank*. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/country/unitedstates/overview>>. Acesso em: 03 out. 2016. Shareholders, *Asian Development Bank*. Disponível em: <<http://www.adb.org/site/investors/credit-fundamentals/shareholders>>. Acesso em: 03 out. 2016.

infraestrutura dos países do BRICS para os próximos cinco anos totalizam US\$ 4,5 trilhões.⁷⁴ No entanto, dado o tamanho dos bancos nacionais de desenvolvimento da China, da Rússia e do Brasil, é improvável que estes países recorram ao NDB. É mais provável que, com pouca voz relativa nas principais IFIs, os países do BRICS pensaram o NDB e o ACR como um instrumento coletivo de *balancing* contra a influência sistêmica dos Estados Unidos e seus aliados no G-7. A intenção do BRICS, como um todo ou cada país individualmente, é construir novas instituições financeiras internacionais onde eles se sentam no centro da mesa, elaborando as regras e criando os novos padrões internacionais de intercâmbio financeiro.

De todas as recentes iniciativas chinesas, o AIIB é talvez a mais emblemática, dado seu escopo e abrangência. Ao todo, são 57 países-membros fundadores, incluindo países de fora da região, como Brasil, Egito, Israel e Reino Unido.⁷⁵ A sede do AIIB será em Pequim e seu capital inicial será de US\$100 bilhões. Os membros regionais terão aproximadamente 75% dos votos. O artigo 1 do Acordo Constitutivo do Banco de Investimentos e Infraestrutura da Ásia deixa claro o propósito do AIIB:

*The purpose of the Bank shall be to: (i) foster sustainable economic development, create wealth and improve infrastructure connectivity in Asia by investing in infrastructure and other productive sectors; and (ii) promote regional cooperation and partnership in addressing development challenges by working in close collaboration with other multilateral and bilateral development institutions.*⁷⁶

Deve-se ressaltar, porém, que nem mesmo o financiamento ao desenvolvimento está imune aos impulsos da geopolítica. Entre outubro de 2013, quando a iniciativa do AIIB foi anunciada pelo governo chinês, e outubro de 2014, quando foi assinado o Memorando de Entendimento estabelecendo o AIIB, Pequim

⁷⁴ Gregory T. Chin, “China’s Bold Economic Statecraft,” *Current History* 114, No. 773 (Setember 2015): 217.

⁷⁵ Signing and Ratification Status of the AOA of the AIIB, *Asian Infrastructure Investment Bank*. Disponível em: <<https://www.aiib.org/en/about-aiib/who-we-are/membership-status/index.html>>. Acesso em: 15 out. 2016.

⁷⁶ *Articles of Agreement of the Asian Infrastructure Investment Bank*. Disponível em: <<http://www.cfr.org/infrastructure/articles-agreement-asian-infrastructure-investment-bank-aiib/p36735>>. Acesso em: 27 set. 2016.

havia conseguido o apoio de apenas 22 países, todos asiáticos. É um consenso generalizado que os Estados Unidos agiram para impedir que seus aliados e parceiros aderissem ao projeto chinês. Conforme Joseph Stiglitz, ex-economista chefe do Banco Mundial e vencedor do Prêmio Nobel de Economia, *Perhaps America's opposition to the AIIB is an example of an economic phenomenon that I have often observed: firms want greater competition everywhere except in their own industry.*⁷⁷

Indo contra a vontade norte-americana, em março de 2015 o Reino Unido declarou sua intenção de aderir ao AIIB.⁷⁸ A decisão britânica foi seguida por uma onda de adesões de último minuto com outros aliados e parceiros dos EUA declarando sua intenção de fazer parte da nova instituição, como Alemanha, França, Itália, Coreia do Sul e Austrália. Um mês depois, quando foi finalizada a lista final de membros-fundadores, a China contava com o apoio de outros 56 países.⁷⁹ Os Estados Unidos e o Japão, respectivamente primeira e terceira economias do mundo - e os principais rivais da China na região do Pacífico-, são ausências notáveis do AIIB.

De acordo com a lógica Realista, Estados podem operar através de instituições, com regras claras e definidas. No entanto, essas regras nada mais são do que um reflexo dos interesses estatais compostos e determinados pela distribuição de poder internacional. Stephen Krasner argumenta que nas IFIs o nível de recursos e as condições atreladas ao uso desses recursos refletem as orientações básicas do mundo industrializado, particularmente dos EUA.⁸⁰

Mesmo autores não relacionados ao Realismo reconhecem o poder que grandes potências exercem através de instituições internacionais. Susan Strange afirmava que no pós-Segunda Guerra Mundial, essas instituições tinham uma função estratégica para os Estados Unidos, servindo como um instrumento de sua política externa e de

⁷⁷ Joseph E. Stiglitz, "Asia's Multilateralism," Project Syndicate. Apr 13, 2015. Disponível em: <<https://www.project-syndicate.org/commentary/china-aiib-us-opposition-by-joseph-e--stiglitz-2015-04>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

⁷⁸ Nicholas Watt, Paul Lewis and Tania Branigan, "US anger at Britain joining Chinese-led investment bank AIIB," *The Guardian*. Mar. 13, 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2015/mar/13/white-house-pointedly-asks-uk-to-use-its-voice-as-part-of-chinese-led-bank>>. Acesso em: Mar. 15, 2015.

⁷⁹ Jane Perlez, "Stampede to Join China's Development Bank Stuns Even Its Founder," *The New York Times*. Apr 2, 2015. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2015/04/03/world/asia/china-asian-infrastructure-investment-bank.html>>. Acesso em: Apr. 27, 2015.

⁸⁰ Krasner, *Structural Conflict: The Third World Against Global Liberalism*, 130.

sua estratégia estrutural.⁸¹ Embora menos crítica, Ngaire Woods reconhece que, até certo ponto, tanto o FMI quanto o Banco Mundial foram criados para propor e impor os objetivos e as políticas dos Estados Unidos sobre o mundo.⁸² John Ikenberry, conhecido por sua defesa da ordem internacional pós-1945 estabelecida e garantida pelos EUA por meio de instituições internacionais liberais, reconhece o papel de instituições como instrumento de projeção de poder estatal. Conforme o autor,

*Institutions matter both for the rising great power and the leading state. Institutions are tools of states and mechanisms that shape the political formations that sit atop the international distribution of state power. Institutions can alter the way in which power is expressed, security dilemmas are manifest, and the hierarchy of order is constructed and maintained.*⁸³

Para Ikenberry, a criação de organizações internacionais permitiu aos Estados Unidos a institucionalização de sua hegemonia mundial.⁸⁴

Os Estados mais poderosos do sistema internacional, de acordo com esta lógica, criam e moldam instituições para que possam manter e, se possível, aumentar sua parcela de poder internacional. Instituições nada mais seriam do que palcos para a manifestação de relações de poder. Mearshimer afirma, *For realists, the causes of war and peace are mainly a function of the balance of power, and institutions largely mirror the distribution of power in the system.*⁸⁵

A extrema hesitação demonstrada pelas lideranças políticas norte-americanas em aprovar a reforma no FMI, a oposição dos EUA ao estabelecimento do AIIB e a exclusão da China nas negociações do Parceria Transpacífico (*Trans-Pacific Partnership* em inglês ou TPP) - acordo de livre-comércio liderado pelos EUA que inclui o Japão e mais 10 outras nações da Ásia-Pacífico –, podem ser interpretadas

⁸¹ Susan Strange, “Cave! Hic Dragones: A Critique of Regime Analysis,” *International Organization* Vol. 36, No. 2 (Spring 1982): 484.

⁸² Ngaire Woods, “The United States and the International Financial Institutions: Power and Influence Within the World Bank and the IMF”, in *US Hegemony and International Organizations: The United States and Multilateral Institutions*, ed. Rosemary Foot, S. Neil MacFarlane, and Michael Mastanduno (Oxford: Oxford University Press, 2003), 92.

⁸³ G. John Ikenberry. “The Rise of China: Power, Institutions and the Western Order”, in *China’s Ascent: Power, Security, and the Future of International Politics*, ed. Robert S. Ross and Zhu Feng, 92.

⁸⁴ *Ibid.*, 100-101.

⁸⁵ John J. Mearsheimer, “The False Promise of International Institutions,” *International Security* 19, No.3 (Winter 1994/1995): 13.

como uma tentativa de Washington de conter a crescente projeção internacional da China, projeção essa que cresce tanto por meios econômicos e militares quanto por meios institucionais. Dada a preocupação dos círculos militares, políticos e acadêmicos chineses com conceitos de poder nacional compreensivo (*Comprehensive National Power* – CNP), amplamente descrita por Mark Leonard, diretor e co-fundador do *European Council on Foreign Relations*, nada mais natural que as lideranças chinesas encarem as políticas emanadas de Washington como uma forma de cercear a China.⁸⁶ Comentários como o de Barack Obama, durante o *State of the Union Address* de 2015, reforçam este ponto de vista: [...] *as we speak, China wants to write the rules for the world's fastest-growing region. [...] Why would we let that happen? We should write those rules.*⁸⁷ Esse tipo de retórica, somada às interpretações dadas em círculos chineses, leva à conclusão de Leonard:

*China must be the most self-aware rising power in history. It is hard to imagine advisers to Napoleon, Lord Palmerston, Bismarck or even George Bush drawing up complex charts to rank their own country's economic, political and military power against the competition. [...] Measuring 'CNP' [...] has become a national obsession.*⁸⁸

Waltz afirmou que, para alcançar seus objetivos e garantir sua segurança, unidades que habitam numa condição de anarquia – sejam elas pessoas, corporações ou Estados, entre outras – precisam depender dos meios que elas mesmas conseguem gerar e dos arranjos que conseguem criar por conta própria.⁸⁹ A decisão da China de estabelecer um novo banco multilateral em vez de doar mais para os bancos já existentes reflete sua contrariedade ao lento e hesitante ritmo da reforma da governança econômica global. Consequentemente, através do AIIB, Pequim está em vias de criar seus próprios meios de fazer dessa reforma uma realidade mais condizente com o peso econômico e político da China. Com o AIIB oferecendo alternativas ao Banco Mundial e ao ADB, a China poderá expandir sua influência na Ásia às custas dos EUA e do Japão, as potências estabelecidas da região.

⁸⁶ Mark Leonard, *What Does China Think?* (London: Fourth Estate, 2008), 83-86.

⁸⁷ “Remarks by the President in State of the Union Address,” *The White House Office of the Press Secretary*, Jan. 20, 2015. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2015/01/20/remarks-president-state-union-address-january-20-2015>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

⁸⁸ Leonard, *What Does China Think?*, 84.

⁸⁹ Waltz, *Theory of International Politics*, 111.

O AIIB, assim como as demais IFIs, estabeleceu em sua Carta um compromisso com a eficiência econômica, transparência e independência, assim como adotará políticas que beneficiarão o meio ambiente e direitos sociais. No entanto, levando em conta a distribuição de votos dentro do AIIB, é difícil não induzir que não existe uma motivação geopolítica por trás da criação da nova instituição e que esta não estará sob o comando de tecnocratas à parte de considerações políticas. A China tem, de longe, o maior peso no AIIB. O país conta com uma participação nos votos de 26,06% do total. Como base de comparação, os dois próximos países com maior poder de voto são Índia e Rússia com, respectivamente, 7,5% e 5,92%.⁹⁰ Conforme o Acordo Constitutivo do AIIB, as principais políticas financeiras e operacionais do banco requererão três-quartos dos votos.⁹¹ Ou seja, assim como os Estados Unidos no Banco Mundial, a China terá poder de veto sobre as decisões do AIIB, dando força a declarações de que o AIIB é um instrumento de projeção de poder estatal em mãos de Pequim.

O AIIB já nasce intimamente associado à iniciativa *One Road, One Belt*, talvez o maior projeto de política externa do governo Xi Jinping e tema desta dissertação. A primeira menção ao projeto deu-se durante a visita do presidente Xi ao Cazaquistão, em outubro de 2013, quando o líder chinês introduziu a possibilidade de criar um Cinturão Econômico da Rota da Seda. Um mês depois, em discurso para o Parlamento da Indonésia, Xi propôs a criação de uma rota da seda marítima. No mesmo discurso, o presidente chinês sugeriu a criação do AIIB, com o intuito de financiar o desenvolvimento da infraestrutura e de promover a interconectividade regional.⁹² Não à toa, os primeiros projetos aprovados pelo AIIB foram todos destinados a países ao longo da rota da seda. Dos quatro projetos iniciais, três focam o desenvolvimento de artérias de transporte na Ásia Central e na Ásia Meridional. Desses três países beneficiados, dois encontram-se na vertente terrestre da OBOR (Tajiquistão e Uzbequistão), enquanto um (Paquistão) encontra-se na vertente marítima. Todos são peças-chave na iniciativa OBOR e receberão financiamento para a construção de rodovias e ferrovias.

⁹⁰ “Key legal framework laid for China-initiated AIIB,” *Xinhuanet*. Jun 29, 2015. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2015-06/29/c_134364744.htm>. Acesso em: 29 nov. 2015.

⁹¹ *Articles of Agreement of the Asian Infrastructure Investment Bank*

⁹² “Chronology of China’s Belt and Road Initiative,” *Xinhuanet*. Mar 28, 2015. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2015-03/28/c_134105435.htm>. Acesso em: 01 abr. 2015.

Embora maior detalhamento sobre a OBOR venha no próximo capítulo, já se adianta aqui alguns dos múltiplos objetivos desta iniciativa. Primeiramente, através da construção de infraestrutura em seu entorno regional, a China visa a exportar sua capacidade industrial excedente. Existe hoje um excesso de oferta mundial de aço, alumínio e cimento, entre outros materiais de construção, e a China está no centro deste excesso. No caso do aço, por exemplo, a China sozinha é responsável por 50% da produção global.⁹³ A exportação deste produto é uma alternativa para uma economia que está em vias de se acomodar ao seu novo normal, com um crescimento de PIB mais lento do que aquele observado no passado.

O segundo objetivo é desenvolver a infraestrutura regional com o intuito de reduzir gargalos de transporte e fortalecer elos comerciais na Ásia-Pacífico. Desta forma, a China facilitaria o escoamento de sua exportação de bens industrializados para outros mercados. Com a crescente ascensão das companhias chinesas na cadeia de valor – de automóveis a celulares – o país espera em breve competir com empresas ocidentais e japonesas na produção de bens de maior valor agregado. Ao reduzir gargalos, Pequim espera abrir as portas para tecnologias, marcas e produtos chineses que, por ora, permanecem fechadas devido à falta de infraestrutura de transporte ligando as nações que farão parte da OBOR. Ao mesmo tempo, a China procura garantir maior segurança na sua importação de *commodities* estratégicas, como petróleo e minério de ferro. Dito de outra forma, Pequim está em vias de desenvolver um projeto de infraestrutura regional que colocaria a China no seu centro, facilitando o comércio e aumentando a influência estratégica do país sobre a região.

Em terceiro lugar, com a OBOR, o governo chinês procura abrir mercados externos para suas firmas de construção, visto que o novo normal implica uma redução na construção de megaprojetos de infraestrutura no país. Dado o poder que a China poderá a vir exercer sobre o AIIB, aliada à diplomacia comercial que sem dúvida será exercida de forma bilateral por Pequim em suas negociações com os países ao longo da OBOR, espera-se que boa parte dos acordos de infraestrutura serão concedidos a empresas de construção chinesas, plenamente capazes de competir com baixos custos,

⁹³ “Nervousness of steel,” *The Economist*. Sep 19, 2015. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/asia/21665052-wave-cheap-chinese-metal-exports-hits-region-nervousness-steel>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

qualidade aceitável e demonstrada experiência em projetos deste porte. Mais uma vez, a previsão de Hobson mostra-se correta:

*Thus fully equipped for future internal development in all the necessary productive powers, such a nation may turn upon her civilizer, untrammelled by need of further industrial aid, undersell him in his own market, take away his other foreign markets and secure for herself what further developing work remains to be done in other undeveloped parts of the earth.*⁹⁴

A OBOR é, em muitos aspectos, um desafio direto aos Estados Unidos e a sua maneira tradicional de pensar o comércio internacional. Na ótica norte-americana, existem dois grandes blocos comerciais, um transatlântico e outro transpacífico, com a Europa no primeiro, a Ásia no segundo e os Estados Unidos o centro de ambos. Esse raciocínio é corporificado em duas iniciativas norte-americanas de acordos comerciais: o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (em inglês, *Transatlantic Trade and Investment Partnership* - TTIP) e o Acordo de Parceria Transpacífico. A OBOR, por sua vez, considera a Europa e a Ásia como um espaço único, sendo a China, e não os Estados Unidos, seu ponto focal.

A OBOR é um instrumento chinês de *soft power*, pensada com o intuito de extrair simpatia de uma vizinhança carente de recursos e de aplacar preocupações sobre a ascensão da China como grande potência, principalmente devido à maior assertividade chinesa em suas reivindicações territoriais, particularmente no mar da China Meridional. Simultaneamente, através dos benefícios econômicos que a China espera extrair do projeto, a OBOR visa a reconstruir o espaço geopolítico da Ásia-Pacífico, colocando a China como seu eixo gravitacional e fortalecendo seu *hard power*. Esse reordenamento geopolítico da Ásia-Pacífico, por sua vez, fortalecerá o reordenamento da ordem internacional.

2.5. O regional e o global

O regional é o primeiro palco onde ocorre a competição entre grandes potências, refletindo, de certa forma, o diferencial destas em suas capacidades de projetar poder

⁹⁴ Hobson, *Imperialism: A Study*, 308.

em escala global. No presente, os Estados Unidos são uma potência global e a China é uma grande potência regional cercada de outras potências regionais, como a Rússia, o Japão, e a Índia. Buzan *et al.* chamam o plano regional de “anarquias em miniatura” (*miniature anarchies*), com suas próprias estruturas inerentes.⁹⁵ A estrutura anárquica do sistema internacional é perfeitamente encapsulada na região da Ásia-Pacífico, onde a existência de múltiplas potências regionais e uma extra-regional (EUA) impede a formação de uma ordem hierárquica, que nem aquela estabelecida nas Américas, com os Estados Unidos no topo. A ausência de instituições supranacionais nos moldes da União Europeia também contribui para a anarquia da Ásia-Pacífico.

Assim como no plano global, no plano regional questões como os padrões de amizade e de animosidade e a distribuição de poder entre as principais unidades devem ser estudadas e analisadas.⁹⁶ O deslocamento do centro gravitacional econômico do Ocidente para o Oriente, com a China em seu centro, está redefinindo a balança de poder internacional. A OBOR pode ser interpretada como uma tentativa de Pequim de fortalecer seu poder de modelar seu entorno regional, em vez de simplesmente reagir a eventos. Iniciativas norte-americanas, como o pivô para a Ásia e a TPP foram pensadas com o intuito de fortalecer a presença dos EUA na Ásia-Pacífico. Conforme a Estratégia de Segurança Nacional de 2015, (...) *we will manage competition from a position of strength while insisting that China uphold international rules and norms on issues ranging from maritime security to trade and human rights.*⁹⁷ As lideranças militares chinesas, por sua vez, consideram atos e discursos norte-americanos *vis-à-vis* a região da Ásia-Pacífico como mais uma manifestação de políticas de poder, pensados com intuito geopolítico e estratégico. De acordo com o mais recente *white paper* de defesa publicado pela China,

Profound changes are taking place in the international situation, as manifested in the historic changes in the balance of power, global governance structure, Asia-Pacific geostrategic landscape, and international competition in the economic, scientific and technological, and military fields. (...) There are, however, new threats from

⁹⁵ Barry Buzan, Ole Weaver and Jaap de Wilde, *Security: A New Framework for Analysis* (Boulder: Lynne Rienner Publishers, Inc., 1998), 13.

⁹⁶ *Ibid.*, pg. 13.

⁹⁷ *National Security Strategy* 2015, 24.

*hegemonism, power politics and neo-interventionism. International competition for the redistribution of power, rights and interests is tending to intensify.*⁹⁸

A lógica de Mearsheimer de que os Estados Unidos, como único *hegemon* regional, buscam impedir o surgimento de um *hegemon* em outra região, parece estar em vias de manifestar-se na Ásia. O poder latente chinês está em clara ascensão, e deve ganhar novo impulso com a OBOR, que visa colocar a China no centro de uma cadeia de comércio e de redes de infraestrutura em escala regional, tanto no âmbito terrestre quanto no âmbito marítimo. Dada a história das grandes potências, é uma questão de tempo até que o poder econômico da China seja convertido em poder político e seu *soft power* em *hard power*. A transição de poder atualmente em curso na Ásia, dos Estados Unidos para a China, está se tornando tema central nas questões de paz e segurança na região. Seguindo a definição de Buzan e Cox, pelo menos no presente, a ascensão chinesa em relação aos Estados Unidos é pacífica, porém fria.

O próximo capítulo será dedicado inteiramente à OBOR em suas vertentes terrestres e marítimas. Além de uma descrição dos elementos físicos e materiais da iniciativa, pretende-se analisar o potencial de alavancagem do poder latente (econômico) e militar da China, com a OBOR como instrumento de política externa para alcançar esses objetivos e alçar a China à condição de *hegemon* regional.

⁹⁸ “China's Military Strategy,” *The State Council Information Office of the People's Republic of China*. May 2015. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/2015-05/26/content_20820628.htm> Acesso em: 29 mai. 2015.

3 ONE BELT, ONE ROAD

When our statesmen are in conversation with the defeated enemy, some airy cherub should whisper to them from time to time this saying:

Who rules East Europe commands the Heartland:

Who rules the Heartland commands the World-Island:

Who rules the World-Island commands the World.⁹⁹

The history of Sea Power is largely, though by no means solely, a narrative of contests between nations, of mutual rivalries, of violence frequently culminating in war. The profound influence of sea commerce upon the wealth and strength of countries was clearly seen long before the true principles which governed its growth and prosperity were detected. To secure to one's own people a disproportionate share of such benefits, every effort was made to exclude others, either by the peaceful legislative methods of monopoly or prohibitory regulations, or, when these failed, by direct violence.¹⁰⁰

3.1. Mackinder e o poder terrestre

A desintegração da União Soviética, em 1991, alterou profundamente o mapa eurasiático. O surgimento de novas entidades nacionais no Leste Europeu e na Ásia Central, somado ao fim da soberania exercida por Moscou sobre seus antigos domínios, abriu espaço para novos atores externos exercerem influência política e econômica sobre as antigas áreas de influência da ex-URSS. No lado ocidental da Eurásia, a OTAN e a União Europeia avançaram até a fronteira com a Rússia. Dada a proximidade geográfica da China, seu dinamismo econômico e uma política externa com forte ênfase na promoção do comércio, não é de surpreender que sua presença na Ásia Central aumentou consideravelmente desde o início dos anos 1990. Com a manutenção do crescimento econômico chinês, mesmo em patamares menores, e a expansão de *links* de transporte, a influência chinesa sobre a região continuará a crescer. Mackinder considerava a luta pelo controle do *Heartland* como uma das grandes tendências estruturais da história da Eurásia e do mundo como um todo e, assim como no passado, esse conflito ainda se manifesta. Nas palavras de Zbigniew

⁹⁹ Halford J. Mackinder, *Democratic Ideals and Reality: A Study in the Politics of Reconstruction* (London: Constable Publishers, 1942), 106.

¹⁰⁰ Mahan, *The Influence of Sea Power Upon History*, 1.

Brzezinski, *Eurasia is thus the chessboard on which the struggle for global primacy continues to be played, and that struggle involves geostrategy – the geostrategic management of geopolitical interests.*¹⁰¹

Para entendermos as ambições chinesas para a Ásia Central e para o resto do *Heartland*, devemos revisitar as ideias de Mackinder. O autor começou a definir suas ideias sobre essa região, cunhada por ele como “área pivô”, em seu artigo *The Geographical Pivot of History*, escrito em 1904. Em 1919, Mackinder revisitou e aprimorou suas ideias no livro *Democratic Ideals and Reality*, onde ele passou a usar o termo *Heartland*, em vez. Do ocidente ao oriente, o *Heartland* cobre toda a região entre o rio Volga, na Rússia, e o rio Yangtzé, na China. Do norte ao sul, o *Heartland* encontra-se entre o Ártico e o Himalaia.



Figura 3 - Fonte: *The Geographical Pivot of History*

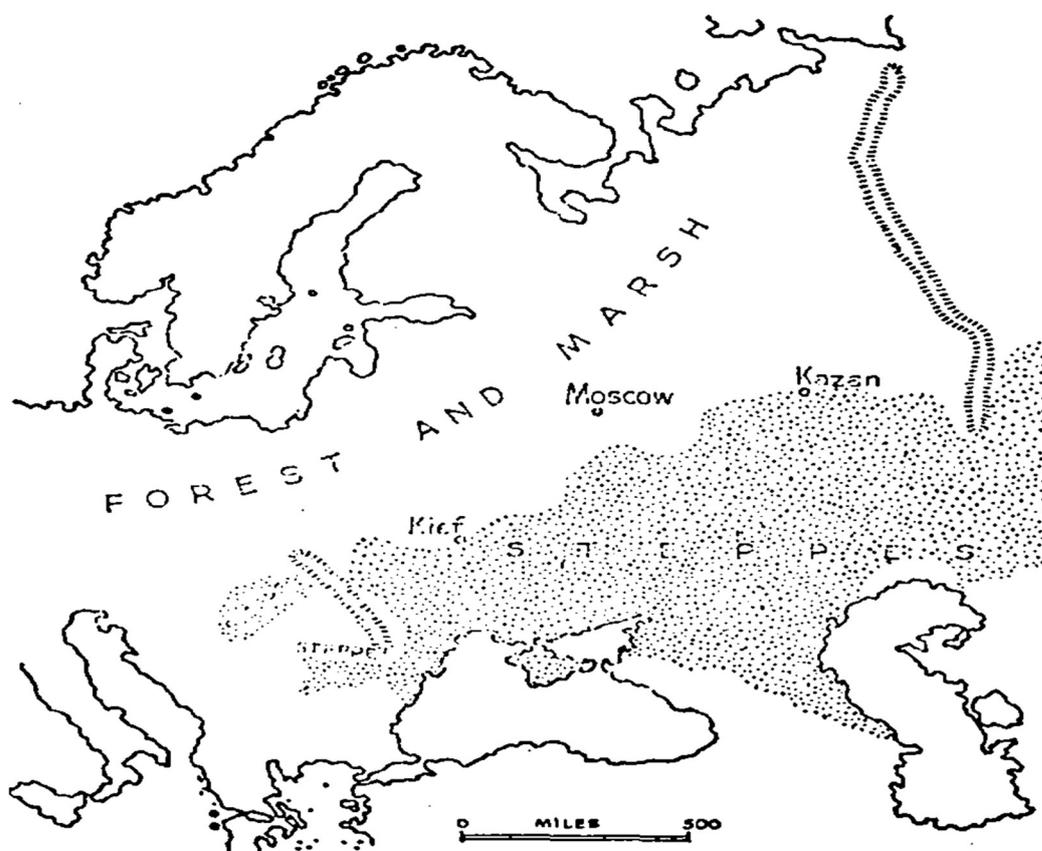
Fora da zona pivô, em um grande arco interior, estão a Alemanha, a Áustria, a Turquia, a Índia e a China, e em um arco exterior, Grã-Bretanha, África do Sul, Austrália, os Estados Unidos, Canadá e Japão. Em 1919, Mackinder agrupou a Ásia, Europa e a África no mesmo bloco continental e chamou esse de Ilha-Mundo.¹⁰²

¹⁰¹ Zbigniew Brzezinski, *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives* (New York: Basic Books, 2007), xiv.

¹⁰² Mackinder, *Democratic Ideals and Reality*, 45.

Embora numerosos e, em muitos casos, vastos, os territórios fora da Ilha-Mundo eram, para Mackinder, insignificantes quando comparados às imensidões geográficas e populacionais daquela.

Colocando-se brevemente como historiador, Mackinder fez um rápido resumo da formação da identidade europeia, atribuindo a forças externas a construção desta identidade. Conforme o autor, *The ideas which go to form a nation, as opposed to a mere crowd of human animals, have usually been accepted under the pressure of a common tribulation, and under a common necessity of resistance to external force.*¹⁰³ Essas forças externas foram compostas por invasões sucessivas de povos nômades turanianos – hunos, ávaros, búlgaros, magiares, khazares, patzinaks, cumans, mongóis e kalmuks -, que, entre todos os séculos do quinto ao décimo sexto, vieram do *Heartland* rumo ao oeste, em direção à Europa. Fazendo extenso uso da cavalaria, estes invasores nômades passavam pelas estepes entre o Mar Cáspio e as Montanhas Urais e que se estendiam da Mongólia até a Hungria.¹⁰⁴



¹⁰³ Halford J. Mackinder, "The Geographical Pivot of History," *The Geographical Journal*, Vol. 170, No. 4 (December 2004): 300.

¹⁰⁴ Mackinder, *The Geographical Pivot of History*, 302-303.

Figura 4 - Fonte: *The Geographical Pivot of History*

O uso da cavalaria é importante ser destacado, pois constituía elemento-chave no que Mackinder chamava de poder terrestre. Na era pré-industrial, cavalos e camelos eram o principal meio de transporte de soldados e suprimentos e a mobilidade oferecida por estes animais aos povos do interior da Ásia, somada ao terreno plano das estepes, permitiu a estes as grandes conquistas territoriais do passado. Conforme Mackinder, *Mobility upon the ocean is the natural rival of horse and camel mobility in the heart of the continent*.¹⁰⁵ O poder naval, porém, mesmo sendo o rival natural do poder terrestre, não conseguia se impor sobre o poder terrestre das cavalarias da área pivô, pois essas estavam protegidas dentro da “maior fortaleza natural da terra”.¹⁰⁶ Protegido no vasto interior do *Heartland* da projeção do poder naval, esse limitado às regiões costeiras da Eurásia, o poder terrestre permitiu que sucessivos impérios se formassem no continente, com grande destaque para o Império Mongol, o maior império terrestre contíguo da história. Partindo da Mongólia, as hordas de Genghis Khan seguiram as planícies rumo ao leste, sul e oeste, ocupando uma área que se estendia do Pacífico ao Mar Negro, e dos Himalaias à tundra russa, inclusive conquistando quase toda a China.

¹⁰⁵ Ibid., 309.

¹⁰⁶ Halford J. Mackinder, “The Round World and the Winning of the Peace,” *Foreign Affairs*, July 1943.



Figura 5 - Fonte: *Encyclopædia Britannica*¹⁰⁷

Mesmo enfatizando as vantagens que as estepes eurasiáticas ofereceram ao poder terrestre, Mackinder não ignora a importância do poder naval. Para o autor, a revolução iniciada pelos marinheiros da Era Colombina dotou os europeus com a maior mobilidade de poder possível. Desta forma, ao contornar o Cabo da Boa Esperança e ligar as costas ocidentais e orientais da Eurásia, a Europa conseguiu, em certa medida, neutralizar a vantagem estratégica dos nômades das estepes ao pressioná-los pela retaguarda.¹⁰⁸

Mackinder lembra, porém, que a cobertura dos oceanos pelas marinhas da Europa Ocidental foi acompanhada pelo expansionismo russo em direção ao Pacífico, fazendo uso das cavalarias e das estepes antes utilizadas pelos povos nômades no *Heartland* do continente, alterando drasticamente a balança de poder europeia e eurasiática. De acordo com o autor,

*The Tudor century, which saw the expansion of Western Europe over the sea, also saw Russian power carried from Moscow through Siberia. The eastward swoop of the horsemen across Asia was an event almost as pregnant with political consequences as was the rounding of the Cape, although the two movements long remained apart.*¹⁰⁹

¹⁰⁷ Disponível em: <<https://global.britannica.com/place/Mongol-empire>>.

¹⁰⁸ Mackinder, *The Geographical Pivot of History*, 309.

¹⁰⁹ Mackinder, *The Geographical Pivot of History*, 310.

O fim da era das descobertas e a apropriação soberana de quase todos os territórios do planeta transformou o globo num sistema político fechado, conferindo unicidade à política mundial. Deste momento em diante, apenas ganhos relativos por uma grande potência ou por uma aliança de potências seriam possíveis. Ou seja, a conquista territorial havia se tornado um jogo de soma zero, em que os ganhos de um império só eram possíveis às custas de outro.

A preeminência europeia no período Colombino havia, conforme Mackinder, distorcido a verdadeira relação entre poder terrestre e naval. O geógrafo britânico reconhecia a evolução do poder naval e aceitava, em parte, a lógica de seu contemporâneo norte-americano, o capitão Mahan, no que diz respeito ao controle europeu dos mares entre os séculos XVI-XIX. No entanto, Mackinder baseava-se numa linha temporal muito maior, e nesta perspectiva, ele previu o fim da vantagem relativa do poder naval sobre o terrestre, e sobre o qual todo o poder da Grã-Bretanha baseava-se. Ao longo do século XIX, a Grã-Bretanha conseguiu garantir o transporte seguro de matérias-primas e manufaturas entre suas colônias, domínios e parceiros comerciais. Em tempos de tensão, o Império Britânico recorria a sua marinha, e a mera ameaça do seu uso muitas vezes era o suficiente para que Londres prevalecesse em suas disputas internacionais. Poderia este regime ser mantido quando novas potências, para quem o oceano não contribuiu ao seu crescimento, entrassem na maturidade? E o que ocorreria se o território ocupado por estas potências fosse tão rico em recursos naturais a ponto de assegurar que quando elas se lançassem ao mar sua determinação seria irresistível?

Mackinder escrevia não só como geógrafo, mas como um súdito da coroa inglesa, e via com certa apreensão os avanços territoriais dos czares sobre a Eurásia, colocando em risco o controle britânico sobre o subcontinente indiano. O medo de Mackinder era de que uma única grande potência se instalasse sobre o *Heartland*, e na época em que escrevera, a Rússia era a natural candidata. A Revolução Industrial havia alterado o caráter da mobilidade terrestre, com a ferrovia substituindo o cavalo e o camelo. Para Mackinder, a construção de ferrovias transcontinentais nas estepes do *Heartland* da Eurásia transmutaria as condições do poder terrestre em favor da Rússia. O rápido deslocamento de tropas e de comércio tornado possível por ferrovias que

cobrissem todo o território russo superaria as vantagens oferecidas pelo Canal de Suez à marinha britânica e faria da Rússia autossuficiente. Escreveu Mackinder:

*The spaces within the Russian Empire and Mongolia are so vast, and their potentialities in population, wheat, cotton, fuel, and metals so incalculably great, that it is inevitable that a vast economic world, more or less apart, will there develop inaccessible to oceanic commerce.*¹¹⁰

Mackinder argumentava que a potência que viesse a controlar os mares, seria aquela que conseguiria mobilizar os maiores recursos de poder terrestre. Por meio de infraestrutura, particularmente ferrovias, o Estado que controlasse o *Heartland* teria as ferramentas necessárias para alterar a balança de poder a seu favor. Os vastos recursos continentais disponíveis a este Estado e a capacidade de mobilizá-los com eficiência e rapidez, permiti-lhe-riam lançar um programa naval capaz de rivalizar com o poder naval britânico, ao mesmo tempo em que o Estado estaria protegido no interior do *Heartland*. Desta forma, Mackinder via com natural apreensão a construção da ferrovia Berlim-Bagdá e a ferrovia Transiberiana. A primeira, conforme o autor, permitiria ao Império Alemão, outro sério candidato ao controle da área pivô, fechar simultaneamente os mares Negro e Báltico, assim como ameaçaria o controle inglês do Canal de Suez, a principal rota para a Índia.¹¹¹ Já a Transiberiana permitiria ao Império Russo empregar grandes contingentes militares em qualquer ponto ao longo de sua extensa fronteira meridional, que cada vez mais se alargava em direção à Índia.

Mackinder temia a posição central e estratégica ocupada pela Rússia na Eurásia, que se estendia do leste europeu ao Pacífico. Com o desenvolvimento pleno de uma malha ferroviária cobrindo todo seu território, o que Mackinder considerava ser apenas uma questão de tempo, a Rússia teria os meios de projetar seu poder em todas as direções do imenso continente, enquanto que a projeção de poder de outras potências sobre a Rússia seria neutralizada pela extensão do controle territorial de Moscou sobre a área pivô. O mecanismo pelo qual a dominância da Eurásia se efetuará tornou-se um ditado cunhado por Mackinder e frequentemente repetido:

*Who rules East Europe commands the Heartland:
Who rules the Heartland commands the World-Island:*

¹¹⁰ Mackinder, *The Geographical Pivot of History*, 311.

¹¹¹ Mackinder, *Democratic Ideals and Reality*, 80.

*Who rules the World-Island commands the World.*¹¹²

As contribuições de Mackinder para o pensamento geopolítico e geoestratégico não podem ser subestimadas. O autor enfatizava a necessidade de uma abordagem holística para verificar a correlação entre as grandes generalizações geográficas e históricas, com o intuito de identificar causalidades geográficas na história universal. Seus estudos buscaram identificar realidades geográficas e seus impactos sobre o político – a geopolítica. Através do estudo da distribuição das características físicas dos Estados, acreditava ser possível identificar tendências inerentes ao seu comportamento no plano internacional. Suas obras podem ser interpretadas como um instrumento de aprendizado geográfico para políticos estruturarem suas estratégias de política externa.

A estratégia de guerra da Alemanha Nazista foi, em parte, baseada nos ensinamentos de Mackinder. O principal pensador geopolítico nazista foi Karl Haushofer, militar e geógrafo alemão. Haushofer foi fortemente influenciado pelas ideias de Friedrich Ratzel, seu conterrâneo do século XIX e cunhador do termo *lebensraum*. Ratzel entendia o Estado como um organismo que requeria uma expansão de território para que pudesse prosperar. Um patriota alemão, Ratzel acreditava que a guerra era boa para a alma nacional e que emigração e colonialismo eram essenciais para a saúde do Estado alemão.¹¹³ Sua análise orgânica do Estado deu aos seus estudos um sentido biológico da geografia, onde fronteiras estavam em constante evolução conforme o tamanho da população e os recursos disponíveis em determinado espaço. A expansão territorial de um Estado era, para Ratzel, uma lei natural que se sobrepunha a uma suposta ideia criada pelo homem da permanência, legalidade e estabilidade no que diz respeito às fronteiras de uma nação.¹¹⁴ Haushofer identificaria o *lebensraum* alemão no *Heartland* de Mackinder, cuja obra, *The Geographical Pivot of History*,

¹¹² Mackinder, *Democratic Ideals and Reality*, 106.

¹¹³ Gerry Kearns, *Geopolitics and Empire :The Legacy of Halford Mackinder* (Oxford: Oxford University Press, 2009), 4.

¹¹⁴ Robert D. Kaplan, *The Revenge of Geography: What the Map Tells Us About Coming Conflicts and the Battle Against Fate* (New York: Random House, 2012), 80-81.

Haushofer declarou ser a maior de todas as visões geográficas do mundo e uma das grandes inspirações para sua própria visão geopolítica.¹¹⁵

Do outro lado do Atlântico, o geógrafo holandês naturalizado norte-americano, Nicholas J. Spykman, desenvolvia sua teoria do *Rimland*, também influenciada pelas obras de Mackinder. Spykman concordava com Mackinder que o *Heartland* oferecia uma fortaleza defensiva sem igual e que se um Estado conseguisse mobilizar os recursos naturais ali presentes, seria capaz de desenvolver uma economia forte o suficiente para organizar uma das grandes máquinas de guerra do século XX.¹¹⁶ No entanto, para Spykman, a chave para a conquista da Eurásia não estava no *Heartland*, mas sim no *Rimland*, as áreas litorâneas do grande continente que Mackinder havia previamente chamado de arco interior. Embora os povos do *Rimland* estavam espremidos tanto pelo *Heartland* quanto por potências navais, eles ocupavam as áreas mais férteis e mais populosas do mundo. Caso não estivessem em conflito com o *Heartland*, ou caso conseguissem se impor sobre o *Heartland*, as nações do *Rimland* poderiam garantir acesso aos vastos recursos no interior do continente ao mesmo tempo em que poderiam se lançar aos mares, aumentando assim sua capacidade de projetar poder sobre outras partes do globo. A clara analogia seria com a China no presente, que será melhor analisada na próxima seção.

Embora Spykman estivesse escrevendo no auge da Segunda Guerra Mundial, tendo a Alemanha Nazista em mente, suas teorias seriam aplicadas ao longo da Guerra Fria pelos Estados Unidos contra a União Soviética. Em seu Longo Telegrama, George Kennan deve uma dívida intelectual a Mackinder e Spykman, pois ambos autores se fizeram sentir em suas ideias sobre a contenção de Moscou. Escrevendo sobre a teoria de Kennan, Kaplan afirma,

*Containment is the peripheral sea power's name for what the Heartland power calls encirclement. The defense of Western Europe, Israel, moderate Arab states, the Shah's Iran, and the wars in Afghanistan and Vietnam all carried the notion of preventing a communist empire from extending control from the Heartland to the Rimland.*¹¹⁷

¹¹⁵ Kearns, *Geopolitics and Empire :The Legacy of Halford Mackinder*, 4.

¹¹⁶ Nicholas J. Spykman, *America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power* (New York, Harcourt, Brace and Company, 1942), 182.

¹¹⁷ Robert D. Kaplan, *The Revenge of Geography*, 97,

A contenção da União Soviética no *Heartland* foi a tônica da estratégia norte-americana ao longo da Guerra Fria. O envolvimento dos EUA na Indochina nas décadas de 1960-70 seguiu essa lógica. O *rapprochement* sino-norte-americano em 1971, conduzido por Richard Nixon e Henry Kissinger, assim como a normalização das relações diplomáticas conduzidas por Jimmy Carter e Zbigniew Brzezinski, visaram a trazer a China para a órbita norte-americana, ou ao menos garantir que o país se afastasse de vez da URSS. Embora Spykman não tenha vivido para testemunhar a Guerra Fria, ele veria com natural apreensão a imposição de uma esfera de influência soviética no Leste Europeu e a vitória dos comunistas na China, no *Rimland* do leste asiático. Caso o bloco comunista se mantivesse coeso e a URSS estendesse seu controle ao *Rimland* europeu, aos olhos de Spykman, uma potência sem igual se formaria. Adaptando o famoso ditado de Mackinder, Spykman escreveu: *Who controls the Rimland rules Eurasia; who rules Eurasia controls the destinies of the world.*¹¹⁸

3.2. **One Belt e o poder terrestre**

No pós-Guerra Fria, a China surgiu como a principal potência em seu entorno regional. Sua ascensão econômica e política, descrita no capítulo anterior, faz do país o principal candidato a mobilizar os recursos e desenvolver a infraestrutura do *Heartland*. Ao final de seu famoso artigo, Mackinder já levantava essa possibilidade:

*In conclusion, it may be well expressly to point out that the substitution of some new control of the inland area for that of Russia would not tend to reduce the geographical significance of the pivot position. Were the Chinese, for instance, organized by the Japanese, to overthrow the Russian empire and conquer its territory, they might constitute the yellow peril to the world's freedom just because they would add an oceanic frontage to the resources of the great continent, an advantage as yet denied to the Russian tenant of the pivot region.*¹¹⁹

Apesar do racismo inerente a muitos pensadores da época e da quase-histeria com que era recebida a ideia de um Estado não ocidental ascender ao topo do *ranking* das grandes potências, Mackinder demonstrou admirável visão de futuro. A OBOR,

¹¹⁸ Nicholas J. Spykman, *The Geography of the Peace* (New York, Harcourt, Brace and Company, 1944), 43.

¹¹⁹ Mackinder, *The Geographical Pivot of History*, 314.

em sua vertente terrestre, deve muito aos ensinamentos de Mackinder. Como escrito no início deste capítulo, a desintegração da União Soviética permitiu maior contato entre a China e as novas nações da Ásia Central, uma área central no *Heartland* de Mackinder. Embora esses Estados tenham se livrado do controle russo direto, eles permanecem econômica e politicamente orientados voltados para Moscou, embora em diferentes graus. Essa orientação é fruto da longa dominação histórica que a Rússia exerceu sobre a região. No entanto, com o declínio relativo do poder russo, principalmente em termos econômicos, os países da Ásia Central estão lentamente se reorientando em direções mais apropriadas para sua posição geográfica, suas condições políticas e necessidades econômicas. A crescente influência da China na região reflete essa nova realidade. Não à toa, foi durante sua visita ao Cazaquistão que o presidente chinês, Xi Jinping, lançou a ideia da OBOR. São três os grandes interesses de Pequim na região e a OBOR visa a atender aos três simultaneamente: comércio, energia e integridade territorial. Todos são, conforme a tese desta dissertação, parte de uma estratégia da China de consolidar e aumentar sua projeção de poder sobre a Eurásia.

3.2.1. Comércio

A China pretende utilizar a Rota da Seda como um meio de sustentar seu crescimento, que caiu abaixo do patamar de dois dígitos pela primeira vez em duas décadas. Embora o novo ritmo de crescimento de 7% ainda seja considerável para uma economia do tamanho da China, o país ainda precisa inserir milhões jovens no mercado de trabalho anualmente. Ligar às áreas produtivas do leste da Eurásia ao imenso mercado consumidor na outra ponta do grande continente faz parte desta estratégia de sustentação de crescimento.

Contrariamente ao dogma de Milton Friedman e de seus seguidores, mercados nunca são livres. Mercados são abstratos sociais criados pelo ser humano. O elemento essencial para a criação de mercados é a construção de infraestrutura, e na vasta massa territorial que é a Eurásia, ligações ferroviárias – entre outros meios de transporte-, são fundamentais para o desenvolvimento de novos mercados. O território eurasiático representa 40% do total terrestre (excluindo o mar) e abriga 75% da população

mundial. A maior parte da riqueza física do planeta (recursos naturais e empreendimentos industriais) estão no continente. Por fim, a Eurásia representa 60% do PIB global e contém 75% das reservas energéticas conhecidas.¹²⁰

Em 2012, antes mesmo da iniciativa OBOR vir a público, a China já dava seus primeiros passos na ligação entre as duas costas da Eurásia. Naquele ano, o país completou a construção da ferrovia ligando Chongqing, no centro do país, com a cidade fronteiriça de Khorgos, no Cazaquistão. Desta forma, a China pôde aproveitar a malha ferroviária já existente que ligava o Cazaquistão à cidade alemã de Duisburgo, passando pela Rússia, Belarus e Polônia. Esse empreendimento ferroviário permitiu uma drástica redução do tempo de transporte de carga entre os dois terminais. Antes, transportar carga de Chongqing para um porto na costa chinesa e de lá para a Europa pela via marítima demorava 60 dias. A ligação ferroviária direta reduziu esse tempo para 14 dias.¹²¹



Figura 6 - Fonte: *Hong Kong Trade Development Council*¹²²

¹²⁰ Zbigniew Brzezinski, *The Grand Chessboard*, 31

¹²¹ “Hardly an Oasis,” *The Economist*. Nov 13, 2014. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/asia/21632595-kazakhstan-turns-geography-advantage-china-builds-new-silk-road-hardly-oasis>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

¹²² Disponível em: <<http://beltandroad.hktdc.com/en/market-analyses/details.aspx?ID=470370>>.

Em dezembro de 2014, e já no âmbito da OBOR, a Ferrovia Yixinou fez sua viagem inaugural, ligando a cidade de Yiwu a Madri. Sua extensão de mais de 13 mil quilômetros faz dela a maior ferrovia do mundo, superando até mesmo a Transiberiana (9 mil quilômetros), e reduziu o tempo de viagem de um mês para três semanas em comparação à alternativa marítima. A ferrovia atravessa seis países até chegar ao seu destino: Cazaquistão, Rússia, Belarus, Polônia, Alemanha e França.¹²³



Figura 7 - Fonte: *The Independent*¹²⁴

Por fim, outra ferrovia importante para a projeção chinesa sobre a Eurásia é a Ferrovia Yiwu-Teerã, inaugurada em março deste ano. A ferrovia atravessa quatro países da Ásia Central (Cazaquistão, Quirguistão, Uzbequistão e Turcomenistão) até chegar ao seu destino. A expectativa é que uma vez em plena operação, a ferrovia reduza o tempo de viagem para 8 dias – um mês a menos que a alternativa marítima. Negociações estão atualmente em curso para ligar a Turquia à nova ferrovia, o que

¹²³ “First direct China-Spain freight train arrives in Madrid,” *Daily Mail*. Dec 9, 2014. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/wires/afp/article-2867482/First-direct-China-Spain-freight-train-arrives-Madrid.html>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

¹²⁴ Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/world/europe/china-to-spain-cargo-train-successful-first-16156-mile-round-trip-on-worlds-longest-railway-brings-10067895.html>>.

possibilitaria a abertura de mais uma alternativa ferroviária ligando a China à Europa.¹²⁵



Figura 8 - Fonte: *The Economist*¹²⁶

Além de ferrovias atravessando a Ásia Central, as iniciativas ligadas à OBOR estão também se manifestando na Ásia Meridional. Dois corredores econômicos, cuja criação é fortemente defendida pela China, estão em diferentes fases de desenvolvimento. O mais avançado e com projetos já em pleno andamento é o Corredor Econômico China-Paquistão (CECP). Devido a sua natureza bilateral e décadas de aproximação política entre o Paquistão e a China, o CECP está mais adiantado que seu projeto-irmão, o Corredor Econômico Bangladesh-China-Índia-Mianmar (CEBCIM). Os dois projetos visam a aumentar a conectividade de transporte entre os países envolvidos, ampliar e aprimorar os portos mais importantes dos países que se encontram no Mar Índico e expandir a capacidade de intercâmbio de energia entre os países, visto o enorme potencial energético de Bangladesh e Mianmar. Deve-se ressaltar que o território dos países que formam o CEBCIM representa 9% do total

¹²⁵ “Joining the dots,” *The Economist*. Apr 02, 2016. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/middle-east-and-africa/21695765-some-treats-ahead-railway-enthusiasts-iranu2019s-new-continent-spanning>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

¹²⁶ Disponível em: <<http://www.economist.com/news/middle-east-and-africa/21695765-some-treats-ahead-railway-enthusiasts-iranu2019s-new-continent-spanning>>.

terrestre e 40% da população mundial.¹²⁷ A integração física destes países, por meio de infraestrutura, facilitaria o acesso das manufaturas chinesas a estes mercados, assim como permitiria à China mais uma alternativa à via marítima.

O CECP merece maior destaque, por ora, pois já está em pleno andamento, enquanto que o CEBCIM ainda está em fase de negociações. A China já investiu US\$ 45 bilhões no lado paquistanês do projeto, com ênfase na construção de ferrovias e autoestradas ligando os dois países. Como indício das proporções do projeto, o valor investido representa 20% do PIB paquistanês. A ferrovia Gwadar-Kashgar ligando à costa paquistanesa à cidade de Kashgar, na província chinesa de Xinjiang, está no coração do projeto.¹²⁸ Na cidade de Gwadar, a China já investiu US\$ 2 bilhões com o intuito de criar um porto de águas profundas. O projeto inclui também o desenvolvimento de uma zona econômica especial (ZEE) nos moldes daquelas criadas pela China ao longo de sua costa.¹²⁹ A ferrovia Karachi-Gwadar-Kashgar já nasce com certa controvérsia, no entanto, pois atravessa parte do território da Caxemira ocupado pelo Paquistão e hoje reivindicado pela Índia. A construção desta ferrovia sem consultar a Índia é entendida pelo governo indiano como um reconhecimento tácito da China que a área em questão pertence ao Paquistão.¹³⁰

¹²⁷ Pravakar Sahoo and Abhirup Bhunia, “BCIM Corridor a game changer for South Asian trade,” *East Asia Forum*. Jul 18, 2014. Disponível em: <<http://www.eastasiaforum.org/2014/07/18/bcim-corridor-a-game-changer-for-south-asian-trade/#more-42642>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

¹²⁸ Atul Aneja, “Xi comes calling to Pakistan, bearing gifts worth \$45 billion,” *The Hindu*. Apr 18, 2015. Disponível em: <<http://www.thehindu.com/news/international/xi-jinping-visit-to-pakistan-preview/article7114980.ece>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

¹²⁹ “Construction of industrial free zone in Gwadar begins,” *The Express Tribune*. Jun 20, 2016. Disponível em: <<http://tribune.com.pk/story/1126021/gwadar-development-industrial-free-zone-construction-begins/>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

¹³⁰ Ashok Sajjanhar, “Understanding the BCIM Economic Corridor and India's Response,” *Observer Research Foundation Issue Brief*, No. 147 (June 2016): 3.



Figura 9 - Fonte: *China-US Focus*¹³¹

Além de ampliar o escoamento de manufaturas chinesas para mercados estrangeiros e de possibilitar a exportação de capacidade industrial excedente chinesa (conforme descrito no capítulo anterior), o investimento na infraestrutura física regional, principalmente a infraestrutura de transporte, tem um forte cunho geopolítico e geoestratégico que vai além dos benefícios à economia doméstica. O papel da infraestrutura sempre foi reconhecido pelas grandes potências como um fator determinante para sua projeção internacional. Em quase todos os períodos da história, Estados compartilharam do mesmo interesse em preservar controle total sobre infraestruturas e buscaram enfraquecer a influência de seus inimigos sobre aquelas. O Império Britânico não teria conseguido manter sua supremacia naval sem acesso a portos e bases de abastecimento em lugares-chave. A Transiberiana fez-se necessária para que Moscou exercesse soberania *de fato* sobre todo o território russo. Alguns historiadores apontam a construção de ferrovia Berlin-Bagdá como uma das principais causas de Primeira Guerra Mundial.¹³²

Olhando para os mapas acima, vemos que os projetos da OBOR, pelo menos no que dizem respeito ao transporte, fluem majoritariamente no sentido Leste-Oeste, com a China sempre como destino/ponto de origem. Pode-se concluir que os investimentos chineses irão intensificar a influência econômica da China na região e estabelecerão o “Reino do Meio” como o centro de gravidade econômica da Ásia. A

¹³¹ Disponível em: <<http://www.chinausfocus.com/finance-economy/the-china-pakistan-economic-corridor-indias-dual-dilemma/>>.

¹³² Morris Jastrow, Jr, *The War and the Bagdad Railway* (Philadelphia: J.B. Lippincott Company, 1917).

China está no epicentro do que hoje passou a ser conhecido como *Factory Asia*, e sua política externa busca promover uma reestruturação geográfica econômica da Ásia centrada no país. Embora algumas indústrias produtoras de bens de menor valor agregado estejam deixando o país em busca de mão de obra mais barata, como por exemplo no Vietnã, a China ainda é a principal peça na cadeia de valor regional, fazendo do país o principal destino/origem/país de trânsito para bens intermediários. Ao mesmo tempo, os investimentos em infraestrutura promoverão diretamente o uso do renminbi como meio de pagamento no comércio internacional de bens e serviços, oferecendo uma alternativa ao dólar àqueles países que receberão investimentos chineses.

3.2.2. Energia

A evolução da segurança energética da China está intrinsecamente ligada à OBOR. Em 1993, a China tornou-se uma importadora líquida de petróleo.¹³³ Em 2015, o país superou os Estados Unidos e tornou-se o maior importador de petróleo do mundo.¹³⁴ Apesar de inúmeros avanços tecnológicos que estabeleceram o país entre um dos principais produtores de energia solar, a China ainda é extremamente dependente de hidrocarbonetos para sustentar seu crescimento e desenvolvimento econômico. Não à toa, o petróleo é o principal produto importado pela China, representando 13,4% do total importado em 2014.¹³⁵ Como um todo, o Oriente Médio é a principal fonte do petróleo importado pela China, embora Angola e Rússia também sejam importantes fornecedores de petróleo ao país.¹³⁶ Essa dependência energética de petróleo importado do Oriente Médio é uma ameaça dupla à segurança energética

¹³³ Han Lheem, "China's Energy Security and Its Strategic Implications," in *Harmonious World and China's New Foreign Policy*, ed. Sujian Guo and Jean-Marc F. Blanchard (Plymouth: Lexington Books, 2008), 173.

¹³⁴ Tom Morgan, "China Now World's Largest Oil Importer; Effect on Global Market," *Forbes*. Jun 8, 2015. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/drillinginfo/2015/06/08/china-now-worlds-largest-oil-importer-effect-on-global-market/#5765703568d6>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

¹³⁵ Observatory of Economic Complexity, *MIT Media Lab*. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/chn/>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

¹³⁶ Nick Cunningham, The Battle For China's Oil Market. *Oilprice.com*. Jul 15, 2015. Disponível em: <<http://oilprice.com/Energy/Crude-Oil/The-Battle-For-Chinas-Oil-Market.html>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

da China. Em primeiro lugar, trata-se de uma região politicamente instável, cujo papel como fornecedora de petróleo não pode ser tomado como uma garantia. Em segundo lugar, o petróleo da região segue para a China e para os demais países do Leste Asiático por meio de navios, o que representa uma desvantagem estratégica para o país. Todo o petróleo importado pela China do Oriente Médio deve necessariamente passar pelo golfo de Adem ou pelo estreito de Ormuz e pelo estreito de Malaca, gargalos comerciais onde a marinha norte-americana opera sem rivais, o que coloca em risco o fornecimento de petróleo à China no caso de um conflito sino-norte-americano. Quando se leva em consideração que 80% dos hidrocarbonetos importados pela China passa pelo estreito de Malaca, compreende-se a preocupação chinesa com sua vulnerabilidade energética.¹³⁷

Naturalmente, a China tem demonstrado cada vez mais interesse em diversificar seus fornecedores e as rotas de transporte de energia. A Ásia Central surgiu como candidata natural, não só por sua proximidade geográfica, mas porque a região é vista como sendo uma enorme reserva de hidrocarbonetos, perdendo apenas para o Oriente Médio.¹³⁸ Os países da Ásia Central, por sua vez, também estão tentando diversificar suas parcerias visto que a maior parte dos oleodutos e gasodutos ainda fluem em direção à Rússia, resquícios da era em que a região fazia parte da União Soviética.¹³⁹ Durante anos, Moscou fez proveito de seu controle sobre a infraestrutura energética da região, comprando petróleo e gás a preços abaixo de mercado e revendendo com lucro para a Europa.¹⁴⁰

Ao mesmo tempo que a Rússia ainda mantém sua posição de preeminência política na região, a China já se estabeleceu como a principal parceira comercial da Ásia Central.¹⁴¹ O Turcomenistão, por exemplo, destinou 68,5% das suas exportações

¹³⁷ Eric Meyer, "With Oil And Gas Pipelines, China Takes A Shortcut Through Myanmar," *Forbes*. Feb 9, 2015. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/ericmeyer/2015/02/09/oil-and-gas-china-takes-a-shortcut/#1c7687382d40>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

¹³⁸ Russell Ong, *China's Security Interests in the 21st Century* (New York: Routledge, 2007), 107.

¹³⁹ Michał Romanowski, "Central Asia's Energy Rush," *The Diplomat*. Jul 03, 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/07/central-asias-energy-rush/>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

¹⁴⁰ "Rising China, sinking Russia," *The Economist*. Sep 12, 2013. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/asia/21586304-vast-region-chinas-economic-clout-more-match-russias-rising-china-sinking>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

¹⁴¹ Simon Denyer, "In Central Asia, Chinese inroads in Russia's back yard," *The Washington Post*. Dec 27, 2015. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/asia_pacific/chinas-advance-

para a China em 2015.¹⁴² O gás natural representou o grosso das exportações, cujo transporte para a China tornou-se possível após a construção do gasoduto Ásia Central-China, que passa também pelo Uzbequistão e pelo Cazaquistão e termina na província chinesa de Xinjiang. Sozinho, o Turcomenistão forneceu 53% do gás importado pela China.¹⁴³ A China é também o maior investidor estrangeiro no Cazaquistão, e hoje controla 20% da produção de petróleo do país.¹⁴⁴ As petrolíferas estatais chinesas passaram anos sofrendo perdas financeiras no Cazaquistão, mas considerações estratégicas de longo prazo superaram interesses econômicos de curto prazo.¹⁴⁵ A construção do oleoduto Cazaquistão-China, ligando a região produtora do mar Cáspio a Xinjiang, permitiu ao Cazaquistão, pela primeira vez, contornar a infraestrutura herdada da era soviética.

Os dois projetos citados foram construídos antes do lançamento da OBOR, mas serão amplamente aproveitados pela iniciativa chinesa. A China, através de suas estatais petrolíferas, está construindo ZEEs no Tadjiquistão e no Quirguistão, com refinarias no seio dos projetos.¹⁴⁶ Os dois países, além de não serem grandes produtores de hidrocarbonetos, não possuem refinarias e são 100% dependentes do fornecimento russo de produtos refinados. A China está investindo fortemente na interconectividade energética da região, com o intuito de fornecer petróleo e gás vindos do Cazaquistão e do Turcomenistão, respectivamente. Ramificações de gasodutos e de oleodutos já estão na fase de construção para fornecer hidrocarbonetos aos complexos industriais em questão. Até mesmo o Cazaquistão, o maior produtor de petróleo da região, importa 40% do combustível utilizado no país da Rússia, devido

into-central-asia-ruffles-russian-feathers/2015/12/27/cfedeb22-61ff-11e5-8475-781cc9851652_story.html>. Acesso em: 22 mar. 2016.

¹⁴² The World Factbook, *Central Intelligence Agency*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2050.html>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

¹⁴³ Martin Breitmaier, “China’s rise and Central Asia’s Security”, *European Union Institute for Security Studies Alert - No21* (03 June 2016).

¹⁴⁴ Romanowski, “Central Asia’s Energy Rush,” *The Diplomat*.

¹⁴⁵ Maria Prosviryakova, “Russian-Chinese Energy Competition in Central Asia,” *EuroDialogueXXI*. Jun 17, 2013. Disponível em: <<http://www.eurodialogue.eu/eu-central-asia/Russian-Chinese-Energy-Competition-in-Central-Asia>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

¹⁴⁶ Chris Rickleton, “China’s energy footprint in Central Asia,” *Chinadialogue*. Jul 25, 2014. Disponível em: <<https://www.chinadialogue.net/article/show/single/en/7165-China-s-energy-footprint-in-Central-Asia>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

à falta de capacidade de refino no país. Lá, também, a China está construindo um complexo petroquímico.¹⁴⁷ Quando entrarem em operação, a dependência energética desses países perante a Rússia será aliviada. Em contrapartida, a dependência perante a China só há de crescer, tanto como origem de investimentos quanto como destino dos produtos energéticos exportados.

3.2.3. Integridade territorial

Por fim, a vertente terrestre da OBOR, o Cinturão Econômico, está fortemente atrelada à integridade territorial da China, e conseqüentemente, à sua sobrevivência como Estado soberano. Pequim encara o desmembramento territorial da China como uma ameaça crível, e que deve ser combatida por diversos meios, sejam eles militares, como no caso de uma possível declaração formal de independência por parte de Taiwan, ou econômicos, como no caso do Tibete e de Xinjiang. O caso de Taiwan será analisado mais adiante, pois faz parte da vertente marítima da OBOR. O Tibete, por sua vez, ainda não foi contemplado por projetos da OBOR, principalmente devido a sua complexa geografia, no topo do Platô Tibetano - a região mais elevada do planeta -, e porque as tensões separatistas ali existentes são majoritariamente endógenas, apesar do enorme prestígio que o Dalai Lama possui mundo afora. A província de Xinjiang, no entanto, é um caso à parte, e foi amplamente contemplada nos projetos da OBOR.

Observando os mapas anteriores, percebe-se que todos os projetos terrestres da OBOR passam por Xinjiang. Trata-se da maior unidade administrativa da China, em termos geográficos, igualando a Mongólia em tamanho de território. Xinjiang é, também, a província chinesa com o maior número de fronteiras internacionais. Mongólia, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Afeganistão, Paquistão e Índia fazem fronteira com Xinjiang. A antiga Rota da Seda atravessava o território rumo ao ocidente da Eurásia e, hoje, a região ganha renovada proeminência no seio da OBOR.

¹⁴⁷ Anatole Douaud, "Why China is Investing in Central Asia's Energy Infrastructure," *Asia Pacific Foundation of Canada*. Dec 16, 2014. Disponível em: <<https://www.asiapacific.ca/blog/why-china-investing-central-asias-energy-infrastructure>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

Xinjiang foi a última província a ser formalmente incorporada ao antigo Império, em 1884.¹⁴⁸ Para ressaltar esse fato, o nome da província em chinês significa “Novo Domínio”.¹⁴⁹ Ao longo de sua história, o território foi ocupado pelos uígures, um povo de origem turcomena praticante do islamismo que habita principalmente a Ásia Central. Hoje, os uígures chineses são cada vez mais uma minoria em suas próprias terras, representando 45% da população, enquanto que chineses da etnia Han, a maior da China, já compõem mais de 50% da população.¹⁵⁰ Tensões étnicas, somadas ao fato que Xinjiang é a província mais pobre da China, nutrem sentimentos de separatismo e de extremismo religioso. Estima-se que no biênio 2013-2014, 700 civis, em sua maioria uígures, foram mortos em conflitos étnicos.¹⁵¹

A pacificação de Xinjiang é um tema prioritário para Pequim, e o desenvolvimento da região é visto como um instrumento para alcançar este objetivo. Este esforço requer também estabilidade política nos países que fazem fronteira com Xinjiang. O Afeganistão e o Paquistão são redutos de grupos extremistas e representam sérios desafios às autoridades centrais dos dois países. O Quirguistão sofre de conflitos étnicos entre quirquizes e uzbeques, além de abrigar uma considerável minoria uigure. O Tadjiquistão, por sua vez, passou por uma guerra civil de cinco anos logo após sua independência da URSS.

Pequim teme um possível aumento de sentimentos separatistas e extremistas em Xinjiang, como aquele hoje encabeçado pelo *East Turkestan Islamic Movement* (ETIM), que luta pela independência de Xinjiang e por um Estado uigure. Existem indícios de que o ETIM recebe apoio de outros grupos uígures nos demais países da Ásia Central, assim como estabeleceu contatos com a al-Qaeda e o Taliban no Paquistão.¹⁵² O temor de Pequim é que elementos radicais em Xinjiang construam alianças internacionais com fortes grupos extremistas radicalizados em outros países, o que aumentaria a organização e união de organizações domésticas.

¹⁴⁸ Ong, *China's Security Interests in the 21st Century*, 101.

¹⁴⁹ Kaplan, *The Revenge of Geography*, 203.

¹⁵⁰ *Ibid.*, 204.

¹⁵¹ “450 killed in China's Xinjiang last year, mostly Uighurs: group,” *Daily Mail*. Mar 4, 2015. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/wires/afp/article-2978812/450-killed-Chinas-Xinjiang-year-Uighurs-group.html>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

¹⁵² Philip B. K. Potter, “Terrorism in China,” *Strategic Studies Quarterly* (Winter 2013): 73.

A estabilidade e pacificação de Xinjiang está atrelada à realidade política ao outro lado de suas fronteiras. A localização geográfica da província torna seu desenvolvimento dependente do desenvolvimento socioeconômico no seu entorno regional. Pequim não enxerga a Ásia Central e seus arredores apenas como rotas de passagem, fontes de recursos estratégicos e mercados a serem abertos ao comércio chinês. O interesse chinês na região vai além de simples considerações mercantilistas. A pacificação de Xinjiang e, conseqüentemente, a segurança territorial da China, depende de autoridades centrais fortes nos países vizinhos, com a capacidade de exercer controle em seus territórios. Para tanto, esses Estados precisam de investimento em infraestrutura e em complexos industriais, como forma de alavancar seu desenvolvimento socioeconômico, combater a pobreza e gerar mais recursos para os governos da região. Com isso, as autoridades chinesas esperam pacificar Xinjiang, promover a estabilidade política em seu entorno regional e cortar, ou ao menos enfraquecer, os vínculos entre movimentos separatistas internos e grupos extremistas internacionais.

3.3.

Mahan e o poder naval

A outra grande faceta da OBOR é sua vertente marítima, curiosamente cunhada de “Rota da Seda”, enquanto que sua versão terrestre ficou apelidada de “Cinturão Econômico”. Conforme descrito no primeiro capítulo desta dissertação, acredita-se que vertente marítima da OBOR, como projeto de política externa e de economia política internacional, deve muito às ideias de Alfred T. Mahan, capitão da marinha norte-americana e contemporâneo de Mackinder. Diferentemente de Mackinder, no entanto, Mahan, pensando como um marinheiro, naturalmente dedicou suas escritas à superioridade do poder naval sobre o poder terrestre. Sua grande obra, *The Influence of Sea Power Upon History* (1890), defendia que as grandes potências da história alcançaram essa posição devido ao controle dos mares. Mahan acabaria por ter profunda influência na projeção extra-hemisférica dos EUA a partir da administração

de William McKinley, assim como no programa naval desenvolvido pelo Japão e pela Alemanha no final do século XIX e início do século XX.¹⁵³

Apesar de um cunho fortemente geográfico em suas obras, Mahan era principalmente um historiador e pensador de táticas militares. Sua forma de pensar não pode ser desassociada das ideias vigentes na época e suas obras revelam a defesa de um forte imperialismo norte-americano como forma de elevar o país ao *ranking* das grandes potências. Dito isso, Mahan fez consideráveis contribuições para a importância do comércio externo à economia nacional, principalmente no que diz respeito à geopolítica e à economia política internacional, e são estas contribuições que serão utilizadas como elo à vertente marítima da OBOR.

Enquanto Mackinder defendia as vantagens comerciais e logísticas das ferrovias, Mahan pregava que o transporte marítimo era mais fácil e mais barato do que o transporte terrestre. Para Mahan, o mar apresentava-se como um “grande comum” que flui em todas as direções. Conforme o autor,

*The first and most obvious light in which the sea presents itself from the political and social point of view is that of a great highway; or better, perhaps, of a wide common, over which men may pass in all directions, but on which some well-worn paths show that controlling reasons have led them to choose certain lines of travel rather than others. These lines of travel are called trade routes; and the reasons which have determined them are to be sought in the history of the world.*¹⁵⁴

Assim como Mackinder com o transporte terrestre, Mahan reconhecia os efeitos da revolução industrial sobre o transporte marítimo. Com a redução das escalas temporais e geográficas, o mundo transformava-se num sistema fechado, facilitando o contato e o intercâmbio entre povos e nações. Diferentemente de Mackinder, entretanto, Mahan não acreditava ser o *Heartland* a chave para o controle da Eurásia. Para o norte-americano, era o controle dos oceanos Pacífico e Índico o elemento fundamental do destino geopolítico de uma grande potência. O controle desses oceanos permitiria a uma nação marítima projetar poder no interior do grande continente e

¹⁵³ Kaplan, *The Revenge of Geography*, 106.

¹⁵⁴ Mahan, *The Influence of Sea Power Upon History*, 25.

influenciar o desenvolvimento político da Ásia Central.¹⁵⁵ Vide-se a contribuição de Mahan à tese do *Rimland* de Nicholas Spykman, já descrita anteriormente.

Mahan colocava grande ênfase no transporte, pois este era a via pela qual o poder era transmitido. Enquanto rotas terrestres precisam, em geral, ser construídas, rotas marítimas independem da ação humana. Sua existência não depende do homem, e sim o uso que se faz delas. Para Mahan, são raras as ocasiões em que o transporte terrestre supera as vantagens do transporte marítimo. Mesmo quando o trem excede a velocidade do navio, a enorme capacidade de carga do transporte marítimo faz desse mais vantajoso. Assim escrevia o autor: “*Traffic, or exchange of goods, depends in aggregate result not upon speed only but upon the amounts that can be steadily delivered in long equal periods of time.*”¹⁵⁶

A importância do transporte para Mahan vinha de uma percepção generalizada, e até hoje vigente, de que o comércio externo era o principal elemento constituinte da riqueza das nações. O controle dos mares por uma única potência seria uma forma não só de enriquecer o Estado, mas também de negar riquezas a outros Estados, o que minaria a capacidade destes de ir à guerra, pois marinhas e exércitos são dependentes da capacidade do Estado de gerar riqueza. O controle dos mares resultaria no controle do comércio internacional e, conseqüentemente, na supremacia global. De acordo com Mahan,

*Among the means of successful diversion which natural conditions put in the hands of sea power, the control of commerce is probably the most decisive. It corresponds to, and counterbalances, that exclusiveness of command which land power has over the interior of countries inaccessible to navigation; nor is there, upon the face of the deep, the home and realm of sea power, any other equivalent compensation for this exclusion from the land. In itself the sea is a barren tenure; only as the great common, the highway of commerce, the seat of communication, does it possess unique character and value. The concrete expression of this singular importance of the sea is the merchandise in transit, the increment from which constitutes the material prosperity of nations. Surrender control of that, and the empire of the sea is like unto Samson shorn of his hair.*¹⁵⁷

¹⁵⁵ Kaplan, *The Revenge of Geography*, 106.

¹⁵⁶ Mahan, *The Problem of Asia and Its Effect Upon International Policies*, 38.

¹⁵⁷ *Ibid.*, 51-52.

Ou, como o próprio Mahan resumiu: *The empire of the sea is doubtless the empire of the world.*¹⁵⁸

No entanto, a existência da comunicação marítima é uma coisa, enquanto a possibilidade de fazer uso dela é outra. O uso de rotas marítimas, adverte Mahan, depende do poder. Este, por sua vez, manifesta-se por meio de duas formas: ou através de força naval, ou através de uma combinação de força naval e terrestre nos pontos onde o oceano toca ou penetra a terra.¹⁵⁹ Essa combinação, conforme o autor, é o fator de sustentação ideal para a manutenção do controle de rotas marítimas, pois a capacidade do poder naval de exercer influência política no interior de um país é bastante limitada.¹⁶⁰ Consequentemente, faz-se necessária a obtenção de bases territoriais em pontos estratégicos espalhados pelo globo. Ao longo do século XIX, o comércio oriental da Grã-Bretanha foi sustentado por bases de apoio em Gibraltar, Malta, Egito, Adem, Índia e Hong Kong. Mesmo na rota secundária em direção do Oriente, contornando a África, a Grã-Bretanha manteve o controle de pontos estratégicos nas ilhas do Atlântico Sul e em sua colônia na África do Sul. Sem essa extensa rede de apoio terrestre, oferecendo portos seguros e pontos de abastecimento aos navios britânicos, a Pax Britannica, baseada como foi por meio do controle dos mares, não seria possível. Conforme sua lógica de que o comércio marítimo constitui a prosperidade material das nações, Mahan faz uma generalização ainda mais ampla sobre as relações internacionais e sobre a própria história da humanidade:

*In these three things — production, with the necessity of exchanging products, shipping, whereby the exchange is carried on, and colonies, which facilitate and enlarge the operations of shipping and tend to protect it by multiplying points of safety — is to be found the key to much of the history as well as of the policy, of nations bordering upon the sea.*¹⁶¹

Escrevendo como marinheiro e patriota norte-americano, Mahan defendia a adoção, pelos Estados Unidos, das mesmas políticas comerciais das grandes potências do passado e de sua época. Acreditando que a economia de seu país logo não seria mais capaz de absorver as enormes quantidades de bens industriais e comerciais

¹⁵⁸ Ibid., 53.

¹⁵⁹ Ibid., 39.

¹⁶⁰ Ibid., 123.

¹⁶¹ Ibid., 25.

produzidos domesticamente, Mahan argumentava que os Estados Unidos deveriam buscar novos mercados externos. Cabia, então, ao governo praticar uma “vigorosa política externa” para garantir acesso aos novos mercados. Esta garantia se daria por três meios: uma marinha mercante que transportasse bens norte-americanos através da “grande estrada oceânica”; uma marinha bélica forte capaz de fazer frente ou de destruir marinhas rivais; e uma rede de bases navais para o abastecimento da alargada marinha e para a manutenção de linhas de comunicações abertas entre os Estados Unidos e seus novos mercados.¹⁶²

A Guerra Hispano-Americana de 1898 foi o ponto de partida para a nova política externa defendida por Mahan. Com a vitória norte-americana, os Estados Unidos eliminaram a última grande presença colonial europeia nas Américas. A Espanha cedeu Porto Rico e Cuba ao controle dos EUA, estabelecendo a hegemonia norte-americana sobre o Caribe. No Pacífico, os EUA ganharam o controle sobre Guam e as Filipinas, contribuindo para o estabelecimento da rede de bases navais tão defendida por Mahan e garantindo o apoio territorial necessário para as ambições comerciais de Washington no Leste Asiático. Foi durante a guerra, também, que Washington formalizou a anexação do Havaí aos EUA, ampliando dessa forma, os meios de projeção de poder norte-americano sobre o Pacífico.

Seguindo essa mesma lógica, Washington apoiaria a independência do Panamá da Colômbia em 1903, garantindo, dessa forma, sua influência política sobre o país e o controle do Canal do Panamá durante boa parte do século XX. O término das obras, em 1914, facilitou o comércio entre as duas costas do país, assim como tornou mais rápido e menos oneroso o comércio entre a costa atlântica dos EUA e os grandes mercados consumidores do leste asiático. Simultaneamente, a construção do canal permitiu o rápido deslocamento da marinha de guerra entre o Atlântico e o Pacífico, consolidando o Caribe como um *mare nostrum* norte-americano.

Pode-se afirmar, com certa cautela, que Mahan era defensor da mesma lógica de darwinismo social de Ratzel. Para Mahan,

¹⁶² “Mahan’s The Influence of Sea Power upon History: Securing International Markets in the 1890s,” *Office of the Historian, United States Department of State*. Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1866-1898/mahan>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

*The first law of states, as of men, is self-preservation – a term which cannot be narrowed to the bare tenure of a stationary round of existence. Growth is a property of healthful life, which does not, it is true necessarily imply increase of size for nations, any more than it does for individuals, with whom bodily, and still more mental, development progresses long after stature has reached its limit; but it does involve the right to insure by just means whatsoever contributes to national progress, and correlatively to combat injurious action taken by an outside agency, if the later overpass its own lawfwn sphere.*¹⁶³

Mahan acreditava que o interesse próprio fundado na autopreservação era não apenas uma legítima, mas também essencial, base de sustentação para a política externa de uma nação. Como princípio, dispensava de outras justificativas que serviriam apenas como um manto de hipocrisia.¹⁶⁴ Ao atrelar a sobrevivência de uma nação à sua expansão territorial e/ou comercial, Mahan naturalmente voltava suas atenções à China, um império com imenso mercado consumidor potencial e cuja autoridade central cada vez mais se enfraquecia com a presença de potências estrangeiras em seu território. Mahan instava o acúmulo de poder marítimo norte-americano de forma a assegurar aos EUA uma partilha equitativa do comércio da China, uma “carcaça” destinada a ser devorada por águias – as potências imperialistas.¹⁶⁵ Se tal ato requer o uso de território, direta ou indiretamente, por meio da posse ou do controle (esfera de influência), isso ocorre porque a decadência político-social do território em questão resultou na falta de poder da autoridade central de perpetuar o sistema vigente ou de rechaçar os avanços de Estados mais desenvolvidos e viris.¹⁶⁶

Para Mahan, as reivindicações e postulações das populações locais no que tangem suas formas de autogoverno e de contato com o mundo externo estavam num plano abaixo dos direitos políticos obtidos e garantidos pela força. Esta seria nada mais

¹⁶³ Mahan, *The Problem of Asia and Its Effect Upon International Policies*, 29.

¹⁶⁴ *Ibid.*, 97.

¹⁶⁵ *Ibid.*, 15-16.

¹⁶⁶ *Ibid.*, 15-16.

do que uma lei da natureza, isenta de concepções maniqueístas sobre o bem e o mal ou o certo e o errado. Assim, escrevia Mahan:

*Thus the claim of an indigenous population to retain indefinitely control of territory depends not upon a natural right, but upon political fitness, shown in the political work of governing, administering, and developing, in such a manner as to insure the natural right of the world at large that resources should not be left idle, but be utilized for the general good. Failure to do this justifies, in principle, compulsion from outside.*¹⁶⁷

Esta é uma dura lição que a China aprendeu durante seu “século de humilhação” nas mãos de potências estrangeiras. A autopreservação não é apenas uma reação contra uma ameaça externa, mas algo muito mais amplo: trata-se do direito de defender os interesses da nação, seja em resposta à provocação direta ou não. A autopreservação não é meramente instintiva, mas também estratégica e calculada. Consequentemente, a preparação para a defesa é legítima, pois é uma questão de prudência uma nação se precaver contra futuros desastres. Em tempos de paz, seguindo a lógica mahaniana, o ato mais propício à autopreservação é a expansão econômica.

3.4.

One Road e o poder naval

Xu Qi, capitão da Marinha do Exército de Libertação Popular e vice-diretor do *Strategic Research Office of the Naval Affairs Science Research Institute*, argumenta que a preocupação histórica da China com invasões dos povos nômades da Ásia Central resultou na consolidação do país como uma potência terrestre e não naval. Isso, somado à autossuficiência da economia agrícola e à percepção da China de que a nação era, de fato, o Império do Meio, levou as autoridades centrais a voltarem suas costas à empreendimentos marítimos de grande porte. Nem mesmo as lendárias expedições do almirante Zheng He, que alcançaram a península arábica e precederam a Era das Grandes Navegações em quase um século, foram capazes de estabelecer um legado marítimo à nação. Ao longo de sua história milenar, a nação chinesa baseou sua existência no controle de espaços terrestres em detrimento de territórios marítimos. Consequentemente, o pensamento geoestratégico chinês ignorou o mar durante séculos, devido à ausência de potências navais até a chegada dos europeus. O mar era

¹⁶⁷ Ibid., 98.

visto como um escudo contra ameaças externas. Porém, sem os benefícios do intercâmbio marítimo, a China sofreria uma atrofia econômica, cultural e tecnológica em relação à Europa.¹⁶⁸

O rápido crescimento da economia chinesa nas últimas décadas e a crescente dependência da importação de matérias-primas - com destaque para insumos energéticos - e da exportação de manufaturas alteraram profundamente a perspectiva chinesa sobre o poder naval. Existe hoje no país uma percepção generalizada de que o desenvolvimento chinês está diretamente atrelado ao oceano. Timothy L. Thomas, analista do *Foreign Military Studies Office*, centro de pesquisa do Exército dos Estados Unidos, escreveu extensivamente sobre a elevação do desenvolvimento e do crescimento econômico como um dos pilares do interesse nacional da China. Usando apenas fontes chinesas, o autor buscou minimizar a influência da perspectiva norte-americana sobre sua análise, ao mesmo tempo em que tentava escrever através do ponto de vista chinês.¹⁶⁹ Assim Thomas resumiu uma das preocupações cardeais das lideranças políticas e militares da China: com 70% do volume do comércio externo chinês sendo feito por transporte marítimo, o oceano é uma questão central tanto nas considerações econômicas quanto estratégicas.¹⁷⁰

Similarmente, assim escreveu o capitão Xu:

The country's long period of prosperity [as well as] the Chinese nation's existence, development, and great resurgence [all] increasingly rely on the sea. At the same time, the sea is an important realm for the nation to participate in international competition. It is the nation's main artery of foreign trade.¹⁷¹

Ainda conforme o marinheiro e acadêmico chinês:

There exist many uncertain factors in the security environment along China's borders, especially in the maritime dimension. In particular, China faces a concentration of strategic power in the Asia-Pacific region on its maritime flank. The geostrategic tendency is dangerously uncertain. Since this maritime strategic region and, more broadly, the strategic region of the periphery of the Eurasian landmass constitute points

¹⁶⁸ Xu Qi, "Maritime Geostrategy And The Development Of The Chinese Navy In The Early Twenty-First Century," *Naval War College Review*, Vol. 59, No. 4 (Autumn 2006): 53-54.

¹⁶⁹ Timothy L. Thomas, "Geothinking Like The Chinese: A Potential Explanation Of China's Geostrategy," *Foreign Military Studies Office*.

¹⁷⁰ *Ibid.*, 42

¹⁷¹ Xu Qi, *Maritime Geostrategy And The Development Of The Chinese Navy In The Early Twenty-First Century*, 59.

of contention, they are also important arenas for global great-power competition. From a geostrategic perspective, China's heartland faces the sea, the benefits of economic development are increasingly dependent on the sea, [and] security threats come from the sea.¹⁷²

A OBOR, em sua vertente marítima, busca corrigir uma deficiência estratégica histórica chinesa: a ausência de poder naval à altura de uma nação como a China. A consolidação do país como uma das grandes potências atuais deve muito ao seu desempenho econômico durante as últimas décadas, desempenho este pautado pela sua capacidade de importar matérias-primas e de exportar manufaturas. Ou seja, a China foi uma grande beneficiária da arquitetura de segurança estabelecida e mantida pelos Estados Unidos na região da Ásia-Pacífico e nas principais rotas de comércio marítimo. Surgem, então, duas perguntas bastante pertinentes: qual grande potência confiaria seu bem-estar a uma potência estrangeira? Pode a China continuar a depender nos Estados Unidos para garantir o livre fluxo de seu comércio internacional?

A resposta que Mahan provavelmente ofereceria seria “não”, e essa é uma lição que ganha crescente coro entre as lideranças chinesas. Os professores do *Naval War College*, James Holmes e Toshi Yashihara, já escreveram extensivamente sobre uma crescente facção mahinista dentro de círculos políticos, militares e acadêmicos na China.¹⁷³ Muito do debate está centrado no fato de que as imensas importações energéticas do país fazem da economia chinesa cada vez mais vulnerável a distúrbios no suprimento de matérias-primas. Com a China se tornando crescentemente interdependente (e até mesmo um dos *players* dominantes) ao regime de comércio econômico global, as lideranças chinesas naturalmente buscam meios de proteger sua linha-vital econômica por meio da projeção de poder ao longo das principais rotas comerciais. Assim como o Caribe para os Estados Unidos no final do século XIX, o mar da China Meridional, por questões geográficas, surge como o primeiro passo para a concretização deste objetivo. Diferentemente dos EUA, no entanto, a China não possui, hoje, a disposição política nem os meios militares para desafiar a supremacia naval norte-americana no mar da China Meridional.

¹⁷² Ibid., 56-57.

¹⁷³ Toshi Yoshihara and James Holmes, *Chinese Naval Strategy in the 21st Century: The Turn to Mahan* (New York: Routledge, 2007).

Logo, Pequim desenvolveu uma agenda geoeconômica que visa a limitar a presença e influência norte-americana na região. Conforme Yashihara e Holmes,

China has already employed various non-military elements of statecraft, including diplomatic charm offensives and economic inducements, to attract states throughout Asia—witness the enthusiastic receptions afforded Chinese leaders at regional and international forums in recent years. (...) Part of Beijing’s grand strategy is to either coopt or isolate states along the periphery, weakening the political will of Asian nations to play host to U.S. forces. In so doing, deft Chinese diplomacy could indirectly enfeeble U.S. power projection over time.¹⁷⁴

A OBOR e seus instrumentos de financiamento, já descritos no segundo capítulo, são a principal manifestação desta agenda geoeconômica. Faz-se necessário, neste momento, entrar em detalhes sobre a manifestação prática da vertente marítima da OBOR e como ela se adequa aos ensinamentos do capitão Mahan.

Na Península Indochinesa, a China está atualmente construindo três ferrovias de alta-velocidade, cada uma com extensão entre 4.500-5.500 km. Uma vez completado, o projeto, conhecido como *Pan-Asia Railway Network*, ligará a cidade de Kunming, no sudoeste chinês, a todos os países da Indochina.¹⁷⁵ No longo prazo, Pequim espera que a crescente conectividade de transporte alavanque os volumes de comércio entre todos os países da região.

¹⁷⁴ Toshi Yoshihara and James Holmes, “Command of the Sea with Chinese Characteristics”, *Orbis*, Vol. 49, No. 4 (Fall 2005): 690.

¹⁷⁵ Terry Fredrickson, “Bangkok at the centre of huge future rail network,” *Bangkok Post*. Dec 28, 2015. Disponível em: <<http://www.bangkokpost.com/learning/learning-news/809044/bangkok-at-the-centre-of-huge-future-rail-network>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

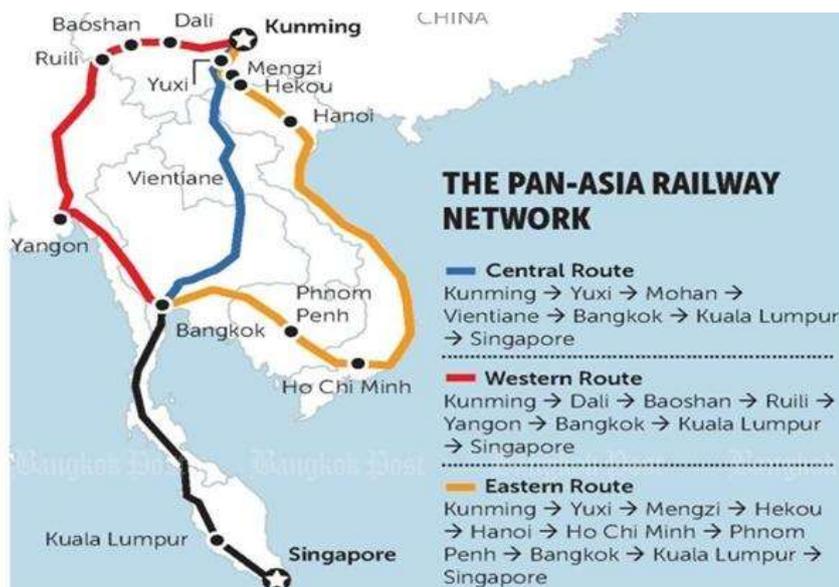


Figura 10 - Fonte: Bangkok Post¹⁷⁶

O projeto é um enorme atrativo para alguns dos países mais pobres da região, como Laos, Camboja e Mianmar. Sem os meios de financiarem por conta própria um sistema ferroviário de alta velocidade, eles dificilmente estariam em condições de negar os benefícios econômicos de um sistema ferroviário moderno. Laos, por exemplo, terá que negociar um empréstimo junto ao governo chinês de US\$ 5,8 bilhões, sendo que o PIB do país é de apenas US\$ 6,7 bilhões. Ou seja, o valor do empréstimo equivale a quase 90% do PIB laociano. Em termos relativos, o empréstimo fará do país o quarto mais endividado do mundo, atrás apenas de Japão, Zimbábue e Grécia.¹⁷⁷

Existe um claro sentido estratégico, para Pequim, em conectar fisicamente a China a seus vizinhos peninsulares. Laos, Camboja e Mianmar são países em baixo grau de desenvolvimento socioeconômico e relativamente pouco integrados à economia internacional. Todos, cada um de sua forma, estão lentamente se abrindo economicamente, oferecendo oportunidades de investimento, novos mercados e acesso a matérias-primas essenciais. Tailândia, Vietnã e Malásia, por sua vez, estão em estágio mais avançado de desenvolvimento e encontram-se mais integrados à

¹⁷⁶ Disponível em: <http://www.bangkokpost.com/learning/learning-news/809044/bangkok-at-the-centre-of-huge-future-rail-network>

¹⁷⁷ David Eimer and Oudomxai, "China's 120mph railway arriving in Laos," *The Telegraph*. Jan 14, 2014. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/laos/10572583/Chinas-120mph-railway-arriving-in-Laos.html>. Acesso em: 13 fev. 2016.

economia chinesa, por participarem da mesma cadeia de valor regional e global. A construção de infraestrutura ligando os países à China tem o potencial de acelerar esse processo de integração econômica regional, com a China em seu centro. A cidade de Kunming, que servirá como o hub de transporte chinês para a Pan-Asia Railway Network, será um dos pontos de partida da vertente marítima da OBOR.¹⁷⁸ Na lógica mahaniana, países indochineses constituiriam colônias econômicas informais, sem a necessidade de controle territorial. A influência política dar-se-ia por meio da integração econômica e física.

A lógica geopolítica e geoestratégica, no sentido mahaniano, é ainda mais clara. Uma vez completada, a Pan-Asia Railway Network garantirá a manutenção do livre fluxo de mercadorias entre a China e seus vizinhos peninsulares por meios terrestres. Conforme dito anteriormente, os Estados Unidos possuem uma supremacia naval sobre o mar da China Meridional. Em caso de conflito, a marinha chinesa seria incapaz de derrotar a marinha norte-americana ou de negar acesso naval aos EUA a este mar tão importante para o comércio chinês. Se, por algum motivo, o comércio marítimo chinês com a Indochina fosse interrompido, a China ainda teria os meios de manter seu intercâmbio com a região.

Seguindo a mesma lógica, as autoridades chinesas deram prioridade à construção de um porto de águas profundas na cidade costeira de Kyaukpyu, em Mianmar. Junto com o porto, construído especificamente para receber navios-petroleiros, a China construiu um oleoduto e um gasoduto de 2.402 km ligando Kyaukpyu à Kunming.¹⁷⁹ Os dois empreendimentos, já finalizados, permitem à China contornar o que analistas chineses chamam de “dilema de Malaca”: a vulnerabilidade estratégica chinesa ao ponto de estrangulamento marítimo que é o estreito de Malaca. A segurança energética da China está intrinsecamente atrelada ao estreito, por onde passam 80% das importações de hidrocarbonetos do país. Embora a maioria das importações ainda passa pelo estreito de Malaca, o oleoduto alivia a vulnerabilidade chinesa e reduz o tempo de transporte do petróleo em 30%.¹⁸⁰ Deve-se ressaltar que este projeto segue

¹⁷⁸ Atul Aneja, “New China-Myanmar oil pipeline bypasses Malacca trap,” *The Hindu*. Jan 30, 2015. Disponível em: <<http://www.thehindu.com/news/international/world/new-chinamyanmar-oil-pipeline-bypasses-malacca-trap/article6839352.ece>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

¹⁷⁹ Ibid.

¹⁸⁰ Meyer, “With Oil And Gas Pipelines, China Takes A Shortcut Through Myanmar,” *Forbes*.

a mesma lógica do empreendimento chinês em Gwadar, no Paquistão, já descrito anteriormente como componente da rota terrestre da OBOR: a construção de um porto de águas profundas no Oceano Índico com ligações terrestres ao interior da China, reduzindo a necessidade de navios cargueiros passarem pelo estreito de Malaca e pelo mar da China Meridional.



Figura 11 - Fonte: *South China Morning Post*¹⁸¹

Na Indonésia, a China está comprometida com a realização de um antigo sonho das autoridades indonésias: a construção de um porto na ilha de Batam, capaz de competir com o de Cingapura. O projeto passou por inúmeras etapas de planejamento desde meados dos anos 90, sem nunca sair do papel.¹⁸² A construção do porto de Tanjung Sauh iniciou-se no final de 2013, após uma parceria firmada entre a China e a Indonésia.¹⁸³ A localização do porto é considerada estratégica pois, assim como

¹⁸¹ Disponível em: <http://www.scmp.com/business/economy/article/1241559/strife-hangs-over-china-billions-myanmar>

¹⁸² Darren Mcdermott, "Singapore's Preeminent Port Warily Watches Competition," *The Wall Street Journal*. Nov 7, 1996. Disponível em: <<http://www.wsj.com/articles/SB847307645702542500>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

¹⁸³ Nurfika Osman, "Pelindo II partners with China to develop Batam port," *The Jakarta Post*. May 3, 2013. Disponível em: <<http://www.thejakartapost.com/news/2013/05/03/pelindo-ii-partners-with-china-develop-batam-port.html>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

Cingapura, a ilha de Batam situa-se entre o Índico e o mar da China Meridional, na saída do estreito de Malaca. Sua construção possibilitará a Indonésia firmar-se como hub logístico numa das principais rotas comerciais marítimas do mundo e reduzirá a necessidade de transbordo de carga em Cingapura, que acaba atuando como intermediária do comércio externo da Indonésia. Para a China, além dos benefícios econômicos de atuar em parceria com a Indonésia no investimento, na construção e na operação de um porto capaz de rivalizar com o de Cingapura, o empreendimento faz sentido estratégico, pois o país passa a ter controle parcial sobre um porto situado no principal ponto de estrangulamento do comércio marítimo chinês.



Figura 12 - Fonte: *Batam Industrial Development Authority*¹⁸⁴

Em Bangladesh, a China está modernizando o porto de Chittagong com o objetivo de transformá-lo num porto de águas profundas. O projeto é uma prioridade para as autoridades em Daca, pois o país carece deste tipo de porto e todo o comércio de bens do país deve ser transferido de navios-cargueiros para navios menores antes de entrar ou sair do país. Com uma economia crescendo 7% a.a., faz-se necessário que

¹⁸⁴ Disponível em: <http://www.batam-center.web.id/>

o país desenvolva uma infraestrutura portuária adequada para manter seu ritmo de crescimento.¹⁸⁵ Para a China, assim como o ocorrido em Mianmar, o projeto dará ao país mais um ponto de acesso ao Oceano Índico, principalmente se o Corredor Econômico Bangladesh-China-Índia-Mianmar se concretizar.



Figura 13 - Fonte: *BBC News*¹⁸⁶

O próximo mapa ilustra de forma mais clara a estratégia chinesa de consolidar sua presença no Oceano Índico através da infraestrutura portuária. Os projetos em andamento em Bangladesh, Mianmar e no Paquistão permitirão o escoamento de matérias-primas e manufaturados diretamente pelo Índico, reduzindo o tempo de viagem do transporte, aliviando a vulnerabilidade naval no mar da China Meridional e ligando portos estrangeiros ao interior chinês, de forma a alavancar o crescimento econômico nessa região.

¹⁸⁵ Wade Shepard, "Bangladesh's Deep Sea Port Problem," *The Diplomat*. Jun 7, 2016. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2016/06/bangladeshs-deep-sea-port-problem/>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

¹⁸⁶ Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/8687917.stm>>.

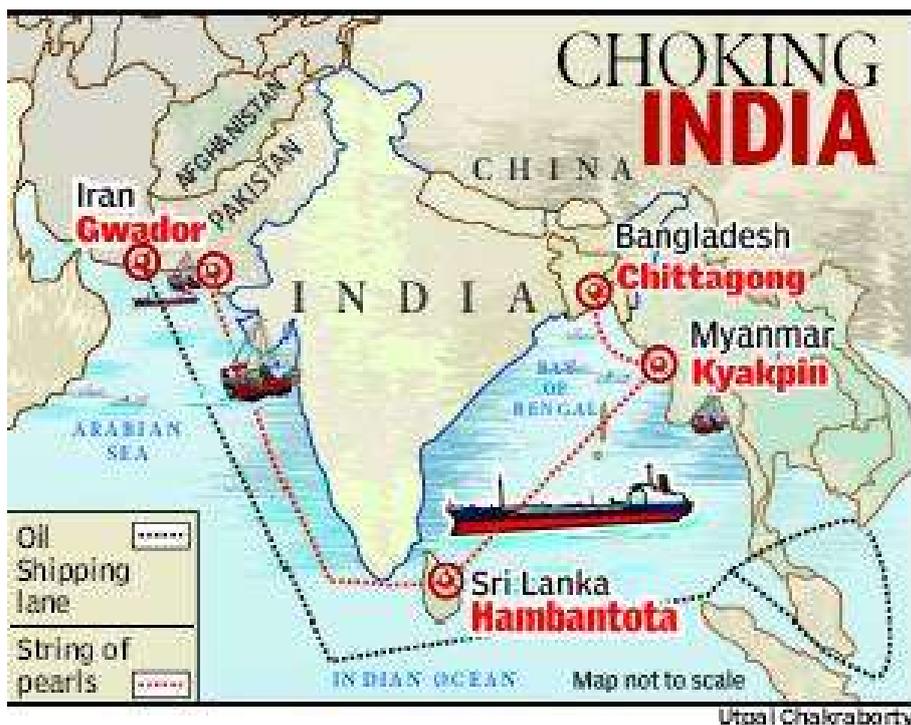


Figura 14 - Fonte: *The Times of India*

Um último projeto chinês na baía de Bengala que deve ser mencionado é o envolvimento chinês na construção de um porto no Sri Lanka. O empreendimento, conhecido como *Colombo Port City*, é o maior investimento estrangeiro direto na história do país, no valor de US\$ 1,4 bilhão.¹⁸⁷ Além da expansão do porto de Colombo, no oeste do país, o projeto visa a transformar a cidade num centro comercial e financeiro, de formar a melhor usufruir de sua posição estratégica ao longo das rotas de comércio entre os produtores de petróleo no Oriente Médio e o Leste Asiático. O projeto está sendo inteiramente financiado e construído pela estatal *China Harbor Engineering Corporation*, e a empresa terá uma concessão de 99 anos na administração do porto.¹⁸⁸ No sul do Sri Lanka, a China está comprometida no desenvolvimento de outros projetos de infraestrutura, principalmente na cidade costeira de Hambantota, onde um porto de águas profundas e um aeroporto estão sendo construídos.

¹⁸⁷ Jeff M. Smith, "China's Investments in Sri Lanka," *Foreign Affairs*. May 23, 2016. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2016-05-23/chinas-investments-sri-lanka>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

¹⁸⁸ Wade Shepard, "China's Jewel in the Heart of the Indian Ocean," *The Diplomat*. May 9, 2016. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2016/05/chinas-jewel-in-the-heart-of-the-indian-ocean/>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

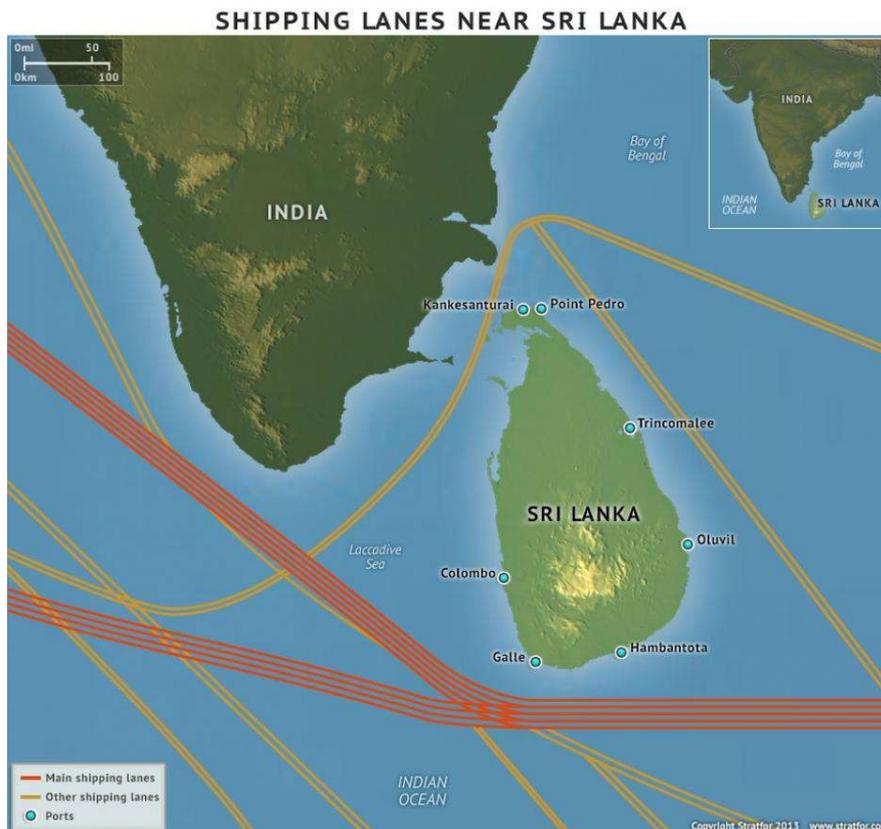


Figura 15 - Fonte: *Stratfor*¹⁸⁹

Assim como os demais empreendimentos chineses nesta parte do Oceano Índico, a consolidação da presença de Pequim na infraestrutura marítima da região está alarmando a Índia, e será melhor analisado no próximo capítulo. Mantendo o foco exclusivamente no aspecto comercial, por ora, podemos identificar um motivo para preocupação indiana: devido à ausência de infraestrutura portuária adequada na Índia, 13% do comércio internacional indiano passa pelo Sri Lanka. Analistas estimam que com a modernização dos portos do país, esse percentual pode subir para 28%.¹⁹⁰ Com o controle do principal porto cingalês em mãos chinesas, as autoridades em Nova Deli enxergam os interesses de Pequim no Sri Lanka, considerado parte da esfera de influência indiana, com natural apreensão. Do lado cingalês, deve-se ressaltar que 70% do tráfego de transbordo marítimo vem da Índia, o que representa uma importante fonte de renda para um país empobrecido. Além do mais, o *boom* de investimento em infraestrutura no Sri Lanka nos últimos anos deixou o país extremamente endividado,

¹⁸⁹ Disponível em: <<https://www.stratfor.com/image/map-sri-lanka-shipping-lanes>>.

¹⁹⁰ “The new masters and commanders,” *The Economist*. Jun 6, 2013. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/international/21579039-chinas-growing-empire-ports-abroad-mainly-about-trade-not-aggression-new-masters>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

e a dívida do país, que em 2010 era de apenas 36% do PIB, hoje representa 95%.¹⁹¹ Deste total, um terço tem a China como credor.¹⁹² Ou seja, cresce o grau de influência que Pequim tem sobre o país.

A África também foi contemplada para receber recursos da OBOR, pois a costa leste do continente também faz parte da rota da seda marítima. No Quênia, a China está modernizando o porto de Mombasa, o maior da África, assim como está construindo um porto novo na cidade de Lamu. O porto em Lamu faz parte de um projeto maior conhecido como *Lamu Port Southern Sudan-Ethiopia Transport* (LAPSSET) e orçado em US\$ 24 bilhões. O empreendimento, uma vez completado, incluirá rodovias, ferrovias e oleodutos ligando o Sudão do Sul e a Etiópia, ambos países sem acesso ao mar, ao porto de Lamu.¹⁹³ Na Tanzânia, em conjunto com o governo local e com o Omã, a China está participando da construção do porto de Bagamayo, um empreendimento de US\$ 10 bilhões e que, uma vez completado, deverá se tornar o maior porto da África. O projeto inclui também a construção de uma zona industrial voltada para exportação, em moldes similares às zonas econômicas especiais chinesas.¹⁹⁴

¹⁹¹ Wade Shepard, "China Tells Sri Lanka: We Want Our Money, Not Your Empty Airport," *Forbes*. Jul 31, 2016. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/wadeshepard/2016/07/31/china-to-sri-lanka-we-want-our-money-not-your-empty-airport/#3f3b9be31169>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

¹⁹² Smith, "China's Investments in Sri Lanka," *Foreign Affairs*.

¹⁹³ "Chinese-built Lamu port on course to transform Kenya, E. Africa," *Xinhua*. Jul 12, 2015. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2015-07/12/c_134405455.htm>. Acesso em: 19 ago. 2016.

¹⁹⁴ Frannie A. Léautier, Michael Schaefer, and Wei Shen, "The Port of Bagamoyo: A Test for China's New Maritime Silk Road in Africa," *The Diplomat*. Dec 01, 2015. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2015/12/the-port-of-bagamoyo-a-test-for-chinas-new-maritime-silk-road-in-africa/>>. Acesso em: 19 ago. 2016.



Figura 16 - Fonte: *BBC News*¹⁹⁵

No Djibuti, a China está construindo uma base militar na cidade portuária de Obock. Apesar de protestos dos Estados Unidos, Washington não conseguiu dissuadir as autoridades do país a voltarem atrás, principalmente após Pequim incluir a modernização do porto de Djibuti, a construção de dois aeroportos e de uma ferrovia nas negociações.¹⁹⁶ A base é um marco na história das relações externas da China, pois trata-se da primeira base militar chinesa fora de seu território nacional. O Djibuti está estrategicamente localizado no estreito de Bab el Mandeb, na entrada do mar Vermelho, que liga o Oceano Índico ao mar Mediterrâneo por meio do Canal de Suez. Não à toa, EUA, França e Japão já possuem bases no país, instaladas para combater a pirataria na região e para dar apoio às missões de *peacekeeping* no continente africano.¹⁹⁷

¹⁹⁵ Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-africa-34554524>

¹⁹⁶ John Lee, “China Comes to Djibouti,” *Foreign Affairs*. Apr 23, 2015. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/east-africa/2015-04-23/china-comes-djibouti>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

¹⁹⁷ “China 'negotiates military base' in Djibouti,” *Aljazeera*. May, 2015. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/africa/2015/05/150509084913175.html>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

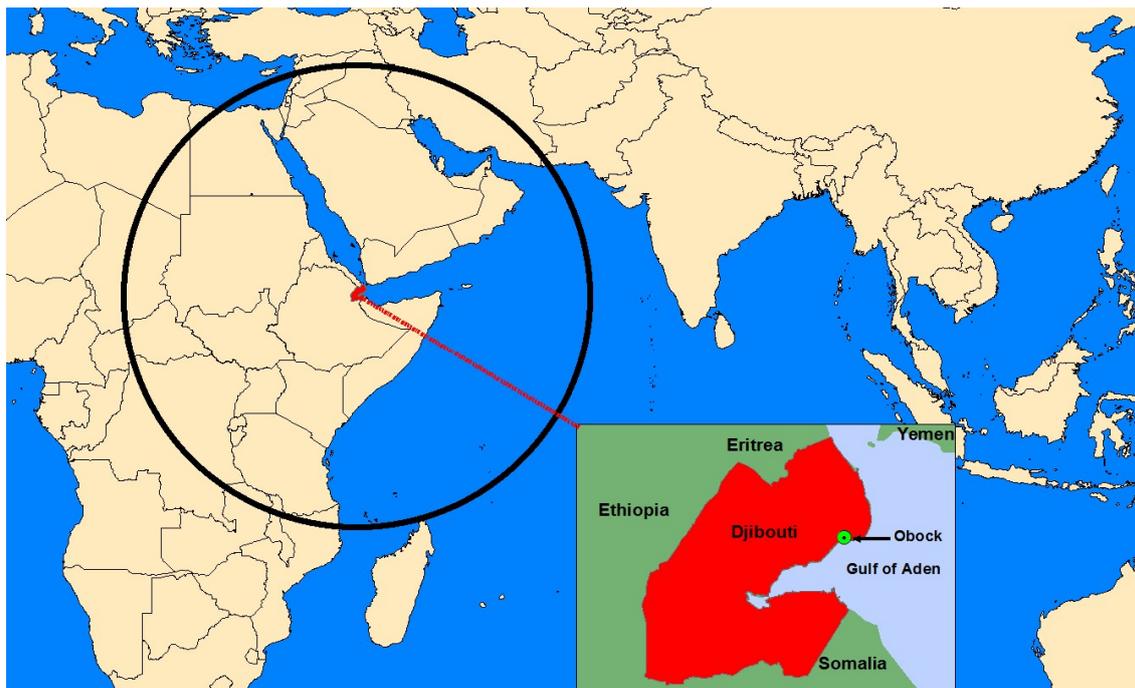


Figura 17 - Fonte: China Sign Post¹⁹⁸

O discurso oficial chinês descreve a base como uma instalação logística para apoiar navios de escolta chineses contra atos de pirataria, assim como para facilitar o envio de tropas chinesas para operações *peacekeeping* e de ajuda humanitária.¹⁹⁹ Apesar do discurso oficial chinês, analistas norte-americanos alegam que se trata de fato de uma instalação militar, para garantir a defesa dos interesses marítimos e terrestres da China na região, principalmente o livre acesso ao Mediterrâneo e o livre trânsito de petróleo.²⁰⁰ Para ter uma noção da importância do estreito de Bab el Mandeb, ressalta-se que em 2013, 3,8 milhões de barris de petróleo transitaram em suas águas, fazendo dele o quarto maior gargalo energético marítimo do mundo.²⁰¹ Deve-se lembrar, também, que desde a revolução na Líbia, em 2011, o governo chinês

¹⁹⁸ Disponível em: <<http://www.chinasignpost.com/2015/07/11/djibouti-likely-to-become-chinas-first-indian-ocean-outpost/>>.

¹⁹⁹ "China building military logistical facilities in Djibouti," *Xinhua*. Feb 25, 2016. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2016-02/25/c_135130961.htm>. Acesso em: 19 ago. 2016.

²⁰⁰ Jeremy Page and Gordon Lubold, "China to Build Naval Hub in Djibouti," *The Wall Street Journal*. Nov 26, 2015. Disponível em: <<http://www.wsj.com/articles/china-to-build-naval-logistics-facility-in-djibouti-1448557719>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

²⁰¹ Gabe Collins and Andrew Erickson, "Djibouti Likely to Become China's First Indian Ocean Outpost," *China SignPost*. Jul 11, 2015. Disponível em: <<http://www.chinasignpost.com/2015/07/11/djibouti-likely-to-become-chinas-first-indian-ocean-outpost/>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

está sobre pressão para garantir a proteção de seus cidadãos no exterior. A instalação naval no Djibuti também contribuirá para esse objetivo.²⁰²

Em 2015, o governo chinês publicou seu mais recente *white paper* de estratégia militar. O documento deixava claro a preocupação chinesa com seus interesses no exterior, assim como com a livre passagem pelas principais rotas marítimas. Conforme o texto,

With the growth of China's national interests, its national security is more vulnerable to international and regional turmoil, terrorism, piracy, serious natural disasters and epidemics, and the security of overseas interests concerning energy and resources, strategic sea lines of communication (SLOCs), as well as institutions, personnel and assets abroad, has become an imminent issue.²⁰³

O estabelecimento de uma base naval, mesmo que com um intuito meramente logístico no momento, segue essa ideia de defender os interesses chineses no exterior e de garantir o acesso às principais rotas comerciais. O mesmo pode ser dito sobre a construção de portos em países-chave ao longo destas rotas pois, em muitos casos, as negociações incluem o direito de navios da marinha chinesa usarem os portos. Em setembro 2014, por exemplo, um submarino e seu navio-escolta atracaram no porto de Colombo, administrado por uma estatal chinesa. Essa foi a primeira visita de navios de guerra chineses ao país.²⁰⁴ O governo chinês também já deu indícios de que pretende estabelecer “instalações logísticas” em outras áreas de seu interesse.

Observa-se aí uma lógica nitidamente inspirada em Mahan. A China é hoje a nação com o maior comércio externo do mundo. Através de suas estatais, o país controla 20% da frota de contêineres global. Por tonelagem, o país foi responsável por 41% dos navios construídos no ano de 2012.²⁰⁵ Já se demonstrou a importância do comércio externo para a manutenção do crescimento econômico do país e sua extrema

²⁰² “China to set up 1st overseas naval base in Djibouti next to US airbase,” *RT*. Nov 27, 2015. Disponível em: <<https://www.rt.com/news/323621-china-first-overseas-base/>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

²⁰³ “China's Military Strategy,” *The State Council Information Office of the People's Republic of China*. May 2015.

²⁰⁴ Shepard, “China's Jewel in the Heart of the Indian Ocean,” *The Diplomat*.

²⁰⁵ “The new masters and commanders,” *The Economist*. Jun 8, 2013. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/international/21579039-chinas-growing-empire-ports-abroad-mainly-about-trade-not-aggression-new-masters>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

vulnerabilidade energética, principalmente no que diz respeito ao trânsito de petróleo por vias marítimas. Ainda sem os meios econômicos, militares e tecnológicos de rivalizar com os Estados Unidos em alto-mar, a China está estabelecendo pontos de apoio naval ao longo de suas principais rotas comerciais. Fazendo uso de sua diplomacia econômica, pautada em suas enormes reservas internacionais, Pequim está em vias de consolidar sua posição no mar da China Meridional e no Oceano Índico através do investimento na infraestrutura portuária e energética ao longo da vertente marítima da OBOR. Além de estabelecer pontos de apoio à sua marinha, a China tem buscado diversificar suas rotas comerciais, principalmente aquelas relacionadas ao transporte de petróleo, para contornar o “dilema de Malaca”.

A rota marítima, entretanto, encontrará maiores obstáculos a sua concretização do que a rota terrestre. Em primeiro lugar, as economias do sudeste asiático são muito mais integradas à economia mundial do que as da Ásia Central, e conseqüentemente têm acesso a mais mecanismos de investimento. Logo, elas são menos dependentes de um único patrono econômico. Em segundo lugar, a presença militar, política e econômica dos EUA é muito maior na região. Por fim, as disputas territoriais no mar da China Meridional e a crescente assertividade chinesa em suas reivindicações aumentam o grau de desconfiança dos demais países da região em relação à China, fazendo com que alguns países se voltem ainda mais para os EUA para garantirem sua segurança. O próximo capítulo voltará as atenções às disputas geopolíticas atualmente em curso na parte oriental da Eurásia e como essas rivalidades podem representar um obstáculo aos objetivos chineses em relação à OBOR.

4. As grandes potências rivais

*In an international system characterized by perhaps five or six major powers and a multiplicity of smaller states, order will have to emerge much as it did in past centuries from a reconciliation and balancing of competing national interests.*²⁰⁶

Conforme cresce a economia da China, e conseqüentemente seu poder latente e militar, cresce também o escopo geográfico dos interesses vitais do país. Antes apenas uma potência regional circunscrita ao seu imediato entorno no sudeste e leste asiático, a China é hoje uma Grande Potência cujo poder, principalmente na esfera econômica, faz-se sentir em escala crescentemente global. No entanto, a localização geográfica ainda é um dos principais fatores determinantes das prioridades imediatas de um Estado, e a China encontra-se localizada numa vizinhança particularmente complexa do “tabuleiro de xadrez eurasiático”, cercada por três outras grandes potências regionais (Rússia, Índia e Japão) e uma extrarregional (EUA), cada uma com suas próprias ambições geopolíticas. Num jogo com vários participantes, onde inúmeros objetivos e interesses inevitavelmente entram em conflito, naturalmente surge uma complexa interação entre os agentes em que cada um tenta limitar e/ou reverter os ganhos do outro. Brzezinski resumiu melhor essa situação: *Thus manouver, diplomacy, coalition building, co-optation, and the very deliberate deployment of one’s political assets have become the key ingredients of the successful exercise of geostrategic power on the Eurasian chessboard.*²⁰⁷

Este capítulo será dedicado às principais grandes potências rivais geopolíticas da China: EUA, Rússia, Japão e Índia. Percebe-se que o foco se restringirá à parte asiática da Eurásia, pois nem a União Europeia nem o Reino Unido – as grandes potências no extremo ocidente do grande continente – podem ser vistos como rivais da China. Além da distância geográfica entre a Europa e a China, a falta de uma política externa comum europeia impede que se forme um consenso sobre como lidar com a potência emergente do outro lado da Eurásia. Inclusive, visto que a Europa também faz parte da OBOR, e na ausência de interesses de segurança conflitantes, os

²⁰⁶ Kissinger, *Diplomacy*, 805.

²⁰⁷ Brzezinski, *The Grand Chessboard*, 36.

países europeus, hoje voltados para dentro devido à crise migratória, preferem manter o foco no aspecto comercial das relações sino-europeias.

4.1. Estados Unidos

Como arquiteto e principal beneficiário da ordem internacional nos pós-Segunda Guerra Mundial, é com natural apreensão que os Estados Unidos encaram a ascensão da China. Com a dissolução da União Soviética e o consequente enfraquecimento da Rússia, os Estados Unidos emergiram ao final da Guerra Fria como a potência inconteste do planeta. No entanto, a política de balança de poder continuou tendo um enorme papel na política internacional e os Estados Unidos aproveitaram seu momento unipolar no imediato pós-Guerra Fria para fazer do novo equilíbrio ainda mais favorável a Washington. O documento intitulado *Defense Planning Guidance for the 1994–99 fiscal years* (também conhecido como a Doutrina Wolfowitz), vazado para a imprensa em maio de 1992, exaltava tanto a consolidação dos EUA como o país mais poderoso do mundo quanto a necessidade de continuar ocupando essa posição. Em outras palavras, os Estados Unidos não tolerariam um novo rival a sua altura. Seguindo os preceitos do realismo ofensivo de Mearsheimer, Washington aumentou seus compromissos de segurança na Ásia, assim como incentivou a expansão da OTAN para os países da antiga Cortina de Ferro. De acordo com o documento:

Our first objective is to prevent the re-emergence of a new rival, either on the territory of the former Soviet Union or elsewhere, that poses a threat on the order of that posed formerly by the Soviet Union. This is a dominant consideration underlying the new regional defense strategy and requires that we endeavor to prevent any hostile power from dominating a region whose resources would, under consolidated control, be sufficient to generate global power. These regions include Western Europe, East Asia, the territory of the former Soviet Union, and Southwest Asia.²⁰⁸

²⁰⁸ “Excerpts From Pentagon's Plan: 'Prevent the Re-Emergence of a New Rival,’” *The New York Times*. Mar 8, 1992. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1992/03/08/world/excerpts-from-pentagon-s-plan-prevent-the-re-emergence-of-a-new-rival.html?pagewanted=all>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

No século XXI, é a China que surge como principal candidata a ocupar a posição de par geopolítico dos Estados Unidos e é na região da Ásia-Pacífico onde há mais potencial para o acirramento de rivalidades sino-norte-americanas. O *pivot to Asia* atualmente em curso pelo governo norte-americano, é uma manifestação prática do realismo ofensivo, com desdobramentos econômicos e militares. Embora crises políticas e humanitárias em outros pontos da Eurásia (Ucrânia, Síria, Iraque) tenham atrasado a reorientação da política externa norte-americana rumo ao Pacífico e Leste Asiático, estima-se que no longo prazo essa reorientação se concretizará. No plano econômico-comercial, os dois países tentam excluir o outro de acordos regionais de livre comércio. A China está tentando lançar o *Regional Comprehensive Economic Partnership* (RCEP), um acordo que inclui todos os 10 países da ASEAN, além de Japão, Coreia do Sul, Índia, Austrália e Nova Zelândia. Os Estados Unidos, por sua vez, apostaram na Parceria Transpacífico (TPP), que inclui alguns dos mesmos membros do RCEP. Com a paralisação da Rodada de Doha no âmbito da Organização Mundial de Comércio, cresce a quantidade de acordos de livre comércio bilaterais e multilaterais, muitos com a exclusão deliberada de importantes *players* do comércio internacional. O que está em jogo é se a Ásia-Pacífico seguirá a visão chinesa sobre o comércio internacional ou a norte-americana. A China e os EUA estão concorrendo para oficializar seus acordos um antes do outro, pois quem escreve as regras de comércio acaba definindo o modelo para acordos comerciais em outras regiões. Conforme o presidente Obama, *When more than 95 percent of our potential customers live outside our borders, we can't let countries like China write the rules of the global economy.*²⁰⁹ Logo, os dois acordos abrangem, de forma indireta, muito mais do que a Ásia-Pacífico, visto que, uma vez vigentes, poderão servir de modelo para futuros acordos.

Tão importante quanto, influência geopolítica sem dúvida acompanhará o comércio nessa região. Além de uma aliança militar formal, poucos arranjos internacionais sinalizam maior cooperação política do que um acordo de livre comércio. Embora a política econômica seja a principal preocupação de qualquer acordo comercial, preocupações políticas também desempenham um papel importante.

²⁰⁹ "Statement by the President on the Trans-Pacific Partnership," *The White House Office of the Press Secretary*. Oct 5, 2015. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2015/10/05/statement-president-trans-pacific-partnership>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

Além dos benefícios econômicos, acordos de livre comércio vinculam Estados e economias nacionais. Ao criarem um acordo formal que institucionaliza a coordenação de política econômica, Estados acabam por cultivar maiores laços entre eles. Discursando sobre os aspectos geopolíticos do TPP, Ashton Carter, secretário de Defesa dos Estados Unidos, declarou:

But TPP also makes strong strategic sense, and it is probably one of the most important parts of the rebalance, and that's why it has won such bipartisan support. In fact, you may not expect to hear this from a Secretary of Defense, but in terms of our rebalance in the broadest sense, passing TPP is as important to me as another aircraft carrier. It would deepen our alliances and partnerships abroad and underscore our lasting commitment to the Asia-Pacific.²¹⁰

No plano político-militar, os mares da China Meridional e Oriental, particularmente, são os palcos onde os interesses dos dois países estão mais visivelmente em choque, devido às reivindicações territoriais da China, de um lado, e os compromissos de segurança dos EUA com rivais chineses do outro. A China alega um direito histórico a quase 90% do mar da China Meridional, o que naturalmente coloca a posição chinesa em conflito com a de seus vizinhos e a dos Estados Unidos.²¹¹ A política norte-americana para a região é clara:

To buttress the vital political and economic relationships we have along the Pacific rim, we must maintain our status as a military power of the first magnitude in the area. This will enable the U.S. to continue to contribute to regional security and stability by acting as a balancing force and prevent emergence of a vacuum or a regional hegemon.²¹²

²¹⁰ Ash Carter, "Remarks on the Next Phase of the U.S. Rebalance to the Asia-Pacific," *U.S. Department of Defense*. Apr 6, 2015. Disponível em: <<http://www.defense.gov/News/Speeches/Speech-View/Article/606660/remarks-on-the-next-phase-of-the-us-rebalance-to-the-asia-pacific-mccain-instit>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

²¹¹ Tom Phillips, Oliver Holmes, and Owen Bowcott, "Beijing rejects tribunal's ruling in South China Sea case," *The Guardian*. Jul 12, 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2016/jul/12/philippines-wins-south-china-sea-case-against-china>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

²¹² "Excerpts From Pentagon's Plan: 'Prevent the Re-Emergence of a New Rival'," *The New York Times*.

Disputed claims in the South China Sea

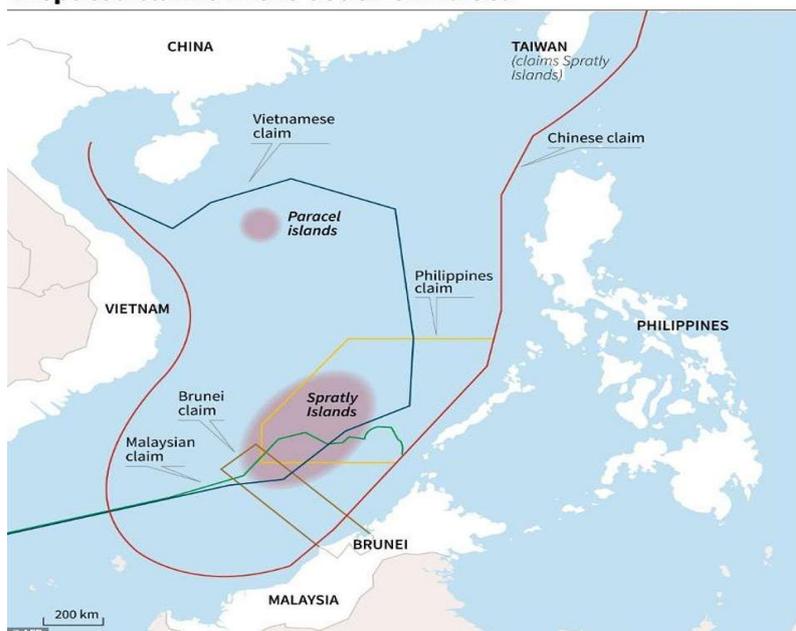


Figura 18 - Fonte: Daily Mail²¹³

A demarcação territorial chinesa, também conhecida como *nine-dash line*, inclui a posse de todas as ilhas dentro de seus limites, assim como estabelece que todos recursos naturais ali presentes fazem parte da zona econômica exclusiva do país. Em 2002, a China e a ASEAN haviam estabelecido um *modus vivendi* para que as diversas partes pudessem evitar maiores controvérsias na região.²¹⁴ No entanto, nos últimos anos a crescente assertividade chinesa vem preocupando as demais partes. Em julho deste ano, o Tribunal Permanente de Arbitragem decidiu em favor das Filipinas num contencioso apresentado por Manila em 2013. Apesar dos árbitros rejeitarem a ideia de que a China tem um direito histórico sobre a região, Pequim manifestou-se de forma contrária ao resultado e declarou que a decisão não influenciará a conduta chinesa.²¹⁵

Ainda mais alarmante é a velocidade e a escala de construção de ilhas artificiais na zona contestada. Em menos de dois anos, a China construiu sete ilhas artificiais, todas com portos, pistas de decolagem e instalações de radar. Além de fortalecer o

²¹³ Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-3046619/Philippines-seeks-Southeast-Asian-unity-denouncing-China-reclamation.html>>.

²¹⁴ 2002 Declaration on the Conduct of Parties in the South China Sea. Disponível em: <<https://cil.nus.edu.sg/rp/pdf/2002%20Declaration%20on%20the%20Conduct%20of%20Parties%20in%20the%20South%20China%20Sea-pdf.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

²¹⁵ "Int'l arbitration ruling on S. China Sea won't impact China: ambassador," *Xinhua*. Aug 8, 2016. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2016-08/02/c_135558046.htm>. Acesso em: 16 ago. 2016.

pleito chinês sobre a posse do território marítimo, a construção das ilhas aumentará a capacidade chinesa de projetar poder militar sobre o mar da China Meridional. Se a OBOR e as demais iniciativas financeiras são a cenoura da política externa chinesa para a região, as bases navais que Pequim está estabelecendo de forma unilateral no mar da China Meridional são sem dúvida o porrete.

Ainda no contexto do mar da China Meridional, a soberania de Taiwan é mais um ponto de atrito entre Pequim e Washington. Os Estados Unidos assumiram a obrigação legal de defender Taiwan contra qualquer agressão chinesa, seja ela militar (invasão) ou econômica (embargo comercial).²¹⁶ A China, por sua vez, já se posicionou inúmeras vezes contra qualquer possibilidade de uma declaração de independência por parte de Taipei, defendendo inclusive o uso da força para prevenir ou reverter tal ato. Além de considerar Taiwan como parte constituinte do território de seu território, a ilha tem um caráter estratégico para a China. Se algum dia a unificação política for de fato concretizada, Pequim fortalecerá sua posição marítima, eliminaria a aliança político-militar entre Taipei e Washington e teria mais fácil acesso ao Oceano Pacífico por meio de bases e portos na ilha de Taiwan.²¹⁷ Em muitos aspectos, devido a posição geográfica de Taiwan e sua importância estratégica para a China, a política chinesa em relação à ilha pode ser comparada à preocupação norte-americana com uma presença militar da união Soviética em Cuba durante a Guerra Fria.

A China é a principal potência terrestre do Leste Asiático, enquanto os Estados Unidos são a principal potência naval na mesma região. A hegemonia marítima norte-americana deve-se à superior capacidade naval e aérea dos EUA combinada ao acesso às instalações navais de diversos países no Leste e Sudeste Asiático. Além de bases no Japão, na Coreia do Sul e na Austrália, os EUA negociaram acesso a instalações navais em Cingapura, Malásia, Indonésia, Brunei e Filipinas.²¹⁸ Essas instalações permitem à marinha norte-americana navegar livremente pelas águas do mar da China Meridional. Enquanto a China não tiver acesso às bases de outros países da região e não desenvolver os meios de projetar poder militar no teatro marítimo, a marinha dos

²¹⁶ *Taiwan Relations Act*. Jan 1, 1979. Disponível em: <<http://www.ait.org.tw/en/taiwan-relations-act.html>>. Acesso em: jun 03, 2016.

²¹⁷ James R. Holmes and Toshi Yoshihara, "History Rhymes: The German Precedent for Chinese Seapower," *Orbis*, Vol. 54, No. 1 (December 2010): 21.

²¹⁸ "2015 Index of U.S. Military Strength," *The Heritage Foundation*. Disponível em: <<http://index.heritage.org/military/2015/chapter/op-environment/asia/>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

EUA continuará dominando o Sudeste Asiático, inclusive as rotas de comércio ligando a China ao mundo. Simultaneamente, os Estados Unidos estão em vias de normalizar suas relações diplomáticas e econômicas com alguns vizinhos chineses, como Vietnã e Mianmar, com o intuito de removê-los da órbita política chinesa.

Sem os meios de fazer frente à hegemonia naval norte-americana em seu próprio “quintal”, a China busca, por meio da OBOR e demais iniciativas financeira-comerciais, aumentar seu capital político em seu entorno regional. A integração da infraestrutura física da região e a integração das economias nacionais, com a China em seu centro, pode levar ao estabelecimento de um bloco econômico dominado pela China. Conforme cresce a esfera de influência econômica da China, cresce também sua esfera de influência política. Se isto se consolidar de fato, a China estará bem posicionada para negociar acesso a bases navais estrangeiras e para resolver suas disputas territoriais em termos muito mais vantajosos para Pequim. Este seria um passo importante para enfraquecer a presença dos EUA no Leste Asiático e para estabelecer o mar da China Meridional como um *mare nostrum* chinês.

4.2. Rússia

O colapso da União Soviética gerou uma nova realidade geopolítica na Eurásia. O espaço ocupado durante séculos pelos czares russos e por quase um século pelo Politburo da União Soviética foi subitamente substituído por uma dúzia de Estados. Embora a Rússia tenha ainda permanecido o maior país do mundo em termos territoriais, o colapso do domínio imperial exercido por Moscou resultou num vácuo de poder no *Heartland*. Além das fronteiras imediatas da URSS, a dissolução do Pacto de Varsóvia abriu o caminho para os antigos satélites soviéticos na Europa Central, com destaque para a Polônia, gravitarem rapidamente para a OTAN e para a União Europeia. Ao longo da década de 1990, o status internacional da Rússia foi significativamente reduzido, e o país passou a ser visto por muitos não mais como uma das duas superpotências do período da Guerra Fria, mas apenas como uma potência regional terceiro-mundista.²¹⁹ O súbito desaparecimento do Estado como principal

²¹⁹ Brzezinski, *The Grand Chessboard*, 89.

indutor do desenvolvimento socioeconômico e o risco de desmembramento territorial, como na Guerra da Chechênia, lançaram o país numa grave crise política e econômica.

No entanto, se a última década do século XX foi marcada pela instabilidade política e o declínio econômico da Rússia, o início do século XXI, a partir da ascensão de Vladimir Putin e o *boom* internacional no preço de commodities, deve ser entendido como um período de estabilidade e de retomada do crescimento. A riqueza energética da Rússia hoje permite ao Kremlin tentar reverter o colapso da URSS, certa vez descrito pelo presidente Putin como "a maior catástrofe geopolítica do século passado".²²⁰ Nesse contexto de ressurgimento russo no panorama geopolítico internacional, as relações sino-russas são um importante elemento na política externa da Rússia.

A vitória comunista na guerra civil chinesa, em 1949, resultou num bloco sino-soviético que pela primeira vez igualou o Império Mongol na Eurásia, pelo menos em termos de controle de território contíguo.²²¹ No entanto, o período de lua de mel durou pouco tempo, e Pequim começou a ressentir sua percebida inferioridade hierárquica nas relações bilaterais entre os dois gigantes do mundo comunista. Divergências ideológicas, disputas territoriais, a falta de apoio soviético ao programa nuclear chinês e choques de personalidades entre as lideranças dos dois países resultaram no progressivo afastamento entre os dois Estados.²²²

A partir da década de 1980, Moscou e Pequim iniciaram uma lenta reaproximação que culminaria na elevação das relações bilaterais ao nível de “parceria estratégica” em abril de 1996. Ainda mais significativo, no mesmo mês, o embrião do que em 2001 se tornaria a Organização para Cooperação de Xangai (OCX) foi firmado com o encontro do agrupamento conhecido como *Shanghai Five*. Inicialmente fundado com o intuito de criar medidas de construção de confiança como ajustes territoriais e desmilitarização das fronteiras entre China, Rússia e os países da Ásia Central, com a

²²⁰ “Putin lamenta colapso da União Soviética,” *Folha de São Paulo*. 26 de abril de 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2604200511.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

²²¹ Brzezinski, *The Grand Chessboard*, 16.

²²² Thomas Stephan Eder, *China-Russia Relations in Central Asia* (Vienna: Springer VS, 2014), 17-18.

adesão do Uzbequistão em 2001 a organização ampliou sua agenda para incluir cooperação militar, econômica e energética.²²³

Se a OCX foi um importante instrumento para a resolução de pendências territoriais entre as duas maiores potências militares da Eurásia, ela também abriu caminho para maior concertação política sino-russa no plano global. Os dois países compartilham uma preocupação mútua com a preponderância política, econômica e militar dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria. Tanto para Pequim quanto para Moscou, a hegemonia e o unilateralismo norte-americanos são ameaças aos seus respectivos interesses nacionais.²²⁴ Essa concertação política já foi claramente demonstrada em inúmeras controvérsias internacionais, como os programas nucleares iranianos e norte-coreanos, a crise síria e a independência de Kosovo. Ao mesmo tempo, os dois países apoiam, ou ao menos evitam criticar, um ao outro nas controvérsias referentes às suas respectivas esferas de influência. Logo, a China absteve-se de condenar a intervenção russa na Ucrânia, enquanto a Rússia já se demonstrou a favor da China vis-à-vis Taiwan e nos litígios territoriais no mar do Sul da China.²²⁵ Na esfera institucional, além do apoio mútuo no Conselho de Segurança da ONU, os dois países estão cooperando no estabelecimento de novas instituições financeiras internacionais, como o AIIB e o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS.

Essa aproximação, no entanto, é fruto do reconhecimento pragmático de que os dois países precisam de capital político na esfera internacional para perseguirem seus respectivos interesses. Se no curto e médio prazo as relações bilaterais são de concertação e de harmonia, o longo prazo não oferece uma perspectiva tão clara. A guerra contra a Geórgia e a anexação da Crimeia foram consequências do apoio ocidental às revoluções coloridas em países-membros da antiga União Soviética e do alargamento da União Europeia e da OTAN até a fronteira russa. Ou seja, na visão de Moscou, a intrusão ocidental em sua esfera de influência no leste europeu justificou

²²³ Eleanor Albert, "The Shanghai Cooperation Organization," *Council on Foreign Relations*. Disponível em: <<http://www.cfr.org/china/shanghai-cooperation-organization/p10883>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

²²⁴ Bules, *Chinese Policy Toward Russian and the Central Asian Republics*, 34.

²²⁵ Emma Graham-Harrison et al., "China and Russia: the world's new superpower axis?," *The Guardian*. Jul 7, 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/jul/07/china-russia-superpower-axis>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

uma contrarreação russa. Embora a Europa Oriental tenha sido o centro das atenções geopolíticas de Moscou desde o fim da Guerra Fria, a Ásia Central, historicamente parte do Império Russo e da antiga URSS, jamais deixou de ser considerada pela Rússia como parte de sua esfera de influência. A crescente projeção econômica da China sobre os antigos domínios asiáticos da Rússia é vista com natural apreensão por parte de Moscou.

O fortalecimento dos laços econômicos entre os países da Ásia Central e a China é uma “faca de dois gumes” para a Rússia. Por um lado, investimentos chineses alavancaram o crescimento econômico da região, contribuindo para a estabilização política e social e ajudando a conter a emergência do extremismo religioso. A Rússia acaba por naturalmente se beneficiar com maior prosperidade e estabilidade do outro lado de suas fronteiras.²²⁶ Por outro lado, o maior intercâmbio sino-centro-asiático está possibilitando maior projeção política chinesa sobre as lideranças da Ásia Central. Os projetos de infraestrutura energética que a China desenvolveu na região, muitos dos quais já foram descritos no Capítulo 3, quebraram o monopólio russo sobre as redes de transporte dos recursos energéticos da Ásia Central, o que acabou por enfraquecer o poder de barganha que Moscou exercia ao negociar tarifas de transporte.²²⁷

Com um discurso voltado para o desenvolvimento e para a integração econômica, e apoiado na prática com vultosos investimentos, a balança de poder dentro da OCX vem se mostrando mais favorável à China. Isso ficou claro em 2008 quando, devido à falta de apoio chinês, a organização negou à Rússia o reconhecimento das independências da Abecásia e da Ossétia do Sul após a guerra contra a Geórgia. O temor chinês era de que tal reconhecimento pudesse abrir um perigoso precedente nos casos de Taiwan, Tibete e Xinjiang.²²⁸ Desde então, a Rússia tenta maximizar sua influência na Ásia Central por meio de organizações multilaterais em que a China não é membro, como a Comunidade dos Estados Independentes, a Organização do Tratado de Segurança Coletiva e a União Econômica Eurasiática.

²²⁶ Brzezinski, *The Grand Chessboard*, 89.

²²⁷ Linda Jakobson, et al. “China’s Energy and Security Relations with Russia: Hopes, Frustrations and Uncertainties,” *Stockholm International Peace Research Institute Policy Paper*, Vol. 29 (Oct 2011): 12.

²²⁸ Alexander Cooley, Cooperation Gets Shanghaied, *Foreign Affairs*. Dec 14, 2009. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2009-12-14/cooperation-gets-shanghaied>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

Pequim sempre respeitou a presença da russa na Ásia Central, mas se opõe à dominância russa da região. É natural que a China prefira um grupo de Estados soberanos independentes em sua fronteira ocidental do que um consolidado Império Russo. O pluralismo político centro-asiático pós-soviético permitiu a desmilitarização das fronteiras chinesas, reduzindo um importante foco de tensão nas relações internacionais da China. Ao mesmo tempo, abriu novos mercados para bens e capitais chineses, assim como contribuiu para a diversificação das importações energéticas da China.

Hoje, a Ásia Central ganha ainda mais proeminência, aos olhos de Pequim, pela sua importância histórica e cultural e pelo seu posicionamento geográfico, como elo integral da antiga Rota da Seda. O fortalecimento dos laços econômicos, iniciado após a independência da região e intensificados a partir da OBOR, oferece aos novos Estados rotas de transporte não russas, por meio das quais eles podem melhor acessar mercados internacionais. A realização da OBOR e a integração da infraestrutura física da Eurásia irá criar uma rede de corredores de transporte que ligará as duas extremidades mais ricas e dinâmicas do grande continente: a Europa Ocidental e o Leste Asiático.

Sem os meios econômicos de igualar os investimentos chineses na Ásia Central, a Rússia encontra-se, ela também, crescentemente dependente da China. As sanções econômicas ocidentais impostas à Rússia após sua intervenção na Ucrânia obrigaram Moscou a voltar-se para Pequim atrás de recursos financeiros. Após uma década de negociações sem resultado, os dois países assinaram um acordo de US\$ 400 bilhões para o fornecimento de gás natural para a China. A velocidade com a qual o acordo foi acordado indica que os termos eram bastantes favoráveis à China, visto os efeitos negativos das sanções ocidentais e a urgência de a Rússia buscar sustentação para sua já enfraquecida economia.²²⁹

Conforme a crise na Ucrânia demonstrou, a Rússia não tem os instrumentos econômicos necessários para manter o controle sobre suas áreas de influência. Incapaz de competir com a sofisticação financeira da União Europeia e dos Estados Unidos

²²⁹ Elena Mazneva and Stepan Kravchenko, "Russia, China Sign \$400B Gas Deal After Decade of Talks," *Bloomberg*. May 21, 2014. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/articles/2014-05-21/russia-signs-china-gas-deal-after-decade-of-talks>>. Acesso em: 23 mai. 2014.

para convencer ou dissuadir outros Estados, a Rússia vê-se obrigada a apelar para o uso de instrumentos mais “grosseiros”, como a aplicação direta da força militar. A crescente penetração chinesa na Ásia Central, em detrimento da presença econômica da Rússia, mais uma vez demonstra a incapacidade russa de fazer valer sua vontade por meios econômicos. Do Leste Europeu à Ásia Central, o controle russo sobre considerável parte do *Heartland* está se desfazendo. Conforme a crise ucraniana e a anexação da Crimeia demonstraram, a identidade russa está intrinsecamente ligada ao tamanho do território russo. A perda de esferas de influência nas extremidades do *Heartland* já está resultando numa contrarreação por parte de Moscou. A Rússia ainda detém considerável superioridade militar sobre a China, notadamente no que diz respeito ao número de armas nucleares e na capacidade de desenvolver tecnologia militar doméstica. Entretanto, é uma questão de tempo até o dinamismo econômico chinês permitir um salto qualitativo no desenvolvimento doméstico de tecnologia militar.

Moscou busca um delicado equilíbrio com Pequim. Por um lado, a China é uma parceira necessária para a reinvenção e reinserção da Rússia como uma grande potência no plano internacional. Por outro, a balança de poder regional cada vez mais favorece a China, e nada na história política russa indica que Moscou estaria disposta a aceitar uma posição hierarquicamente inferior em suas relações internacionais. Com suas esferas de influência europeias e centro-asiáticas ameaçadas, no longo prazo a Rússia terá que reavaliar e reajustar seus alinhamentos políticos internacionais, principalmente no que diz respeito ao que é hoje sua mais importante parceria bilateral.

4.3. Índia

Devido ao tamanho de sua população - comparável à da China-, seu ainda pouco explorado potencial econômico e a posse de armas nucleares, a Índia é vista como rival geopolítico da China no estabelecimento de esferas de influência na Ásia. A incapacidade dos governos dos dois países de demarcarem de forma definitiva suas fronteiras comuns mantém viva a possibilidade de um novo conflito armado como a guerra sino-indiana de 1962. Ao mesmo tempo, as autoridades em Nova Deli estão apreensivas com a crescente assimetria de poder entre os dois vizinhos e as ambições chinesas em relação ao Oceano Índico.

Dentre as grandes economias do mundo, o PIB da Índia é hoje aquele com a maior velocidade de crescimento, alcançando 7,5% em 2015.²³⁰ Em termos nominais o país é o sétimo maior PIB do mundo e quando ajustado por paridade de poder de compra, a Índia salta para a terceira posição.²³¹ Assim como no caso chinês, o crescimento sustentado da economia indiana é extremamente dependente da importação de insumos energéticos, o que faz com que a Índia busque diversificar suas fontes de fornecimento de gás e petróleo. A decisão indiana de aderir à OCX como membro-pleno, efetivo a partir de 2017, deve muito à sua vulnerabilidade energética. Ao fazer parte de uma organização regional que inclui a Rússia e os países da Ásia Central, grandes produtores de recursos hidrocarbonetos, a Índia espera alavancar seus contatos diplomáticos com esses países por meio de um foro que se encontra regularmente. Além de questões energéticas, era de interesse indiano ter uma voz presente na única instituição que trata de temas de segurança regional, ainda mais com a futura adesão de seu outro rival regional e aliado chinês, o Paquistão. Deve-se ressaltar que a adesão indiana contou com o apoio da Rússia - tradicional parceiro da Índia- desde o início, enquanto que a China impôs inúmeras barreiras ao longo de todo o processo.²³²

A complementaridade comercial entre a Índia e a Ásia Central faz da região uma candidata natural para o destino de investimentos indianos em infraestrutura. A intensificação dos laços econômicos e políticos com a China foi, e continua sendo, importante para a Ásia Central assegurar sua independência política da Rússia. No entanto, de nada adianta trocar um mestre por outro. A entrada da Índia no complexo jogo geopolítico atualmente em curso na Ásia Central aumenta o leque de opções disponíveis às autoridades nacionais. De acordo com o Center for International Development, da Universidade de Harvard, o crescimento anual do PIB indiano será de uma média de quase 7% até 2024, enquanto que a média chinesa para o mesmo

²³⁰ “India outpaces China in 2015 economic growth,” BBC News. Feb 8, 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/business-35519671>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

²³¹ Gross domestic product 2015, PPP. *World Bank*. Disponível em: <http://databank.worldbank.org/data/download/GDP_PPP.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2016.

²³² Ashok Sajjanhar, “India and the Shanghai Cooperation Organization,” *The Diplomat*. Jun 19, 2016. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2016/06/india-and-the-shanghai-cooperation-organization/>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

período é de 4,3%.²³³ Confirmadas essas projeções, a Índia, assim como a China já o fez, tornar-se-á um polo de poder econômico, capaz de competir com sua vizinha por insumos energéticos e no financiamento de infraestrutura em outros países.

No que tange à OBOR, particularmente sua vertente marítima, Nova Deli suspeita de que se trata de uma tentativa chinesa de cercar a Índia. A aliança sino-paquistanesa sempre foi um ponto de atrito nas relações sino-indianas. Escrevendo sobre a China, Brzezinski afirma, *Close military cooperation with Pakistan increases India's security dilemmas and limits India's ability to establish itself as the regional hegemon in South Asia and as a geopolitical rival to China.*²³⁴ Com a OBOR, a Índia teme que outros países em seu entorno regional também ampliem seus laços militares com a China. Para olhos indianos, a China, por meio da OBOR, está estabelecendo uma rede de instalações portuárias civis e financiando projetos de infraestrutura no litoral do Oceano Índico com o intuito de alavancar a capacidade de sua marinha em operar em águas que deveriam estar sobre o domínio da Índia. Em 2005, a empresa de consultoria Booz Allen Hamilton, a pedido do Pentágono, fez um estudo sobre a política chinesa de cultivar laços econômicos e políticos com os países do Oceano Índico e concluiu que se tratava de uma estratégia para adquirir bases na região com o intuito de projetar seu poder marítimo sobre as linhas de comunicação marítima e de proteger suas importações de petróleo.²³⁵ Essa estratégia, conhecida como *string of pearls*, ganhou ampla aceitação em círculos militares indianos.²³⁶

Para analistas militares indianos, trata-se de uma estratégia claramente inspirada em Mahan, onde, por meio da construção e financiamento de infraestrutura marítima no Oceano Índico, a China terá acesso, senão a posse, de bases navais para a proteção do comércio chinês, o domínio do Índico e, na eventual possibilidade de uma guerra, a interrupção do comércio externo de seus rivais. No capítulo anterior, já foi

²³³ “New Global Growth Projections Predict the Decade of India,” *The Atlas of Economic Complexity*. Dec 21, 2015. Disponível em: <<http://atlas.cid.harvard.edu/rankings/growth-predictions/>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

²³⁴ Brzezinski, *The Grand Chessboard*, 165.

²³⁵ “China builds up strategic sea lanes,” *The Washington Times*. Jan 17, 2005. Disponível em: <<http://www.washingtontimes.com/news/2005/jan/17/20050117-115550-1929r/>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

²³⁶ David Brewster, “Silk Roads and Strings of Pearls: The Strategic Geography of China’s New Pathways in the Indian Ocean,” *Geopolitics* (30 Aug 2016): 9-10. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/14650045.2016.1223631>>. Acesso em: 27 set. 2016.

mencionada a influência de Mahan sobre o pensamento estratégico chinês, conforme descrito por James Holmes e Toshi Yoshihara. Webster amplia essa influência para incluir a Índia também:

[...] Mahanian thought has re-flowered in India and China, particularly among those who see naval power as an indispensable element in their reach for great power status and, in turn, access to ports and way stations as essential for the projection of naval power.²³⁷

Ao olhar a próxima figura, percebe-se que as preocupações indianas não são inteiramente infundadas. Os projetos em andamento da OBOR encontram-se, em grosso modo, em perfeita sintonia com as rotas de comércio que ligam o Oriente Médio ao Leste Asiático e seguem o mesmo contorno da tese do *string of pearls*. Mais importante ainda, para analistas e estrategistas indianos, a OBOR aparenta formar um cerco marítimo ao redor da Índia.



Figura 19 - Fonte: China Briefing²³⁸

²³⁷ Ibid., 10.

²³⁸ Disponível em: <<http://www.china-briefing.com/news/2009/03/18/china%E2%80%99s-string-of-pearls-strategy.html>>.

4.4. Japão

Durante a primeira metade do século XX, o Japão foi a potência incontestada do Leste Asiático. Sua vitória na guerra contra o Império Russo, em 1905, consolidou sua condição de grande potência, conferindo-lhe o mesmo *status* que as tradicionais potências europeias e os Estados Unidos. Ao longo das décadas seguintes, o Império do Sol estendeu seu domínio territorial à grande parte da China e ao Sudeste Asiático, no que ficou conhecido como a Esfera de Co-prosperidade da Grande Ásia Oriental. No entanto, a derrota para os Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial terminou de vez com as ambições imperiais do Japão e abriu espaço para a hegemonia naval norte-americana no Pacífico.

Com seu território ocupado no pós-guerra, o Japão adotou uma constituição pacifista e concentrou seus esforços na reconstrução industrial e econômica do país. Ao final da década de 1970, o país já ocupava a posição de segunda maior economia do mundo, firmando-se, assim como a Europa Ocidental, como um novo polo de poder econômico. No plano militar, junto com a Coreia do Sul e Taiwan, o Japão foi elemento-chave na construção da arquitetura de segurança do Leste Asiático mantida pelos Estados Unidos, o que permitiu uma presença estratégica norte-americana no perímetro chinês.²³⁹

Gigante econômico, mas anão militar, a inclusão do Japão como Grande Potência pode ser questionada. Brzezinski considera o Japão uma extensão geopolítica do poder norte-americano, sem autonomia no que diz respeito a temas de segurança regional.²⁴⁰ Ross vai além, e defende que por não ter uma esfera de influência própria, o Japão não tem “voz” nos assuntos regionais. Conforme o autor,

Japan's limited role in the East Asian balance of power is reflected in the regional strategic order. Unlike the United States, Japan has no allies and no spheres of influence. No state in the region depends on Japan for security. Rather, Japan, together with South Korea and Taiwan, depends on the United States for security against its more powerful neighbors, including countries with nuclear weapons and long-range missiles. Unlike China, Japan has not been able to compel its neighbors to accommodate its security

²³⁹ Robert S. Ross, “Bipolarity and Balancing in East Asia,” in *Balance of Power Theory and Practice in the 21st Century*, ed. T.V. Paul, James J. Wirtz, Michel Fortmann (Stanford: Stanford University Press, 2004), 280.

²⁴⁰ Brzezinski, *The Grand Chessboard*, 174.

concerns. Rather, because it operates within the US alliance system, Japan is compelled to tolerate conflicts with its neighbors, including disputes with South Korea over territory and Japan's alleged responsibility to atone for its colonial history.²⁴¹

Mahan já alertava, em 1900, que o tamanho do Japão e sua proximidade a outras potências operando no Leste Asiático reduziam seu potencial como grande potência.²⁴² Isso vale tanto no século XXI quanto no início do século XX. No entanto, a ascensão econômica, política e militar da China, somada a um longo histórico de tensões nas relações sino-japonesas, está levando ao Japão a repensar seu papel na ordem regional leste asiática. A longa disputa entre os dois países pelo controle soberano das ilhas Senkaku (ilhas Diaoyu, em chinês), hoje em mãos japonesas, ganhou novos contornos quando, em novembro de 2013, a China instaurou uma zona de defesa de identificação aérea sobre boa parte do mar da China Oriental, sobrepondo-se ao território contestado e à de identificação japonesa.²⁴³

A resposta do governo japonês foi imediata e indica uma disposição de rever a constituição pacifista do país. Duas medidas em particular chamaram atenção. A primeira foi a decisão de dar um fim à proibição de exportações de armamentos japoneses. Com a revogação do embargo, o Japão espera elevar sua indústria de defesa ao mesmo patamar internacional que suas demais indústrias de alta tecnologia. Conforme o *Stockholm International Peace Research Institute*, menos de 1% da produção industrial japonesa é a área militar e apenas quatro empresas japonesas figuram entre as 100 maiores fabricantes de armas.²⁴⁴ A segunda medida, talvez mais relevante, foi a “reinterpretação” da Constituição permitindo a participação das forças armadas japonesas, antes restrita apenas à autodefesa, em guerras de defesa coletiva e em operações de apoio logístico.²⁴⁵

²⁴¹ Ross, *Bipolarity and Balancing in East Asia*, 275.

²⁴² Mahan, *The Problem of Asia And Its Effect Upon International Policies*, 106-107.

²⁴³ “China establishes 'air-defence zone' over East China Sea,” *BBC News*. Nov 23, 2013. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-25062525>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

²⁴⁴ Jonathan Soble, “With Ban on Exports Lifted, Japan Arms Makers Cautiously Market Wares Abroad,” *The New York Times*. Jul 12, 2015. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2015/07/13/business/international/with-ban-on-exports-lifted-japan-arms-makers-cautiously-market-wares-abroad.html?_r=0>. Acesso em: 20 mar. 2016.

²⁴⁵ Ayako Mie, “Security laws usher in new era for pacifist Japan,” *The Japan Times*. Mar 29, 2016. Disponível em: <<http://www.japantimes.co.jp/news/2016/03/29/national/politics-diplomacy/japans->

A segunda medida é de particular interesse à China, pois fortalece os laços político-militares nipo-norte-americanos ao mesmo tempo em que permite ao Japão maior projeção no mar da China Meridional, onde Tóquio busca solidificar suas relações com os países da região. Em outubro de 2015, a marinha japonesa participou, pela primeira vez, de exercícios militares no mar da China Meridional, em conjunto com os Estados Unidos. Em troca de armamentos, assistência militar e investimentos, o governo em Tóquio vem negociando o acesso de sua marinha à portos em países com quem a China possui atritos territoriais, como Vietnã e Filipinas.²⁴⁶

A determinação japonesa de intensificar seu envolvimento marítimo no mar da China Meridional, apesar da distante localização geográfica, demonstra a importância estratégica da região no cálculo estratégico japonês. Ao apoiar às reivindicações contrárias à China, Tóquio espera angariar o apoio dos demais países em seus próprios litígios territoriais com Pequim. Ainda mais importante, o Japão possui as mesmas deficiências estratégicas que a China no que diz respeito à vulnerabilidade energética. Quase 80% do petróleo importado pelo Japão vem do Oriente Médio e passa, necessariamente, pelo estreito de Malaca e pelo mar da China Meridional.²⁴⁷ Não à toa, é com natural apreensão que o Japão teme que o controle sobre essa importante rota marítima e ponto de gargalo comercial caia nas mãos de seu rival histórico.

contentious-new-security-laws-take-effect-paving-way-collective-self-defense/#.WAuol-ArLIU>. Acesso em: 25 abr. 2016.

²⁴⁶ Mina Pollmann, “Amid South China Sea Tensions, Japan Strengthens Ties with Philippines, Vietnam,” *The Diplomat*. Dec 02, 2015. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2015/12/amid-south-china-sea-tensions-japan-strengthens-ties-with-philippines-vietnam/>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

²⁴⁷ Maria Ortuoste, “Partners in peril in the South China Sea,” *Policy Forum*. May 13, 2016. Disponível em: <<http://www.policyforum.net/partners-peril-south-china-sea/>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

5 Conclusão

*As its relative power increases, a rising state attempts to change the rules governing the international system, the division of the spheres of influence, and, most important of all, the international distribution of territory.*²⁴⁸

Que a China está em plena ascensão é uma afirmação incontestável. Seu crescimento econômico, sem igual na era moderna, está lançando o país a patamares cada vez mais elevados na hierarquia do sistema internacional. A redistribuição de peso na balança de poder demonstra-se cada vez mais favorável à China. No entanto, conforme demonstrado no capítulo anterior, a ascensão da China inevitavelmente está gerando uma resposta geopolítica de outras grandes potências que atuam no entorno regional do país, temendo uma hegemonia regional chinesa. Além destes obstáculos internacionais, algumas ressalvas concernentes ao contexto doméstico também precisam ser feitas.

Em primeiro lugar, o ressurgimento da China entre as primeiras das grandes potências deve-se muito ao seu desempenho econômico durante as últimas décadas. Isso cria um inevitável questionamento sobre uma possível confiança cega e automática em projeções estatísticas. Algumas décadas atrás, aqueles que previam a elevação do Japão ao *status* de superpotência econômica, superando inclusive os Estados Unidos, cometeram o mesmo erro. Não se pode descartar a possibilidade de uma desaceleração econômica chinesa para além do novo normal, o que por si só já desacreditaria os prognósticos convencionais. Para que a China continue vivendo seu novo normal por tempo prolongado, seria necessária uma combinação favorável, porém incomum, de liderança nacional eficiente, estabilidade política, altas taxas de poupança, contínuos influxos de investimentos estrangeiros em alta escala e estabilidade regional. Uma combinação prolongada de todos esses fatores positivos é incerta, senão improvável.

Em segundo lugar, tensões sociais dentro do país podem se intensificar devido à inevitável desigualdade gerada pela altamente acelerada taxa de crescimento econômico que a China viveu nas últimas décadas, fortemente sustentada pela exploração desinibida de vantagens marginais. Em 1980, ainda no início das reformas

²⁴⁸ Gilpin, *War & Change in World Politics*, 187.

de Deng Xiaoping, o coeficiente *gini* do país era de 0,30. Em 2005, esse número havia saltado para 0,45.²⁴⁹ Em 2014, último ano para o qual se tem dados disponíveis, o coeficiente *gini* estava em 0,47.²⁵⁰ Ainda mais preocupante do ponto de vista social, é que essa desigualdade não está igualmente dispersada pelo país inteiro, como no caso dos Estados Unidos, onde não existem estados ricos e pobres. A desigualdade chinesa é mais parecida com a da União Europeia, onde há países pobres e países ricos.²⁵¹ Na China, o litoral meridional e oriental, assim como os principais centros urbanos – mais acessíveis ao investimento estrangeiro e ao comércio externo –, foram os principais beneficiados do boom econômico. Branko Milanovic, ex-economista do Banco Mundial, afirma que umas das causas do colapso da União Soviética foi a extrema heterogeneidade nos níveis de renda entre suas repúblicas constituintes.²⁵² Milanovic identifica a disparidade econômica entre as províncias chinesas, somada às tensões étnicas em algumas delas (Tibete, Xinjiang), como a principal ameaça à integridade territorial do país.²⁵³ O ressentimento resultante das disparidades regionais pode vir a começar a interagir com frustrações acerca da desigualdade social. Em algum momento, ou porque o governo venha a decidir limitar essas disparidades ou por causa de ressentimento social vindo de baixo para cima, a clivagem regional e a desigualdade de renda podem ter um forte impacto sobre a estabilidade política da nação.

Por fim, o futuro da política chinesa é motivo para ceticismo no que tange previsões sobre a ascensão chinesa como potência hegemônica regional. A contínua transição da China para uma economia de mercado e a manutenção da taxa de crescimento desta em elevadas taxas está criando uma multiplicidade de interesses sociais, econômicos e políticos de natureza cada vez mais díspar. Inevitavelmente, há de haver crescentes atritos entre interesses e os grupos de pressão que os representam. Cabe ao Partido Comunista Chinês equacionar esses anseios tão diferentes e cada vez mais vocais com um sistema de governo rigidamente centralizado e cujo

²⁴⁹ Branko Milanovic, *The Haves and The Have-Nots: A Brief and Idiosyncratic History of Global Inequality* (New York: Basic Books, 2011), 53.

²⁵⁰ Gabriel Wildau and Tom Mitchell, "China income inequality among world's worst," *Financial Times*. Jan 14, 2016. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/3c521faa-baa6-11e5-a7cc-280dfe875e28>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

²⁵¹ Milanovic, *The Haves and The Have-Nots*, 53.

²⁵² *Ibid.*, 50.

²⁵³ *Ibid.*, 55.

funcionamento interno é considerado extremamente opaco. O gerenciamento de choques internos, paradoxalmente resultantes da bem-sucedida condução da economia, é cada vez mais tema prioritário na agenda doméstica do governo chinês. Somado a isso, temos a incorporação de Hong Kong e a futuramente provável - dado o contexto histórico -, reunificação de Taiwan à China. Os desdobramentos destes processos são incertos. Por um lado, a reunificação pode solidificar por completo o controle do PCC sobre esses territórios. Por outro, existe a possibilidade de que a experiência democrática vivida em Hong Kong e em Taiwan sirva de exemplo para a população chinesa como um todo, gerando pressões por maior pluralismo político e maior representação popular dentro da China.

Feitas as devidas ressalvas, o impulso econômico chinês permanece favorável ao país. Fortalecida com a incorporação de Hong Kong e Macau, e futuramente com a possível subordinação política de Taiwan, a China está emergindo como um polo de poder global de primeira grandeza e a potência dominante da Ásia. A plena realização da OBOR é mais um passo nesta direção. Os benefícios estratégicos da OBOR, em suas duas vertentes, foram demonstrados no capítulo 3. Além de buscar pontos de apoio naval ao longo das rotas marítimas de comércio, conforme Mahan, a OBOR visa a criar uma rede de infraestrutura no interior da Eurásia, conforme Mackinder, que possibilite contornar as deficiências navais da China. A China não busca fazer um *trade-off* entre terra e mar. Pelo contrário, ela busca solidificar sua presença no litoral e no interior da Eurásia simultaneamente. Em termos logísticos, o país sairia ganhando tanto com a diminuição do tempo de transporte de carga (Mackinder), quanto em termos de volume de carga (Mahan).

Os benefícios em termos geopolíticos, embora não quantitativamente mensuráveis, também são inegáveis. A iniciativa chinesa permitirá maior penetração comercial e financeira da China em outros países ao longo da OBOR, penetração essa que possivelmente, senão provavelmente, será traduzida em influência política e poder sobre os demais. Com a realização da OBOR e a integração física da Eurásia, um grande bloco econômico continental pode vir a ser estabelecido, com a China em seu centro. Inevitavelmente, a abertura e integração de mercados criará interdependências econômicas. Mas interdependência não significa que dois ou mais Estados serão

igualmente dependentes um do outro. Gilpin define interdependência como dependência mútua, porém desigual.²⁵⁴ De acordo com o autor,

[...] economic interdependence establishes a power relationship among groups and societies. A market is not politically neutral; its existence creates economic power which one actor can use against another. Economic interdependence creates vulnerabilities that can be exploited and manipulated.²⁵⁵

A OBOR pode ser considerada a manifestação prática de uma estratégia de economia política internacional cujo objetivo é consolidar a China como a primeira potência econômica da Eurásia. A garantia de acesso a importações de *commodities* estratégicas, principalmente energéticas, e de escoamento de bens manufaturados e de excesso de capacidade industrial é de suma importância para o país sustentar seu desenvolvimento socioeconômico, principalmente enquanto o país faz sua transição para o novo normal. Mas a OBOR é, também, consequência natural do crescimento econômico chinês sem paralelos na história moderna, e que agora se manifesta em termos geopolíticos e na balança de poder internacional. Ainda conforme Gilpin,

As the power of a state increases, it seeks to extend its territorial control, its political influence, and/or its domination of the international economy. Reciprocally, these developments tend to increase the power of the state as more and more resources are made available to it and it is advantaged by economies of scale. The territorial, political, and economic expansion of a state increases the availability of economic surplus required to exercise dominion over the system. The rise and decline of dominant states and empires are largely functions of the generation and then the eventual dissipation of this economic surplus.²⁵⁶

Conforme demonstrado nesta dissertação, a OBOR viabilizará uma maior projeção de poder sobre o maior tabuleiro geopolítico do mundo. Uma esfera de influência chinesa está em vias de criação. No entanto, não se pode confundir uma esfera de influência com uma zona de dominação política exclusiva, como aquela exercida pela antiga União Soviética sobre o Leste Europeu. Uma esfera de influência é mais porosa socioeconomicamente e menos monopolista politicamente. Feita esta diferenciação, ressalta-se que uma esfera de influência implica um espaço geográfico

²⁵⁴ Gilpin, *The Political Economy of International Relations* (Princeton: Princeton University Press, 1987), 18.

²⁵⁵ *Ibid.*, 23.

²⁵⁶ Gilpin, *War and Change in World Politics*, 106.

em que vários Estados, ao formularem suas próprias políticas, fazem deferência aos interesses, ao ponto de vista e às reações previstas da potência regionalmente predominante. A pergunta que os demais Estados cada vez mais se farão é: “Qual é a opinião chinesa sobre isso?”.

Com o desenvolvimento e crescimento gradual de uma esfera de influência chinesa, atritos internacionais serão inevitáveis. Mearsheimer vai além, e afirma que a China não ascenderá de forma pacífica. Uma intensa competição de segurança com os Estados Unidos é o cenário mais provável. A China tentará dominar a Ásia da mesma forma que os EUA dominam o hemisfério ocidental. Mais especificamente, a China tentará maximizar o *gap* de poder entre ela e seus vizinhos, principalmente Rússia, Japão e Índia, assim como tentará afastar a influência norte-americana sobre a Ásia.²⁵⁷ O mesmo autor, no entanto, afirma que é bastante improvável que a China tente conquistar outros países asiáticos. Em vez, ela tentará buscar ditar os limites do que é entendido por comportamento aceitável por parte de seus vizinhos, da mesma forma como os Estados Unidos o fizeram nas Américas.²⁵⁸ Essa lógica vai ao encontro da ascensão pacífica fria proposta por Buzan e Cox, e parece ser a mais fiel interpretação dos acontecimentos geopolíticos hoje em curso na Eurásia. A expansão gradual e cuidadosa do poder e da influência chinesa, por meio da economia política e materializada em iniciativas como a iniciativa *One Belt, One Road*, parecem ser o caminho mais seguro para a preeminência global.

²⁵⁷ John Mearsheimer, “Can China Rise Peacefully?,” *The National Interest*. Oct 25, 2014. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/commentary/can-china-rise-peacefully-10204>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

²⁵⁸ John Mearsheimer, “China Rising: How the Asian colossus is changing our world,” *Foreign Policy Special Report*, January/February 2005.

6

Referências bibliográficas

2002 Declaration on the Conduct of Parties in the South China Sea.

Disponível em:

<<https://cil.nus.edu.sg/rp/pdf/2002%20Declaration%20on%20the%20Conduct%20of%20Parties%20in%20the%20South%20China%20Sea-pdf.pdf>>.

Acesso em: 13 jul. 2016.

“2015 Index of U.S. Military Strength,” The Heritage Foundation.

Disponível em:

<<http://index.heritage.org/military/2015/chapter/op-environment/asia/>>.

Acesso em: 15 jul. 2016.

“450 killed in China's Xinjiang last year, mostly Uighurs: group,” Daily

Mail. Mar 4, 2015. Disponível em:

<<http://www.dailymail.co.uk/wires/afp/article-2978812/450-killed-Chinas-Xinjiang-year-Uighurs-group.html>>. Acesso em: 11 mar. 2015.Abu-Lughod, Janet L. **Before European Hegemony: The World System A.D. 1250-1350.** New York: Oxford University Press, 1989.Albert, Eleanor. **“The Shanghai Cooperation Organization,”** Council onForeign Relations. Disponível em: <<http://www.cfr.org/china/shanghai-cooperation-organization/p10883>>. Acesso em: 10 jul. 2016.Aneja, Atul. **“New China-Myanmar oil pipeline bypasses Malacca trap,”**

The Hindu. Jan 30, 2015. Disponível em:

<<http://www.thehindu.com/news/international/world/new-chinamyanmar-oil-pipeline-bypasses-malacca-trap/article6839352.ece>>. Acesso em: 02 fev. 2015.Aneja, Atul. **“Xi comes calling to Pakistan, bearing gifts worth \$45 billion,”** The Hindu. Apr 18, 2015. Disponível em:<http://www.thehindu.com/news/international/xi-jinping-visit-to-pakistan-preview/article7114980.ece>>. Acesso em: 14 jan. 2016.Angang, Hu. **“Embracing China's ‘New Normal,’”** Foreign Affairs, May/June 2015. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2015-04-20/embracing-chinas-new-normal>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

Angell, Norman. **The Great Illusion: A Study of the Relation of Military Power in Nations to their Economic and Social Advantage**. New York: The Knickerbocker Press, 1910.

Articles of Agreement of the Asian Infrastructure Investment Bank. Disponível em: <<http://www.cfr.org/infrastructure/articles-agreement-asian-infrastructure-investment-bank-aiib/p36735>>. Acesso em: 27 set. 2016.

Breitmaier, Martin. “**China’s rise and Central Asia’s Security**”, European Union Institute for Security Studies, Issue Alert No. 21 (03 June 2016).

Brewster, David. “**Silk Roads and Strings of Pearls: The Strategic Geography of China’s New Pathways in the Indian Ocean**,” Geopolitics (30 Aug 2016). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/14650045.2016.1223631>>. Acesso em: 27 set. 2016.

Brzezinski, Zbigniew. **The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives**. New York: Basic Books, 2007.

Burles, Mark. **Chinese Policy Toward Russia and the Central Asian Republics**. Santa Monica: RAND, 1999.

Buzan, Barry. “**The Logic and Contradictions of ‘Peaceful Rise/Development’ as China’s Grand Strategy**,” The Chinese Journal of International Politics, Vol. 7, No. 4 (2014): 381-420.

Buzan, Barry; Cox, Michael. “**China and the US: Comparable Cases of ‘Peaceful Rise’?**,” The Chinese Journal of International Politics, Vol. 6, No. 2 (2013): 109-132.

Buzan, Barry; Hansen, Lene. **The Evolution of International Security Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

Buzan, Barry; Weaver, Ole; de Wilde, Jaap. **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, Inc., 1998.

Buzan, Barry; Zhang, Yongjin (eds.). **Contesting International Society in East Asia**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

Carr, Edward H. **The Twenty Years' Crisis 1919-1939: An Introduction to the Study of International Relations**. London: Macmillan & Co. Ltd, 1946.

Carter, Ash. **"Remarks on the Next Phase of the U.S. Rebalance to the Asia-Pacific,"** U.S. Department of Defense. Apr 6, 2015. Disponível em: <<http://www.defense.gov/News/Speeches/Speech-View/Article/606660/remarks-on-the-next-phase-of-the-us-rebalance-to-the-asia-pacific-mccain-instit>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

Chin, Gregory T. **"China's Bold Economic Statecraft,"** Current History 114, No. 773 (September 2015): 217-227.

"China building military logistical facilities in Djibouti," Xinhua. Feb 25, 2016. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2016-02/25/c_135130961.htm>. Acesso em: 19 ago. 2016.

"China builds up strategic sea lanes," The Washington Times. Jan 17, 2005. Disponível em: <<http://www.washingtontimes.com/news/2005/jan/17/20050117-115550-1929r/>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

"China establishes 'air-defence zone' over East China Sea," BBC News. Nov 23, 2013. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-25062525>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

"China's Military Strategy," The State Council Information Office of the People's Republic of China. May 2015. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/2015-05/26/content_20820628.htm> Acesso em: 29 mai. 2015.

"Chinese-built Lamu port on course to transform Kenya, E. Africa," Xinhua. Jul 12, 2015. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2015-07/12/c_134405455.htm>. Acesso em: 19 ago. 2016.

"China 'negotiates military base' in Djibouti," Aljazeera. May, 2015. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/africa/2015/05/150509084913175.html>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

"Chronology of China's Belt and Road Initiative," Xinhuanet. Mar 28, 2015. Disponível em:

<http://news.xinhuanet.com/english/2015-03/28/c_134105435.htm>. Acesso em: 01 abr. 2015.

Clover, Charles; Hornby, Lucy. **“China’s Great Game: Road to a new empire”**, Financial Times, October 12, 2015. Disponível em: <<http://www.ft.com/cms/s/2/6e098274-587a-11e5-a28b-50226830d644.html#axzz3t10gh4JZ>>. Acesso em: 28 nov. 2015

Cole, Bernard D. **Sea Lanes and Pipelines: Energy Security in Asia**. Westport: Praeger Security International, 2008.

Collins, Gabe; Erickson, Andrew. **“Djibouti Likely to Become China’s First Indian Ocean Outpost,”** China SignPost. Jul 11, 2015. Disponível em: <<http://www.chinasignpost.com/2015/07/11/djibouti-likely-to-become-chinas-first-indian-ocean-outpost/>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

“Construction of industrial free zone in Gwadar begins,” The Express Tribune. Jun 20, 2016. Disponível em: <<http://tribune.com.pk/story/1126021/gwadar-development-industrial-free-zone-construction-begins/>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

Cooley, Alexander. **Cooperation Gets Shanghaied, Foreign Affairs**. Dec 14, 2009. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2009-12-14/cooperation-gets-shanghaied>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

Cunningham, Nick. **“The Battle For China’s Oil Market,”** Oilprice.com. Jul 15, 2015. Disponível em: <<http://oilprice.com/Energy/Crude-Oil/The-Battle-For-Chinas-Oil-Market.html>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

Dahl, Robert A. **The Concept of Power, Systems Research and Behavioral Science**, Vol. 2, No. 3 (1957): 201-215.

Denyer, Simon **“In Central Asia, Chinese inroads in Russia’s back yard,”** The Washington Post. Dec 27, 2015. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/asia_pacific/chinas-advance-into-central-asia-ruffles-russian-feathers/2015/12/27/cfedeb22-61ff-11e5-8475-781cc9851652_story.html>. Acesso em: 22 mar. 2016.

Doyle, Randall. **The Roots of War in the 21st Century: Geography, Hegemony, and Politics in Asia-Pacific.** Lanham: University Press of America, Inc., (2009).

Djankov, Simeon; Miner, Sean (eds.). **China's Belt And Road Initiative: Motives, Scope, and Challenges. Peterson Institute for International Economics, PIIE Briefing,** Vol. 16, No. 2 (March 2016).

Doran, Charles F. "**Economics, Philosophy of History, and the "Single Dynamic" of Power Cycle Theory: Expectations, Competition, and Statecraft,**" *International Political Science Review*, Vol 24, No. 1 (2003): 13-49.

Doran, Charles F. "Power Cycles or Power Shifts?," In: **International Political Science Association Meetings.** Santiago, Chile July 2009.

Douaud, Anatole. "**Why China is Investing in Central Asia's Energy Infrastructure,**" Asia Pacific Foundation of Canada. Dec 16, 2014.
Disponível em: <<https://www.asiapacific.ca/blog/why-china-investing-central-asias-energy-infrastructure>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

Dunne, Tim; Schmidt, Brian C. "Realism." In: **The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations,** ed. John Baylis, Steve Smith and Patricia Owens, Ch. 5. Oxford: Oxford University Press, 2008.

Eder, Thomas Stephan. **China-Russia Relations in Central Asia.** Vienna: Springer VS, 2014.

Eimer, David; Oudomxai. "**China's 120mph railway arriving in Laos,**" *The Telegraph.* Jan 14, 2014. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/laos/10572583/Chinas-120mph-railway-arriving-in-Laos.html>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

Engels, Friedrich. **Herr Eugen Dühring's Revolution in Science.**
Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/anti_duhring.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2016.

“Excerpts From Pentagon's Plan: 'Prevent the Re-Emergence of a New Rival',” The New York Times. Mar 8, 1992. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1992/03/08/world/excerpts-from-pentagon-s-plan-prevent-the-re-emergence-of-a-new-rival.html?pagewanted=all>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

“First direct China-Spain freight train arrives in Madrid,” Daily Mail. Dec 9, 2014. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/wires/afp/article-2867482/First-direct-China-Spain-freight-train-arrives-Madrid.html>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

Firzli, M. Nicolas J. **“China’s Asian Infrastructure Bank and the ‘New Great Game’,”** Analyse Financière N° 57 (Octobre, Novembre, Decembre 2015).

Fredrickson, Terry. **“Bangkok at the centre of huge future rail network,”** Bangkok Post. Dec 28, 2015. Disponível em: <<http://www.bangkokpost.com/learning/learning-news/809044/bangkok-at-the-centre-of-huge-future-rail-network>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

Friedberg, Aaron L. **A Contest For Supremacy China, America, and the Struggle for Mastery in Asia.** New York: W. W. Norton & Company, Inc., 2011.

Friedberg, Aaron L. **“The Future of U.S.-China Relations: Is Conflict Inevitable?”** International Security, Vol. 30, No. 2 (Autumn, 2005): 7-45.

Gallagher, John; Robinson, Ronald. **“The Imperialism of Free Trade,”** The Economic History Review, New Series, Vol. 6, No. 1 (1953): 1-15.

GDP as Share of World GDP at PPP By Country, Quandl. Disponível em: <<https://www.quandl.com/collections/economics/gdp-as-share-of-world-gdp-at-ppp-by-country>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

Gilpin, Robert. **The Political Economy of International Relations.** Princeton: Princeton University Press, 1987.

Gilpin, Robert. **War & Change in World Politics.** New York: Cambridge University Press, 1981.

Graham-Harrison, Emma. et al. "**China and Russia: the world's new superpower axis?**," The Guardian. Jul 7, 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/jul/07/china-russia-superpower-axis>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

Gross domestic product 2015, PPP. World Bank. Disponível em: <http://databank.worldbank.org/data/download/GDP_PPP.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2016.

"**Hardly an Oasis**," The Economist. Nov 13, 2014. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/asia/21632595-kazakhstan-turns-geography-advantage-china-builds-new-silk-road-hardly-oasis>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

Heilmann, Sebastian. et al. "**China's Shadow Foreign Policy: Parallel Structures Challenge the Established International Order.**" Merics Mercator Institute for China Studies China Monitor, No. 18 (28 October 2014).

Herz, John H. "**Idealist Internationalism and the Security Dilemma**," World Politics, Vol. 2, No. 2 (Jan. 1950): 157-180.

Hobson, John. A. **Imperialism: A Study.** New York: Cosimo Classics, 2005.

Holmes, James R.; Yoshihara, Toshi. "**China's 'Caribbean' in the South China Sea**," SAIS Review of International Affairs, Vol. 26, No. 1 (Winter-Spring 2006): 79-92.

Holmes, James R.; Yoshihara, Toshi. "**History Rhymes: The German Precedent for Chinese Seapower**," Orbis, Vol. 54, No. 1 (December 2010): 14-34.

Ikenberry, G. John. "**The Rise of China: Power, Institutions and the Western Order.**" In: China's Ascent: Power, Security, and the Future of International Politics, ed. Robert S. Ross and Zhu Feng, Ch.4. Ithaca: Cornell University Press, 2008.

Ikenberry, G. John.; Mastanduno, Michael (eds.). **International Relations Theory and the Asia-Pacific.** New York: Columbia University Press, 2003.

Ikenberry, G. John.; Mastanduno, Michael; Wohlforth, William C. (eds.). **International Relations Theory and the Consequences of Unipolarity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

IMF Quotas, International Monetary Fund. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/exr/facts/quotas.htm>>. Acesso em: 03 out. 2016.

“Int'l arbitration ruling on S. China Sea won't impact China: ambassador,” Xinhua. Aug 8, 2016. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2016-08/02/c_135558046.htm>. Acesso em: 16 ago. 2016.

International Trade Statistics 2015, Special Focus: World Trade and the WTO: 1995–2014. World Trade Organization (2015).

Ismailov, Eldar M. **“Central Eurasia: Its Geopolitical Function in the 21st Century,”** Central Asia and the Caucasus, Vol. 50 No. 2 (2008): 7-29.

Hagström, Linus. **“Relational Power for Foreign Policy Analysis: Issues in Japan's China Policy,”** European Journal of International Relations, Vol. 11, No. 3 (2005): 395-430.

Herwig, Holger H. “Geopolitik: Haushofer, Hitler and Lebensraum.” In: **Geopolitics, Geography and Strategy**, ed. Colin S. Gray and Geoffrey Sloan, Ch. 12. New York: Routledge, 1999.

Jakobson, Linda. et al. **“China's Energy and Security Relations with Russia: Hopes, Frustrations and Uncertainties,”** Stockholm International Peace Research Institute Policy Paper, Vol. 29 (Oct 2011).

Jastrow, Jr, Morris. **The War and the Bagdad Railway**. Philadelphia: J.B. Lippincott Company, 1917.

“Joining the dots,” The Economist. Apr 02, 2016. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/middle-east-and-africa/21695765-some-treats-ahead-railway-enthusiasts-iranu2019s-new-continent-spanning>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

Kaplan, Robert D. **The Revenge of Geography: What the Map Tells Us About Coming Conflicts and the Battle Against Fate.** New York: Random House, 2012.

Kearns, Gerry. **Geopolitics and Empire: The Legacy of Halford Mackinder.** Oxford: Oxford University Press, 2009.

Kennedy, Paul. **The Rise and Fall of Great Powers.** New York: Vintage Books, 1987.

Keohane, Robert O. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy.** Princeton: Princeton University Press, 1984.

Keohane, Robert O.; Nye, Joseph. **Power and Interdependence.** Boston: Longman, 1997.

“**Key legal framework laid for China-initiated AIIB,**” Xinhuanet. Jun 29, 2015. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2015-06/29/c_134364744.htm>. Acesso em: 29 nov. 2015.

Kim, Shee Poon. “**An Anatomy of China’s ‘String of Pearls’ Strategy,**” The Hikone Ronso, No. 387 (Spring 2011): 22-37.

Kirchberger, Sarah. **Assessing China’s Naval Power: Technological Innovation, Economic Constraints, and Strategic Implications.** Heidelberg: Springer, 2015.

Kissinger, Henry. **Diplomacy.** New York: Simon & Schuster, 1994.

Kissinger, Henry. **On China.** New York: The Penguin Press, 2011.

Kissinger, Henry. **World Order: Reflections on the Character of Nations and the Course of History.** New York: The Penguin Press, 2014.

Krasner, Stephen D. **Structural Conflict: The Third World Against Global Liberalism.** Berkeley: University of California Press, 1985.

Küçük, Zeki Furkan. “**China’s Energy Policy Toward Central Asia And The Importance Of Kazakhstan**,” *Central Asia and the Caucasus*, Vol. 57, No. 3 (2009): 33-46.

Lampton, David M. **The Three Faces of Chinese Power: Might, Money and Minds**. Berkley: University of California Press, 2008.

Lanjian, Chen; Wei, Zhang. “**China OBOR in Perspective of High-speed Railway (HSR) —Research on OBOR Economic Expansion Strategy of China**.” *Advances in Economics and Business*, Vol. 3, No. 8 (September, 2015): 303–321.

Lee, John. “**China Comes to Djibouti**,” *Foreign Affairs*. Apr 23, 2015. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/east-africa/2015-04-23/china-comes-djibouti>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

Lei, David. “**China’s New Multi-Faceted Maritime Strategy**,” *Orbis*, Vol 52, No. 1 (Winter 2008): 139-157.

Leonard, Mark. **What Does China Think?**. London: Fourth Estate, 2008.

Léautier, Frannie A.; Schaefer, Michael; Shen, Wei. “**The Port of Bagamoyo: A Test for China’s New Maritime Silk Road in Africa**,” *The Diplomat*. Dec 01, 2015. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2015/12/the-port-of-bagamoyo-a-test-for-chinas-new-maritime-silk-road-in-africa/>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

Lheem, Han. “China’s Energy Security and Its Strategic Implications”. In: **Harmonious World and China’s New Foreign Policy**, ed. Sujian Guo and Jean-Marc F. Blanchard, Ch. 8. Plymouth: Lexington Books, 2008.

Liu, Xinru. **The Silk Road in World History**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

Lukes, Steven. **Power: A Radical View**. London: The Macmillan Press Ltd, 1974.

Mackinder, Halford J. **Democratic Ideals and Reality: A Study in the Politics of Reconstruction**. London: Constable Publishers, 1942.

Mackinder, Halford J. **“The Geographical Pivot of History”**, The Geographical Journal, Vol. 170, No. 4 (December 2004): 298–321.

Mackinder, Halford J. **“The Round World and the Winning of the Peace,”** Foreign Affairs (July 1943).

Magnier, Mark. **“China’s Economic Growth in 2015 Is Slowest in 25 Years”**, The Wall Street Journal, Jan. 19, 2016. Disponível em: <<http://www.wsj.com/articles/china-economic-growth-slows-to-6-9-on-year-in-2015-1453169398>>. Acesso: 16 fev. 2016.

Mahan, Alfred T. **The Influence of Sea Power Upon History 1660-1783**. Boston: Little, Brown, and Company, 1890.

Mahan, Alfred T. **The Problem of Asia And Its Effect Upon International Policies**. Boston: Little, Brown, and Company, 1900.

“Mahan’s The Influence of Sea Power upon History: Securing International Markets in the 1890s,” Office of the Historian, United States Department of State. Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1866-1898/mahan>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

Maloney, Arthur P. **“The Berlin-Baghdad Railway as a Cause of World War I,”** Center for Naval Analyses, Professional Paper 401 (January 1984).

Mandelbaum, Michael. **The Fate of Nations: The Search for National Security in the Nineteenth and Twentieth Centuries**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

Matveev, Vladimir. **“China’s Gas Policy in Central Asia,”** Central Asia and the Caucasus, Vol. 53, No. 5 (2008): 77-88.

Mayborn, William. **“The Pivot to Asia: The Persistent Logics of Geopolitics and the Rise of China,”** Journal of Military and Strategic Studies, Vol. 15, No. 4 (2014): 76-102.

Mazneva, Elena. Kravchenko, Stepan. **“Russia, China Sign \$400B Gas Deal After Decade of Talks,”** Bloomberg. May 21, 2014. Disponível em:

<<http://www.bloomberg.com/news/articles/2014-05-21/russia-signs-china-gas-deal-after-decade-of-talks>>. Acesso em: 23 mai. 2014.

Mcdermott, Darren. **"Singapore's Preeminent Port Warily Watches Competition,"** The Wall Street Journal. Nov 7, 1996. Disponível em: <<http://www.wsj.com/articles/SB847307645702542500>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

Mearsheimer, John J. **"China Rising: How the Asian colossus is changing our world,"** Foreign Policy Special Report (January/February 2005): 43-58.

Mearsheimer, John J. **"The False Promise of International Institutions,"** International Security Vol. 19, No.3 (Winter 1994/1995): 5-49.

Mearheimer, John J. **The Tragedy of Great Power Politics.** New York: W.W. Norton & Company, 2001.

Meinecke, Friedrich. **Machiavellism: The Doctrine of Raison d'État and its Place in Modern History.** New Haven: Yale University Press, 1962.

Meyer, Eric. **"With Oil And Gas Pipelines, China Takes A Shortcut Through Myanmar,"** Forbes. Feb 9, 2015. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/ericmeyer/2015/02/09/oil-and-gas-china-takes-a-shortcut/#1c7687382d40>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

Mie, Ayako. **"Security laws usher in new era for pacifist Japan,"** The Japan Times. Mar 29, 2016. Disponível em: <<http://www.japantimes.co.jp/news/2016/03/29/national/politics-diplomacy/japans-contentious-new-security-laws-take-effect-paving-way-collective-self-defense/#.WAuol-ArLIU>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

Milanovic, Branko. **The Haves and The Have-Nots: A Brief and Idiosyncratic History of Global Inequality.** New York: Basic Books, 2011.

Morgan, Tom. **"China Now World's Largest Oil Importer; Effect on Global Market,"** Forbes. Jun 8, 2015. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/drillinginfo/2015/06/08/china-now-worlds-largest-oil-importer-effect-on-global-market/#5765703568d6>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

Morgenthau, Hans J. **Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace**. 5th ed. New York: Alfred A. Knopf, 1973.

National Development and Reform Commission, Ministry of Foreign Affairs, and Ministry of Commerce of the People's Republic of China. *Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road*. Beijing, 2015. Disponível em: http://en.ndrc.gov.cn/newsrelease/201503/t20150330_669367.html. Acesso em: 02 abr. 2016.

“**Nervousness of steel**,” *The Economist*. Sep 19, 2015. Disponível em: <http://www.economist.com/news/asia/21665052-wave-cheap-chinese-metal-exports-hits-region-nervousness-steel>. Acesso em: 12 nov. 2015.

National Security Strategy. The White House (2015). Disponível em: https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/2015_national_security_strategy_2.pdf. Acesso em: 19 jul. 2015.

“**New Global Growth Projections Predict the Decade of India**,” *The Atlas of Economic Complexity*. Dec 21, 2015. Disponível em: <http://atlas.cid.harvard.edu/rankings/growth-predictions/>. Acesso em: 23 jun. 2016.

“**The new masters and commanders**,” *The Economist*. Jun 6, 2013. Disponível em: <http://www.economist.com/news/international/21579039-chinas-growing-empire-ports-abroad-mainly-about-trade-not-aggression-new-masters>. Acesso em: 22 jul. 2016.

Nye, Joseph. **The Future of Power**. New York: PublicAffairs, 2011.

Observatory of Economic Complexity, MIT Media Lab. Disponível em: <http://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/chn/>. Acesso em: 06 jan. 2016.

Ong, Russell. **China's Security Interests in the 21st Century**. New York: Routledge, 2007.

Organski, **A.F.K. World Politics**. New York: Alfred A. Knopf, 1968.

Ortuoste, Maria. **“Partners in peril in the South China Sea,”** Policy Forum. May 13, 2016. Disponível em: <<http://www.policyforum.net/partners-peril-south-china-sea/>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

Osman, Nurfika. **“Pelindo II partners with China to develop Batam port,”** The Jakarta Post. May 3, 2013. Disponível em: <<http://www.thejakartapost.com/news/2013/05/03/pelindo-ii-partners-with-china-develop-batam-port.html>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

Overview, The World Bank. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/country/unitedstates/overview>>. Acesso em: 03 out. 2016.

Paramonov, Vladimir; Stokov, Alexey. **“China in Central Asia: Energy Interests and Energy Policy,”** Central Asia and the Caucasus, Vol. 11, No. 3 (2010): 18-30.

Perlez, Jane. **“Stampede to Join China’s Development Bank Stuns Even Its Founder,”** The New York Times. Apr 2, 2015. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2015/04/03/world/asia/china-asian-infrastructure-investment-bank.html>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

Page, Jeremy; Lubold, Gordon. **“China to Build Naval Hub in Djibouti,”** The Wall Street Journal. Nov 26, 2015. Disponível em: <<http://www.wsj.com/articles/china-to-build-naval-logistics-facility-in-djibouti-1448557719>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

Petersen, Alexandros. **The World Island: Eurasian Geopolitics and the Fate of the West.** Santa Monica: ABC-CLIO, LLC, 2011.

Phillips, Tom; Holmes, Oliver; Bowcott, Owen. **“Beijing rejects tribunal's ruling in South China Sea case,”** The Guardian. Jul 12, 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2016/jul/12/philippines-wins-south-china-sea-case-against-china>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

Pillsbury, Michael. **China Debates the Future Security Environment.** Washington, D.C.: National Defense University Press, 2000.

Pollmann, Mina. **“Amid South China Sea Tensions, Japan Strengthens Ties with Philippines, Vietnam,”** The Diplomat. Dec 02, 2015. Disponível

em: <<http://thediplomat.com/2015/12/amid-south-china-sea-tensions-japan-strengthenes-ties-with-philippines-vietnam/>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

Potter, Philip B. K. "**Terrorism in China**," Strategic Studies Quarterly (Winter 2013)70-92.

Preston, Felix. et al. "**Navigating the New Normal: China and Global Resource Governance**," Development Research Center of the State Council and Chatham House (Jan 2016).

Prosviryakova, Maria. "**Russian-Chinese Energy Competition in Central Asia**," EuroDialogueXXI. Jun 17, 2013. Disponível em: <<http://www.eurodialogue.eu/eu-central-asia/Russian-Chinese-Energy-Competition-in-Central-Asia>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

"**Putin lamenta colapso da União Soviética**," Folha de São Paulo. 26 de abril de 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2604200511.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

Rocina, Jose Aims R. "**Probing into Chinese Hegemony and the Indian Challenge in the Southeast Asian Landscape**," Journal of US-China Public Administration, Vol. 11, No. 1 (January 2014): 1-13

Qi, Xu. "**Maritime Geostrategy And The Development Of The Chinese Navy In The Early Twenty-First Century**," Naval War College Review, Vol. 59, No. 4 (Autumn 2006): 47-67.

Reeves, Jeffrey. "**Economic Statecraft, Structural Power, and Structural Violence in Sino-Kyrgyz Relations**," Asian Security, Vol. 11, No. 2 (Oct. 2015): 116-135.

"**Remarks by the President in State of the Union Address**," The White House Office of the Press Secretary, Jan. 20, 2015. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2015/01/20/remarks-president-state-union-address-january-20-2015>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

Rickleton, Chris. "**China's energy footprint in Central Asia**," Chinadialogue. Jul 25, 2014. Disponível em: <<https://www.chinadialogue.net/article/show/single/en/7165-China-s-energy-footprint-in-Central-Asia>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

“Rising China, sinking Russia,” The Economist. Sep 12, 2013. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/asia/21586304-vast-region-chinas-economic-clout-more-match-russias-rising-china-sinking>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

Romanowski, Michał. **“Central Asia’s Energy Rush,”** The Diplomat. Jul 03, 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/07/central-asias-energy-rush/>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

Ross, Robert S. **“Bipolarity and Balancing in East Asia,”**. In: Balance of Power Theory and Practice in the 21st Century, ed. T.V. Paul, James J. Wirtz and Michel Fortmann, Ch. 10. Stanford: Stanford University Press, 2004.

Ross, Robert S. **“Balance of Power Politics and the Rise of China: Accommodation and Balancing in East Asia,”** Security Studies, vol. 15, no. 3 (Fall 2006): 185-239.

Ross, Robert S.; Feng, Zhu. **“Introduction.”** In: **China's Ascent: Power, Security, and the Future of International Politics**, ed. Robert S. Ross and Zhu Feng. Ithaca: Cornell University Press, 2008.

Sahoo, Pravakar; Bhunia, Abhirup. **“BCIM Corridor a game changer for South Asian trade,”** East Asia Forum. Jul 18, 2014. Disponível em: <<http://www.eastasiaforum.org/2014/07/18/bcim-corridor-a-game-changer-for-south-asian-trade/#more-42642>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

Sajjanhar, Ashok. **“India and the Shanghai Cooperation Organization,”** The Diplomat. Jun 19, 2016. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2016/06/india-and-the-shanghai-cooperation-organization/>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

Sajjanhar, Ashok. **“Understanding the BCIM Economic Corridor and India's Response,”** Observer Research Foundation Issue Brief, No. 147 (June 2016).

Shareholders, Asian Development Bank. Disponível em: <<http://www.adb.org/site/investors/credit-fundamentals/shareholders>>. Acesso em: 03 out. 2016.

Shepard, Wade. "**Bangladesh's Deep Sea Port Problem**," The Diplomat. Jun 7, 2016. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2016/06/bangladeshs-deep-sea-port-problem/>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

Shepard, Wade. "**China's Jewel in the Heart of the Indian Ocean**," The Diplomat. May 9, 2016. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2016/05/chinas-jewel-in-the-heart-of-the-indian-ocean/>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

Shepard, Wade. "**China Tells Sri Lanka: We Want Our Money, Not Your Empty Airport**," Forbes. Jul 31, 2016. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/wadeshepard/2016/07/31/china-to-sri-lanka-we-want-our-money-not-your-empty-airport/#3f3b9be31169>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

"**Should China continue to keep a low-profile attitude?**," People's Daily Online, Dec. 13, 2012. Disponível em: <<http://en.people.cn/90883/8057776.html>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

Signing and Ratification Status of the AOA of the AIIB, Asian Infrastructure Investment Bank. Disponível em: <<https://www.aiib.org/en/about-aiib/who-we-are/membership-status/index.html>>. Acesso em: 15 out. 2016.

Singh, Zorawar Daulet. "**India's Geostrategy and China: Mackinder versus Mahan?**," Journal of Defence Studies, Vol. 7, No. 3 (2013): 137-146.

Smith, Jeff M. "**China's Investments in Sri Lanka**," Foreign Affairs. May 23, 2016. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2016-05-23/chinas-investments-sri-lanka>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

Soble, Jonathan. "**With Ban on Exports Lifted, Japan Arms Makers Cautiously Market Wares Abroad**," The New York Times. Jul 12, 2015. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2015/07/13/business/international/with-ban-on-exports-lifted-japan-arms-makers-cautiously-market-wares-abroad.html?_r=0>. Acesso em: 20 mar. 2016.

Spykman, Nicholas J. **America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power**. New York, Harcourt, Brace and Company, 1942.

Spykman, Nicholas J. "**Geography and Foreign Policy, I**," The American Political Science Review, Vol. 32, No. 1 (Feb, 1938): 28-50.

Spykman, Nicholas J. "**Geography and Foreign Policy, II**," The American Political Science Review, Vol. 32, No. 2 (Abr, 1938): 213-236.

Spykman, Nicholas J.; Rollins Abbie A. "**Geographic Objectives in Foreign Policy, I**," The American Political Science Review, Vol. 33, No. 3 (Jun, 1939): 391-410.

Spykman, Nicholas J.; Rollins Abbie A. "**Geographic Objectives in Foreign Policy, II**," The American Political Science Review, Vol. 33, No. 4 (Aug, 1939): 591-614.

Spykman, Nicholas J. **The Geography of the Peace**. New York, Harcourt, Brace and Company, 1944.

"**Statement by the President on the Trans-Pacific Partnership**," The White House, Office of the Press Secretary. Oct 5, 2015. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2015/10/05/statement-president-trans-pacific-partnership>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

Strange, Susan. "**Cave! Hic Dragones: A Critique of Regime Analysis**," International Organization Vol. 36, No. 2 (Spring 1982): 479-496.

Strange, Susan. **States and Markets**. London: Continuum, 1994.

Stiglitz, Joseph E. "**Asia's Multilateralism**," Project Syndicate. Apr 13, 2015. Disponível em: <<https://www.project-syndicate.org/commentary/china-aib-us-opposition-by-joseph-e--stiglitz-2015-04>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

Swaine, Michael D.; Tellis, Ashley J. **Interpreting China's Grand Strategy: Past, Present, and Future**. Santa Monica: RAND, 2000.

Syroezhkin, Konstantin. **China's Presence In The Energy Sector Of Central Asia, Central Asia and the Caucasus**, Vol. 13, No. 1 (2012): 20-43.

Taiwan Relations Act. Jan 1, 1979. Disponível em:

<<http://www.ait.org.tw/en/taiwan-relations-act.html>>. Acesso em: jun 03, 2016.

"The new masters and commanders," The Economist. Jun 8, 2013.
Disponível em: <<http://www.economist.com/news/international/21579039-chinas-growing-empire-ports-abroad-mainly-about-trade-not-aggression-new-masters>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

Thomas, Timothy L. **"Geothinking Like The Chinese: A Potential Explanation of China's Geostrategy,"** Foreign Military Studies Office.

Thucydides. **The History of the Peloponnesian War.** Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/7142/7142-h/7142-h.htm>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

Tian, Robert Guang. **"Xinjiang And Its Role In Greater Central Asian Regional Economic Cooperation,"** Central Asia And The Caucasus, Vol. 55, No. 1 (2009): 85-94.

van der Putten, Frans-Paul; Meijnders, Minke. **"China, Europe and the Maritime Silk Road,"** Netherlands Institute of International Relations Clingendael Report (March 2015).

Walt, Stephen M. **"The Renaissance of Security Studies,"** International Studies Quarterly, Vol. 35, No. 2 (Jun., 1991): 211-239.

Waltz, Kenneth N. **Theory of International Politics** (Reading: Addison-Wesley Publishing Company. 1979).

Watt, Nicholas; Lewis, Paul; Branigan, Tania. **"US anger at Britain joining Chinese-led investment bank AIIB,"** The Guardian. Mar. 13, 2015.
Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2015/mar/13/white-house-pointedly-asks-uk-to-use-its-voice-as-part-of-chinese-led-bank>>.
Acesso em: Mar. 15, 2015.

Waugh, Daniel. **"Richthofen's 'Silk Roads': Toward the Archaeology of a Concept,"** The Silk Road, Vol. 5, No. 1 (Summer 2007): 1-10.

Wesley, Michael (ed.). **Energy Security in Asia.** London: Routledge, 2007.

“Who Will Pay for Asia's \$8 Trillion Infrastructure Gap?” Asian Development Bank, Sept. 30, 2013. Disponível em: <<http://www.adb.org/news/infographics/who-will-pay-asias-8-trillion-infrastructure-gap>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

Wildau, Gabriel; Mitchell, Tom. **“China income inequality among world's worst,”** Financial Times. Jan 14, 2016. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/3c521faa-baa6-11e5-a7cc-280dfe875e28>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

Woods, Ngaire. “The United States and the International Financial Institutions: Power and Influence Within the World Bank and the IMF”. In: **US Hegemony and International Organizations: The United States and Multilateral Institutions**, ed. Rosemary Foot, S. Neil MacFarlane and Michael Mastanduno, Ch. 4. Oxford: Oxford University Press, 2003.

“World Bank welcomes China-led infrastructure bank,” Reuters, Jul. 8, 2014. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-china-world-bank-idUSKBN0FD0TU20140708>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

The World Factbook, Central Intelligence Agency. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

Xuetong, Yan. **“The Rise of China and its Power Status,”** The Chinese Journal of International Politics, Vol. 1, No. 1 (2006): 5–33.

Yongping, Feng. **“The Peaceful Transition of Power from the UK to the US,”** The Chinese Journal of International Politics, Vol. 1, No. 1 (2006): 83–108.

Yoshihara, Toshi; Holmes, James. **Chinese Naval Strategy in the 21st Century: The Turn to Mahan.** New York: Routledge, 2007.

Yoshihara, Toshi; Holmes, James. **“Command of the Sea with Chinese Characteristics”**, Orbis, Vol. 49, No. 4 (Fall 2005): 677-694.

Zakaria, Fareed. **From Wealth to Power: The Unusual Origins of America's World Role.** Princeton: Princeton University Press, 1998.

Zha, Daojong. "Chinese considerations of 'Economic Security'," **Journal of Chinese Political Science**, Vol. 5, No. 1 (March 1999): 69-87.

Zhang, Feng. "Rethinking China's grand strategy: Beijing's evolving national interests and strategic ideas in the reform era." **International Politics**, Vol. 49, No. 3 (Mar 2012): 318–345.